

GILSON SOARES TOLEDO

PRODUTORES INTEGRADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA: UMA
ANÁLISE SOBRE AS NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE RURAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa-MG, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, como requisito para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2012

GILSON SOARES TOLEDO

PRODUTORES INTEGRADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA: UMA
ANÁLISE SOBRE AS NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE RURAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa-MG, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, como requisito para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 7 de dezembro de 2012.

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Rafael de Freitas e Souza

Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

Aos produtores integrados que, mesmo diante das dificuldades que lhes são impostas, têm vencido e percorrido suas trajetórias de vida, guardando a fé em suas convicções, dentre elas, a de viverem no espaço rural.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela sua infinita graça e misericórdia. Pela força, saúde e disposição de estudar, trabalhar, escrever, cuidar dos afazeres de pai, marido, amigo, professor e ir vencendo dia após dia. Aos meus pais por serem os responsáveis pela minha vida, perseverança, fé e trabalho. Aos meus irmãos, que se orgulharam e apoiaram sempre.

À minha esposa, Jaqueline, pelo carinho, compreensão, estímulo e encorajamento. Certamente, foi meu esteio. Aos meus filhos, João Vítor, e Marco Antônio que, mesmo sem entenderem muito bem tudo que é preciso fazer para se consolidar um trabalho como este, se orgulharam do pai e ajudavam no que era possível. Desculpem a ausência. Nunca estive tão perto e tão longe de vocês. À minha filha Lavínia, que nos presenteou com sua vida logo na fase final da pesquisa de campo, trazendo “o equilíbrio que faltava”. Durante o cansaço, era meu alento. Sua marca, o sorriso. Obrigado filha por fazer de sua inocência e alegria meus momentos de descanso.

À professora Maria Izabel Vieira Botelho, minha orientadora, pela paciência, equilíbrio e exímio trabalho. Lembrarei para sempre que é possível ser competente, exigente, educado, compreensivo, respeitoso, entre outras características que foram possíveis aprender com esta experiência tão significativa. Estimo por seu sucesso e saúde.

Aos professores Rafael Freitas e Souza, Ana Paula Teixeira de Campos, Marcelo Leles Romarco de Oliveira pelas contribuições na escrita desta dissertação. As observações de vocês foram essenciais para o meu amadurecimento e aperfeiçoamento como pesquisador.

Aos professores Cida Zolnier, Consuelo Carneiro Caputo, Ronério Candian e Francisco de Assis Moreira pelas correções ortográficas e ajustes na tradução inglesa.

A todos os professores do Programa em Extensão Rural, especialmente aos que tive oportunidade de conviver e aprender: Prof.

Noberto Muniz, Prof^a France Contijo, Prof. Marcelo Miná e Prof^a Ana Louise de Carvalho Fiúza. Vocês foram certamente extraordinários.

À professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, coordenadora do Programa de Extensão Rural, pela coragem e determinação. Será sempre uma referencial.

Às professoras Sarah Cursi Pereira, Maria Alice Abranches, Maria Aparecida Possani de Sousa R. Guimarães e Eloísa Aparecida Menezes Corbelli Vieira, Marli Santana e Cristiane Aparecida Baquim pelo apoio incondicional.

Aos funcionários do Departamento de Extensão Rural, em especial à Carminha, Romildo e Anísia. Como foi importante o carinho e o desprendimento de vocês nesta caminhada.

Ao professor José Manoel Martins e Roselir Ribeiro da Silva pela compreensão e apoio. Sem estes, certamente dedicar aos estudos seria bem mais difícil.

Ao meu amigo e diretor do Instituto Federal - Câmpus Rio Pomba, Arnaldo Prata Neiva Júnior, pelo apoio incondicional. Obrigado pela sua força e, particularmente, pela sua amizade.

À equipe da CPPG do IF Sudeste MG – Câmpus Rio Pomba, responsáveis pelo Projeto Minter, professores Carlos Miranda e Maurício Louzada pelo compromisso e dedicação. Valeu à pena!

À CAPES pela aprovação e suporte financeiro do Projeto Minter.

Aos produtores integrados que gentilmente me concederam as entrevistas, receberam-me em suas casas, ofereceram-me o de melhor: a atenção, o carinho e - mesmo sem nos conhecermos - a confiança. Sem vocês, não seria possível a realização deste trabalho.

Aos profissionais do Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, AVIZOM, EMATER, IMA, IEF e Pif Paf Alimentos, que também não mediram esforços para me repassarem as informações necessárias.

A todos os que no “caminho da roça” me ensinaram onde haveria de chegar. Aos meus familiares e amigos que sempre me encorajaram e se orgulharam.

Aos colegas do Minter (Mestrado interinstitucional IF Sudeste MG/UFV) pela recíproca consideração, respeito e amizade. Vencemos! Graças a Deus!

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	viii
LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
1. METODOLOGIA.....	7
1.1. O delineamento da pesquisa.....	7
1.2. Composição da amostra.....	11
1.3. A coleta de dados.....	14
1.4. O tratamento dos dados.....	20
1.5. Escolha dos termos produtor integrado e agricultor familiar.....	22
2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PRODUTORES INTEGRADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA E A RELAÇÃO COM A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL.....	25
2.1. A ocupação da Zona da Mata Mineira.....	26
2.2. A mata não é mais um diferencial.....	28
2.3. Relação entre solo, relevo e atividades agropecuárias.....	31
2.4. A importância da mineração.....	32
2.5. A diversificação da produção agropecuária.....	33
2.6. A importância do trabalho escravo.....	34
2.7. A crise agrícola e os novos perfis dos agricultores.....	38
2.9. A produção integrada no Brasil e na Zona da Mata Mineira.....	44
3. A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE <i>HABITUS</i> E SOCIABILIDADE	48
4. ESPAÇOS FORMAIS DE SOCIABILIDADE.....	61
4.1. A Pif Paf.....	62
4.2. Associação dos Avicultores da Zona da Mata – AVIZOM.....	77
4.3. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.....	84
4.4. Sindicato dos Produtores Rurais.....	94

5. TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DECORRENTES DA PRODUÇÃO INTEGRADA	98
5.1. O vil processo de seleção que pode levar à exclusão dos produtores integrados	99
5.2. A construção dos galpões, os recursos para os gastos iniciais e a presença feminina no trabalho da integração.....	108
5.3. O seguro: um benefício desconhecido	114
5.4. O processo da criação de frangos marcando o ritmo da vida dos integrados.....	115
5.5. Força de trabalho, educação dos filhos, renda e herança: incertezas da produção integrada	121
5.6. O tempo destinado à integração e as implicações nas sociabilidades presentes nos espaços informais.....	137
5.7. Dissolução das sociabilidades tradicionais e a maior aproximação com as aves	143
5.8. Produção e hábitos de consumo dos integrados.....	147
5.9. O nome da propriedade e a questão moral da terra.....	154
5.10. As sociabilidades constituídas a partir da integração	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
BIBLIOGRAFIA.....	171
APÊNDICE	178
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista realizada com os produtores integrados.....	178
Apêndice 2 – Termo de consentimento livre esclarecido	198

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Desmoronamento nas estradas de acesso às granjas.....	16
Ilustração 2 - Erosão 1 nas estradas de acesso às granjas.....	16
Ilustração 3 - Casa abandonada 1 próxima às propriedades.....	17
Ilustração 4 - Curral abandonado próximo às propriedades.	17
Ilustração 5 - Casa abandonada 2 próxima às propriedades.....	18
Ilustração 6 - Casa abandonada 3 próxima às propriedades.....	18
Ilustração 7 - Mapa da Zona da Mata Mineira e suas microrregiões.	30
Ilustração 8 - Lateral 1 galpão convencional (antigo).....	70
Ilustração 9 - Lateral 2 galpão convencional (antigo).....	71
Ilustração 10- Lateral galpão climatizado (novo).....	71
Ilustração 11- Frente galpão climatizado (novo).	72
Ilustração 12 - Erosão 2 estradas de acesso às granjas.	106
Ilustração 13 - Características geográficas das localidades onde existem granjas.	106
Ilustração 14 - Estradas de acesso às granjas da região.	107
Ilustração 15 - Placa restritiva às pessoas estranhas à criação.	146

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Perfil dos produtores integrados da microrregião de Ubá.....	13
Tabela 2- Participação dos produtores integrados na AVIZOM.....	82
Tabela 3 - Motivação dos produtores integrados quanto à participação na AVIZOM.....	83
Tabela 4 - Plano de Saúde utilizado pelas famílias	91
Tabela 5 - Atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade e características da força de trabalho empregada na criação das aves ...	122
Tabela 6 - Avaliação dos produtores integrados quanto à modalidade de integração	134
Tabela 7 - Exigências e punições da integradora	136
Tabela 8 - Atividades desenvolvidas nos espaços informais de sociabilidade	140
Tabela 9 - Produção comercializada além dos frangos	148
Tabela 10 - Identificação do que é ou não consumido pelos produtores integrados	150
Tabela 11 - Produtos consumidos que não são produzidos na propriedade	152
Tabela 12 - Características conjugais.....	155
Tabela 13 - Número de filhos.....	156

Quadros

Quadro 1 - Número de aves por m ²	117
Quadro 2 - Níveis de aquecimento dos galpões	117
Quadro 3 - Manejo da ração	118
Quadro 4 - Tratamento da água.....	118
Quadro 5 - Sistema de iluminação para aves machos.....	119
Quadro 6 - Sistema de ventilação para aves fêmeas	119

Gráficos

Gráfico 1 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 1 (mães)	126
Gráfico 2 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 2 (pais)	126
Gráfico 3 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 3 (filhos).....	127
Gráfico 4 - Perdas com a integração	138
Gráfico 5 - Tempo destinado à integração	138

LISTA DE SIGLAS

AF - Administração Fazendária

AVIZOM - Associação dos Avicultores da Zona da Mata Mineira

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

COPAM - Conselho de Política Ambiental

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DPPG - Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação do IF Sudeste MG –
Câmpus Rio Pomba

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
Estado de Minas Gerais

FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
Gerais

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FETAEMG - Federação dos Agricultores na Agricultura de Minas Gerais

FUNRURAL - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural

IEF - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

IF SUDESTE MG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Sudeste de Minas Gerais – Câmpus Rio Pomba

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

PRODEMATA - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPR - Sindicato dos Produtores Rurais

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUS - Sistema Único de Saúde

UBABEF - União Brasileira da Avicultura e Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos

UFV - Universidade Federal de Viçosa - MG

UTE - Unidade Técnica Estadual

RESUMO

TOLEDO, Gilson Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2012. **Produtores integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural.** Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho.

Diante das mudanças ocorridas no Brasil como decorrência da modernização da agricultura, considerou-se necessário reconhecer as especificidades advindas da diversidade de agricultores familiares existentes no país. Entre eles, foram escolhidos os produtores integrados de frango de corte que possuem um forte vínculo com a agroindústria, com a tecnologia e com uma produção voltada para atender as exigências do mercado de alimentos. Devido a essa característica, partiu-se do pressuposto de que esses produtores estariam desenvolvendo novas sociabilidades em suas relações sociais. Após o reconhecimento da realidade da Zona da Mata Mineira, constituída por aproximadamente 500 produtores integrados, objetivou-se nesta pesquisa analisar as novas formas de sociabilidade dos produtores integrados diante do processo de modernização da agricultura e, portanto, de uma nova fase da economia agrícola fortemente marcada pelo incremento das relações entre agricultura e indústria. O trabalho foi desenvolvido partindo do estudo de caso constituído por dez famílias de produtores da microrregião de Ubá integrados à Pif Paf Alimentos S/A. Para tanto, foi analisada a trajetória da ocupação e do processo de desenvolvimento agrícola na Zona da Mata Mineira, procurando evidenciar as diferentes trajetórias do campesinato nessa região a partir de uma pesquisa em literatura especializada, entrevista semiestruturada, relatos orais e falas livres. Estes instrumentos de pesquisa possibilitaram entender como esses agricultores chegaram à condição de produtores integrados à agroindústria, além de permitir identificar como se manifesta a sociabilidade em diferentes espaços de inserção social. Diante dessa condição de trabalho e de vida, observou-se

que diferentes espaços de sociabilidades foram criados e outros foram influenciados pelas condições da inserção nessa forma de integração produtiva. Assim, pôde-se perceber que surgiram modalidades de sociabilidades distintas nos espaços formais e informais de interação social desses produtores. Constatou-se que os lugares tradicionais de vínculos sociais sofreram diferentes dinâmicas nos modos de organização e participação. Observou-se também que, mesmo mantendo um forte vínculo com as exigências da agroindústria e do mercado, ainda permanecem características da campesinidade. No entanto, novas formas de sociabilidade estão sendo desenvolvidas, ocasionando decorrências nas ações e interações entre os produtores integrados. Reconheceu-se, portanto, as vivências dos indivíduos envolvidos na pesquisa, assim como os novos hábitos e valores sociais que foram desenvolvidos ao longo do tempo, de acordo com a opção por atuarem como produtores integrados à agroindústria.

ABSTRACT

TOLEDO, Gilson Soares, Ms., Universidade Federal de Viçosa, December, 2012. **Integrated producers in the region of Zona da Mata in Minas Gerais: an analysis of new forms of rural sociability.** Advisor: Maria Izabel Vieira Botelho.

Due to the changes happened in Brazil after the modernization of agriculture, it was considered necessary to recognize the specificities arising from the diversity of family farmers in the Country. Among them it was chosen integrated producers of broiler chickens that have a strong link with the agricultural industry, with technology and with production geared to meet the requirements of the food market. Because of this feature, it was presumed that these producers were developing new sociability in their social relations. Assuming the reality of Zona da Mata in Minas Gerais, which consists of approximately 500 integrated producers, this study aimed to examine the new forms of sociability of the integrated producers in relation to the process of modernization of agriculture and thus a new phase of the agricultural economy, strongly marked by the expansion of relations between agriculture and industry. The work was developed from a case study consisting of ten families of producers, from the region of Ubá, integrated to Pif Paf Alimentos S/A. Therefore, we analyzed the trajectory of the occupation and the process of agricultural development in this region of Minas Gerais, seeking to highlight the different trajectories of the peasantry, based on the research literature, semi-structured interviews, oral narratives and free speech. The semi-structured interview, oral reports and free speech made it possible to understand how these farmers came to the condition of the agribusiness integrated producer. They also contributed to identify how sociability manifests in different areas of social inclusion. Examining this work and life condition, it was observed that different spaces of sociability were created and others were influenced by the conditions of inclusion in this

form of productive integration. Therefore it was noticed that distinct modes of sociability appeared in these producers' formal and informal social interactions. It was found that the places of traditional social bonds underwent different dynamics in the organization and participation manners. It was also observed that, although they maintain a strong bond with the demands of agribusiness and market, peasantry characteristics still remain. However, new forms of sociability are being developed, influencing the actions and interactions among integrated producers. In this way, the experiences of the individuals involved in the research were recognized, as well as new social values and habits that have been developed over the time, according to their choice of being integrated producer to agribusiness.

INTRODUÇÃO

Diante das especificidades características dos vários grupos sociais rurais existentes no Brasil na atualidade, optou-se nesta pesquisa pela análise dos produtores de frango de corte que estão integrados à agroindústria de alimentos. O grupo em estudo reside na microrregião de Ubá, que está localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Todos os produtores possuem o *Contrato de Integração* com a Pif Paf Alimentos S/A, empresa situada na cidade de Visconde do Rio Branco-MG, na mesma microrregião.

A quase totalidade desses produtores integrados da região em estudo são agricultores familiares. Segundo Navarro e Pedroso (2011), é fundamental analisar e interpretar os comportamentos sociais dos diversos tipos de agricultores de base familiar existentes no país na atualidade. Para estes autores, identificar as especificidades produtivas é fundamental já que existe uma impropriedade teórico-conceitual da noção de agricultura familiar¹. Os mesmos sugerem uma abordagem teórica que permita analisar empiricamente a diversidade social dos pequenos estabelecimentos rurais brasileiros, sob gestão familiar, a fim de promover políticas que reduzam a pobreza e difundam melhores condições sociais e econômicas. Os autores ainda defendem que este exercício servirá de instrumento para favorecer a formulação de políticas públicas mais consistentes. (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 9).

Tais reflexões incitam investigações empíricas que possam aclarar como são os diferentes estabelecimentos rurais, de base familiar, no

¹ Apesar de os autores criticarem o uso da expressão agricultura familiar que, segundo eles, não é um conceito, os mesmos entendem que apesar do equívoco conceitual, a criação do termo representou um marco histórico por ter democratizado o acesso aos fundos públicos destinados à agropecuária no Brasil. Os recursos destinados ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) aumentaram muito na última década (de 2,1 bilhões de reais na safra de 1999/2000 para um total provável de 15 bilhões na safra de 2009/2010), favorecendo um grande número de famílias rurais mais pobres a se integrarem aos circuitos monetários. (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 8).

tocante à diversidade social. Nesta perspectiva, os autores propõem, como recorte teórico, a utilização do conceito de *habitus* de Bourdieu associado às formas de sociabilidades e aos processos de socialização nas sociedades capitalistas atuais. (NAVARRO; PEDROSO, 2011, pp. 70 e 99).

Diante desta perspectiva de análise sugerida pelos autores acima, fez-se a opção por seguir esta abordagem a partir da realidade dos produtores integrados. Assim, constatou-se a existência de aproximadamente 500 produtores integrados em toda a Zona da Mata Mineira que, ao se tornarem produtores integrados à agroindústria de alimentos precisam, certamente, produzir de acordo com os padrões de qualidade determinados pelo modelo industrial. Este grupo expressivo de produtores integrados representa uma das diversas modalidades produtivas presentes no meio rural e é constituída basicamente por agricultores familiares.

Diante do exposto, partiu-se do pressuposto de que as transformações na vida cotidiana, decorrentes principalmente da maior proximidade com a indústria e, portanto, com as exigências produtivas capitalistas, promoveram alterações no comportamento destes agricultores. Assim o *habitus*, entendido como um sistema flexível de disposições construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências, passa a ser reconstruído.

Devido ao tempo excessivo de trabalho exigido pela integração, especialmente em relação aos cuidados com as aves, outro pressuposto foi de que os diferentes espaços de sociabilidades seriam também influenciados e modificados. As longas jornadas diárias de trabalho exigidas modificam sobremaneira o ritmo da vida cotidiana. Assim, pôde-se perceber que surgem lugares potenciais de sociabilidades, como associações e sindicatos, ao mesmo tempo em que os lugares tradicionais de vínculos sociais começam a ter diferentes dinâmicas, com visível encolhimento.

A constituição de um grupo considerável de agricultores familiares ligados à produção integrada na Zona da Mata Mineira está intimamente vinculada ao contexto econômico nacional e mundial de crescimento em relação à produção, ao consumo e à exportação da carne de frango, sendo o Brasil o terceiro maior produtor mundial de frangos. Além disso, o consumo interno da carne de frango tem crescido de forma expressiva². Paralelo a este crescimento, as mudanças ocorridas no modelo agrícola orientaram uma série de alterações no perfil e na demanda do mercado. Segundo Balsan (2006), o modelo agrícola, então, passa a ser o industrial exigindo a padronização e a especialização da produção refletindo sobremaneira nas relações sociais mais amplas.

De acordo com Gomes (1976) e Campos (2006), a mesorregião da Zona da Mata Mineira configura-se por muitos pequenos proprietários rurais em que a base do trabalho agrícola é basicamente familiar. A partir das informações coletadas nesta pesquisa, verificou-se que os produtores integrados à Pif Paf são também pequenos proprietários rurais que, por sua vez, eram criadores de gado (leite e corte), além de cultivarem produtos para consumo e comercialização como cana de açúcar, milho, mandioca, feijão, arroz, café, etc. Paulatinamente, a partir da década de 1970, parte desses produtores rurais tornam-se produtores integrados, sendo que alguns deixaram as atividades agropecuárias anteriores e outros as mantiveram concomitantemente com a criação de frangos integrados à agroindústria. Verifica-se, portanto, que a integração torna-se uma opção de renda aos produtores, diante das transformações ocorridas no campo que contribuem para o declínio da produção de vários bens agrícolas.

A partir dessas observações, ocupou-se em analisar as formas de sociabilidade rural e seus reflexos estruturadores nos comportamentos sociais destes produtores integrados, diante de uma nova fase da

² Fonte: Relatório Anual UBABEF 2010/2011 (Disponível em:<<http://www.abef.com.br>>. Acesso em 10 jun. 2012)

economia agrícola quando ocorre o estreitamento das relações entre agricultura e indústria.

Para efetivar esta análise, considerou-se necessário identificar características que dizem respeito à vida familiar, questões que se referem à qualidade de vida, aspectos que estavam ligados às interações sociais desenvolvidas nos espaços informais de sociabilidade (igreja, estabelecimentos comerciais, festas, jogos, bares rurais, etc.), as práticas de religiosidade, características que identificassem os padrões de consumo do produtor integrado e de sua família, aspectos que identificassem a inserção institucional do produtor integrado nos espaços formais de sociabilidade (associação e sindicatos), características relativas à produção agropecuária antes e depois da integração e, enfaticamente, procurou-se identificar e analisar os aspectos referentes ao trabalho exaustivo exigido na produção integrada de frangos.

A partir de todas estas análises foi possível verificar como estes fatores influenciaram no fazer social, no lazer, nos hábitos alimentares, nas relações interpessoais e nas demais formas de interação social que se desenvolvem nos espaços formais e informais de sociabilidade³.

Ao analisar as formas de sociabilidade pretendeu-se também entender em que medida elas foram e são alteradas em função do maior vínculo com o mercado e com a indústria capitalista. Para tanto, buscou-se identificar diferentes formas de interações sociais vivenciadas por estes produtores e que, atualmente, estão pouco presentes na realidade dos mesmos. Outros lugares de sociabilidade que surgem a partir da integração, como as associações, são apenas formais e de pouco ou nenhum envolvimento por parte da grande maioria dos integrados, portanto apenas espaços potenciais.

Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, organizou-se esta dissertação em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se a metodologia utilizada para a obtenção e o tratamento dos dados,

³ Ver *Questões fundamentais da sociologia* de George Simmel (2006) disponível na bibliografia.

identificando onde estão localizados os produtores integrados, assim como seus espaços de sociabilidade formal ou informal. Buscou-se demonstrar, detalhadamente, a forma como foi realizada a pesquisa, descrevendo como os instrumentos de coleta de dados foram necessários para esclarecer e evidenciar a realidade do grupo em estudo.

No segundo capítulo, enfatiza-se a história da Zona da Mata Mineira, procurando, assim, reconhecer aspectos que caracterizam a população estudada, além de tentar elucidar os fatores que motivaram a vinda da Pif Paf para região. Nesta perspectiva, procura-se associar o surgimento da Pif Paf e dos produtores a ela integrados aos efeitos da modernização da agricultura no Brasil.

No terceiro capítulo apresenta-se a abordagem teórica que ajudou a refletir sobre a realidade destes produtores. Utilizou-se, para tanto, as reflexões acerca da sociabilidade e o conceito de *habitus*. A sociabilidade é apresentada a partir das lentes teóricas de Simmel (1967; 1983; 1993; 2006), Cândido (1977), Martins (2000), Maia (2002), Garcia (2003), Miceli (2003), Alcântara Júnior (2005) e Marques (2010). E *habitus* aqui é utilizado a partir da perspectiva de Bourdieu (1983; 2004; 2006; 2008). A aproximação destas duas abordagens possibilita uma rica reflexão e poderá contribuir para o debate atual acerca das sociabilidades na sociedade contemporânea, fortemente marcada por laços cada vez mais estreitos com os mercados capitalistas.

No quarto capítulo descreve-se a trajetória dos espaços formais de sociabilidade. Procura-se identificar as formas de participação dos produtores integrados nestes espaços, as ações das instituições mais diretamente relacionadas ao cotidiano destes produtores e a maneira como elas interferem na vida diária dessas populações rurais. Propõe-se perceber como e porque os produtores integrados se inserem ou não nesses espaços de sociação e sociabilidade.

No quinto capítulo descreve-se as transformações do cotidiano doméstico, das relações sociais vivenciadas pelos integrados em outras esferas da vida social, denominados nesta pesquisa de espaços informais

de sociabilidade, assim como as modificações no trabalho dos membros da família a partir do processo de criação de frangos. Estas transformações foram percebidas principalmente a partir da análise das entrevistas. Objetivou-se com este detalhamento identificar diversas características que surgem a partir da intensificação do trabalho e do cuidado com as aves que exige total disponibilidade de seus criadores, especialmente por parte das mulheres, neste caso, esposas dos produtores integrados. Procura-se relacionar os dados coletados com a literatura que embasa a pesquisa.

Na última seção, elaborou-se algumas considerações finais onde se evidencia as constatações e os achados da pesquisa, enfatizando a contínua reformulação do *habitus*, com o visível encolhimento dos espaços de sociabilidades, decorrentes da intensa relação estabelecida com as aves que demandam total dedicação. Ressalta-se a tendência verificada no novo perfil de produtores integrados, enfatizado pela empresa integradora, e que poderá excluir uma grande parcela dos integrados atuais. Destaca-se, também, a inusitada participação das mulheres, que assumem em alguns casos total responsabilidade pela criação, dedicando até mais de 15 horas diárias às atividades relacionadas à criação dos frangos. Buscou-se também nesta última seção apontar novos temas de pesquisa que surgiram a partir desta análise ora finalizada.

1. METODOLOGIA

1.1. O delineamento da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na microrregião de Ubá, Minas Gerais, onde se identificou algumas famílias de produtores de frango que são integrados à empresa Pif Paf Alimentos S/A. Do total de integrados, selecionou-se uma amostra de 10 famílias que foram entrevistadas durante os meses de janeiro a março de 2012 em suas residências, localizadas na zona rural. Estas entrevistas com as famílias foram realizadas em dois momentos. No primeiro, aplicou-se a entrevista semiestruturada e, no segundo momento, elencou-se apenas questões relacionadas ao processo de criação dos frangos, tendo em vista necessidades posteriores de obter informações que complementassem as análises. Além destas famílias, obteve-se outra entrevista, em junho de 2012, com um produtor integrado que passou a produzir frangos bem recentemente (2010) e que foi entrevistado na cidade, onde mora e exerce outra atividade profissional, a de médico, considerada por ele mesmo sua principal atividade econômica. Esta última entrevista, aqui caracterizada como relato oral, foi obtida após a sistematização das informações levantadas nas entrevistas junto às 10 famílias. Portanto, nas tabelas, quadros e gráficos elaborados constam apenas informações destas famílias que responderam exatamente as mesmas perguntas, com o mesmo procedimento. Entretanto, considerou-se de grande importância os dados levantados junto a este produtor integrado, pelo fato dele representar uma tendência em curso no processo de integração vertical na região, como se verá adiante.

Foram realizadas, também, entrevistas (16) com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Sindicato de Produtor Rural, da Associação dos Avicultores da Zona da Mata Mineira (AVIZOM), da

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF) e da empresa integradora (Pif Paf). Estas entrevistas auxiliaram, principalmente, na compreensão das formas de participação social dos integrados e dos mecanismos da integração. A partir destas entrevistas pôde-se apreender elementos fundamentais para a análise das formas de sociabilidades nos espaços institucionais.

Vale ressaltar que apenas para facilitar a coleta de dados, e a sistematização dos mesmos, optou-se em fazer uma classificação dos diferentes espaços de sociabilidades vivenciados pelos produtores integrados. Assim, definiu-se por espaços formais de sociabilidades aqueles existentes a partir das relações com instituições que são reguladas por contratos e regimentos que definem as formas e as regras de participação, tais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os Sindicatos de Produtores Rurais, a Associação dos Avicultores e a empresa integradora. Para tanto, entrevistou-se membros da diretoria e secretárias dos sindicatos, funcionários do IEF e IMA, membros da diretoria e técnicos da Associação de Avicultores, extensionistas da EMATER e membros da diretoria e funcionários da integradora. A escolha desses profissionais foi em decorrência da especificidade dos dados relacionados às áreas de atuação de cada um, e também devido ao conhecimento mais geral de determinada instituição.

Por espaços informais de sociabilidades definiu-se aqueles diretamente vinculados à vida cotidiana, e presentes nas rotinas diárias das famílias. Estes lugares foram identificados a partir dos vínculos entre os membros das famílias, com os vizinhos, contatos com outros trabalhadores, participação em festas, diferentes eventos sociais e, principalmente, a rotina que envolve os cuidados com as aves. Como se verá no Capítulo 5, a integração via empresa integradora para a produção de frangos, imprime um ritmo na vida destes produtores que irá moldar a

sociabilidade deste grupo social, especialmente ao nível das relações sociais relacionadas ao cotidiano imediato.

Esta investigação classifica-se como um estudo de caso. Segundo Marconi e Lakatos (2010, pp. 273-274), esta modalidade de pesquisa identifica-se com a metodologia qualitativa, uma vez que surge da tradição sociológica que se desenvolve pelas questões que podem ser conhecidas por meio de casos, a fim de identificar e esclarecer traços particulares que surgem no contexto de vários fenômenos concomitantes. Este tipo de estudo favorece o levantamento de informações com maior aprofundamento em determinado caso, não podendo ser generalizado, uma vez que a categoria de pesquisa é uma unidade analisada de forma muito específica. Entretanto, pode-se, a partir desta especificação, inferir sobre outros grupos sociais com características similares.

Para tanto, buscou-se reunir a maior quantidade possível de informações com vistas a descrever os fatos e as variações observados. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas possibilitaram levantar dados qualitativos e dados quantitativos. Isto porque na estruturação do roteiro das entrevistas priorizou-se determinados detalhamentos em relação ao tamanho da família, da propriedade, da quantidade de aves produzidas, dos níveis de renda, etc. O roteiro elaborado buscou também obter informações qualitativas em relação aos projetos familiares, práticas de lazer, de relações com vizinhos, parentes, etc. Entretanto, abriu-se oportunidade para que os entrevistados, quando se sentissem à vontade e dispostos a acrescentar mais informações, falassem livremente sobre outros aspectos não identificados previamente pelo pesquisador, mas considerados relevantes para os participantes. Estas foram informações valiosas e ajudaram a aprofundar, principalmente, as reflexões sobre a condição da integração e, conseqüentemente, sobre as sociabilidades dos integrados.

Vale ressaltar, também, que estas falas livres ajudaram na construção de algumas das características dos entrevistados na medida em que parte das informações obtidas veio exatamente daquilo que não

era evidente e explícito. Assim, os silêncios, os olhares cruzados, ou mesmo o desvio do olhar, forneceram elementos para o entendimento da realidade dos produtores integrados inseridos em seus diferentes espaços sociais.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, pp. 267-284), o método qualitativo, portanto, preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais aprofundados, procurando descrever a complexidade das reações humanas, favorecendo uma análise mais detalhada. A utilização da entrevista semiestruturada atende a este aspecto, uma vez que deve ocorrer quando ao entrevistador for possível fazer uso da liberdade nas questões a fim de explorá-las da forma que achar mais adequado aos objetivos da pesquisa proposta. Assim tornou-se possível explorar cada questão de forma mais ampliada.

As entrevistas não foram gravadas porque todos os participantes mostraram-se inseguros. Esta insegurança permite também entender a existência de uma tensão latente, mas não frequentemente verbalizada, entre integrados e empresa integradora. Assim, em respeito aos entrevistados, as falas foram, na medida do possível, redigidas enquanto as perguntas eram respondidas. Como estão ligados à agroindústria por um *Contrato de parceria avícola para criação de frangos de corte*⁴, os integrados temiam que alguma declaração gravada viesse a comprometer o vínculo estabelecido entre eles e a empresa. Ademais, temiam que alguma declaração dada comprometesse a sua continuidade na integração.

Nesta pesquisa optou-se pela observação não participante por acreditar que através das falas dos entrevistados e das visitas *in loco*, seria possível identificar e analisar alguns dos espaços de interação social, assim como, as sociabilidades dos envolvidos nestes espaços. Segundo Marconi e Lakatos (2010, pp. 276-277), este instrumento de

⁴ Título presente no contrato efetivado entre Rio Branco Alimentos S/A (nesta dissertação utiliza-se o nome fantasia Pif Paf), denominada parceira-proprietária e o produtor integrado, denominado parceiro-criador.

pesquisa se justifica quando o pesquisador não se integra à comunidade estudada, mas apenas presencia o fato sem maior envolvimento, não participando do mesmo. O pesquisador faz-se como um espectador.

Este procedimento foi utilizado como instrumento para a coleta das informações, de forma controlada, a fim de responder aos objetivos estabelecidos *a priori*. Contudo, as normas não foram rígidas. Inúmeras vezes, a realidade observada trazia situações inesperadas que não podiam ser pensadas antes do trabalho de campo, *in loco*. Estar aberto para observar, para ouvir e procurar maiores detalhes foi fundamental para a análise ora realizada.

Vale ressaltar ainda que, apesar de esses produtores integrados participarem da ordem societária mais ampla, na qual prevalecem determinadas ordens normativas, pôde-se perceber diferentes maneiras de atuação social, reforçando a perspectiva de Simmel (1967; 1983; 1993; 2006) o qual confere especial atenção à dimensão da espontaneidade na vida social. O grupo pesquisado compõe uma amostra que tenta dar uma visão mais geral da totalidade dos integrados. Assim, as especificidades encontradas possibilitam ter uma percepção acerca da condição de integração de uma forma mais ampla na região em questão.

1.2. Composição da amostra

Para identificar os produtores integrados à Pif Paf, recorreu-se à Associação dos Avicultores da Zona da Mata Mineira (AVIZOM), que informou existir aproximadamente 500 famílias inseridas nesta modalidade produtiva. Verificou-se que grande parte desses produtores estava localizada nas microrregiões de Ubá e Viçosa. Optou-se, então, pela microrregião de Ubá devido ao maior conhecimento da região e facilidade de acesso às propriedades o que tornaria viável a pesquisa, tendo em vista a questão do tempo para a coleta de dados e a elaboração

da dissertação. Diante da diversidade e densidade da população encontrada, fez-se necessário compor uma amostra, o mais diversificada possível, e que atendesse às necessidades da pesquisa. Esta diversificação foi necessária pelo fato de a amostra ser bastante reduzida em relação ao montante de produtores integrados na região em análise. Para tanto, procurou-se a sede da EMATER, no município de Ubá, onde extensionistas forneceram orientações acerca da localização e das características demandadas pela pesquisa tais como: tempo de integração, número de aves, quantidade de galpões, área da propriedade, etc. Estas informações foram possíveis devido ao conhecimento que estes extensionistas têm sobre as propriedades rurais e sobre os produtores integrados. Este conhecimento resulta tanto das visitas realizadas pelos extensionistas às propriedades, quanto dos dados fornecidos pelos próprios produtores integrados à EMATER a fim de acessarem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Estes dados serviram para definir quais seriam as famílias que fariam parte da amostra. Os extensionistas da EMATER informaram com discrição o perfil dos produtores integrados da região, e não forneceram nenhum dado oficial que os identificasse especificamente, justificando que as informações desta população são de caráter sigiloso e privado. A partir dos primeiros contatos com os integrados e as primeiras entrevistas, outros nomes foram surgindo decorrentes da indicação dos mesmos. Assim, com as informações fornecidas pelos extensionistas, e pelos próprios produtores integrados, pôde-se construir uma amostra bastante diversificada visando abarcar as especificidades dos produtores da microrregião, o que pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos produtores integrados da microrregião de Ubá

Proprietários (Nomes fictícios)	Idade do esposo	Idade da esposa	Área da propriedade em ha	Tempo de integração	Aves (Quantidade)	Residência	Fonte de renda
01. João/Débora	48	42	19,36	30	20.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
02. Pedro/Marta	48	44	10	20	12.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
03. Lucas/Joana	53	42	9,68	30	15.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
04. Manoel/Maria	54	46	9,68	11	15.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias e não agropecuárias
05. Antônio/Arminda	77	70	77,44	35	17.000	Urbana	Integração/ outras atividades agropecuárias
06 José/Selma	43	39	38,72	19	15.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
07. Jorge/Leci	51	43	25	20	11.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
08. Augusto/Nice	56	53	21	20	30.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias
09. Luiz/Antonina	61	57	24	20	30.000	Rural	Integração/ outras atividades agropecuárias e não agropecuárias
10. Joaquim/Marli	46	42	12,1 ha	1	60.000	Rural	Integração
Média	53,7	47,8	24,698 ha	20,6	22.500	Rural	90% Renda diversificada

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Como já dito anteriormente, as famílias entrevistadas correspondem aproximadamente a 2% do universo de 500 produtores integrados de toda a Zona da Mata Mineira. A partir do que pôde ser observado na tabela acima, o grupo em estudo foi constituído por

produtores que estão integrados à agroindústria com contratos entre 01 e 35 anos de duração; com lotes de 11 a 60 mil frangos. Percebe-se também que alguns integrados moram na propriedade e trabalham efetivamente na granja, assim como, existe produtor que apenas administra a propriedade residindo na cidade. Existem também produtores integrados que têm apenas como fonte de renda a integração e aqueles que possuem outras fontes de renda a partir do desenvolvimento de outras atividades agropecuárias. Verificou-se ainda que em algumas famílias de produtores integrados, a renda familiar não é proveniente apenas das atividades agropecuárias, mas de pensões, aposentadorias ou mesmo do salário dos filhos que possuem atividades urbanas. Portanto, apesar de uma amostragem percentualmente pequena, conseguiu-se nesta pesquisa apresentar situações heterogêneas dentro do modelo de integração.

A fim de assegurar a não identificação dos entrevistados, optou-se em utilizar nomes fictícios evitando, assim, comprometer as declarações feitas pelos mesmos.

1.3. A coleta de dados

Todo percurso foi feito de automóvel próprio, uma vez que havia duas outras opções: acompanhar um supervisor da Pif Paf a fim de conhecer as localidades, onde se encontravam os produtores integrados ou dirigir-se às propriedades com veículo oficial disponibilizado para a pesquisa através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste MG - Câmpus Rio Pomba (IF Sudeste MG)⁵.

⁵ A atual dissertação é resultante de um convênio entre IF Sudeste MG e UFV (Projeto Minter - Mestrado Interinstitucional) aprovado e financiado pela CAPES. Este convênio justifica a possibilidade de utilização dos veículos do IF para fins de pesquisa.

Nas duas opções os resultados da pesquisa poderiam estar comprometidos já que os entrevistados, obviamente, iriam omitir informações, críticas, caso houvessem, pois o pesquisador seria visto como representante da empresa ou mesmo alguém da fiscalização federal, devido à logomarca do Instituto Federal (IF). Assim, fez-se necessário discernir sobre a melhor maneira de se conquistar a confiança de um grupo desconhecido ao pesquisador.

A opção, então, foi a de ir diretamente às propriedades, sem a ajuda de pessoas ligadas à agroindústria e sem a utilização de veículo oficial. Desta forma, utilizou-se de toda clareza possível, fazendo-se conhecido pelos produtores integrados, para que a possível confiança fosse estabelecida.

A partir do momento que a amostra foi constituída e os endereços das propriedades foram efetivados, iniciaram-se as visitas previamente agendadas com os produtores integrados. Os contatos telefônicos foram conseguidos através da AVIZOM, EMATER e, a maioria, com os próprios produtores integrados que foram informando o número dos telefones uns dos outros à medida que as entrevistas eram realizadas. Quando o prévio agendamento por telefone não era possível, era feita uma visita à propriedade e, após uma conversa com algum membro da família, marcava-se o dia e horário para o retorno e realização da entrevista.

No percurso, constatou-se que em algumas estradas o acesso às localidades rurais era demasiadamente dificultado, como pode ser observado nas Ilustrações 1 e 2.

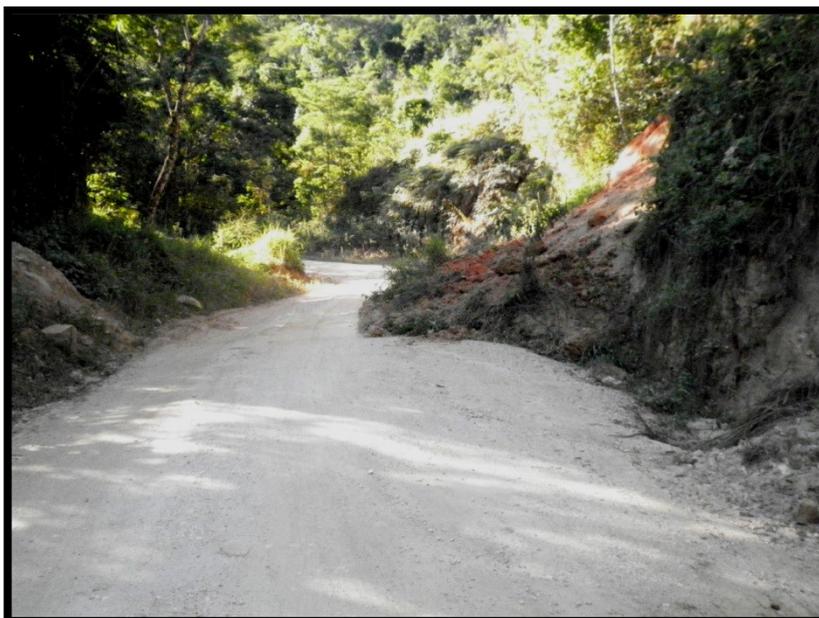


Ilustração 1 - Desmoronamento nas estradas de acesso às granjas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 2 - Erosão 1 nas estradas de acesso às granjas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Além da condição das estradas que dão acesso a algumas propriedades, algo que chamou muito a atenção foi a quantidade de casas e outras construções abandonadas como pode ser observado nas Ilustrações 3 a 6.



Ilustração 3 - Casa abandonada 1 próxima às propriedades.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 4 - Curral abandonado próximo às propriedades.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 5 - Casa abandonada 2 próxima às propriedades.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 6 - Casa abandonada 3 próxima às propriedades.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observa-se que, apesar de prevalecer nestas figuras o aspecto de abandono, algumas construções, mesmo estando aparentemente bem conservadas, também foram deixadas pelos seus moradores.

A partir desta constatação, foi perguntado a um dos entrevistados o porquê do abandono e ele resumidamente explicou que,

Ninguém mais quer ficar na roça. Aquela casa ali é do meu irmão⁶ que já saiu daqui e foi pra cidade e acredito que não volta mais. As casas tão esvaziando tudo. Até gente pra ajudar na apanha⁷ dos frangos tá difícil conseguir. (JORGE, 51, 07/02/2012).

A entrevista com cada família durou cerca de três horas, o que dependeu da boa vontade e paciência dos entrevistados. Todos foram surpreendentemente receptivos ao diálogo, uma vez que não tiveram objeções em disponibilizar parte do seu tempo e ainda que não tivessem total confiança no entrevistador, todos fizeram reclamações, avaliações e críticas a respeito da produção integrada. Este tempo de permanência junto às famílias permitiu fazer observações e obter informações sobre determinadas facetas da vida e da visão de mundo, o que muito contribuiu para elucidar algumas hipóteses que *a priori* estavam na elaboração do projeto de pesquisa.

Apesar destas constatações, notadamente os homens e mulheres na mais perfeita cortesia, agiram com fino trato aos interesses acadêmicos de um estranho que adentrou suas propriedades, suas residências e suas vidas a fim de realizar esta pesquisa.

⁶ Referia-se a uma casa muito bem pintada, com uma cerca branca de madeira serrada, também muito bem cuidada, com telhado colonial vermelho, janelas e portas de madeiras na cor branca. Na frente da casa, havia um jardim, com grama ainda aparada e algumas flores e plantas ornamentais. A pedido do produtor, não foi possível fotografá-la, receoso de furtos que estavam ocorrendo com frequência nas imediações.

⁷ Referindo-se ao dia de retirar os frangos da granja e colocá-los no caminhão da Pif Paf, para que fossem levados ao abatedouro em Visconde do Rio Branco-MG.

1.4. O tratamento dos dados

Sobre a análise dos dados obtidos, houve um esforço em combinar a retrospectiva histórica, algumas orientações antropológicas e outras próprias da sociologia. Em relação à retrospectiva histórica foi elaborado um breve histórico da ocupação e povoamento da Zona da Mata Mineira. Empenhou-se também em descrever como foi a instalação da Pif Paf na cidade de Visconde do Rio Branco-MG e de que forma ocorreram as parcerias de integração com os produtores.

Ao tratar de um grupo rural sobre o qual parte de sua trajetória já é conhecida (VALVERDE, 1958; GOMES, 1976; CAMPOS, 2006; CARRARA, 2007; AGUIAR, 2008; CASTRO; SOARES, 2010), o uso da história possivelmente contribuiu para interpretar aspectos da realidade observada. Além das informações fornecidas pelos integrados, fez-se uso da historiografia, referente à Zona da Mata Mineira; da sua descrição sociogeográfica a fim de identificar a trajetória dos cultivos praticados na região, e o contexto socioeconômico regional que favoreceu, inclusive, a instalação da empresa Pif Paf. Estas fontes, associadas às entrevistas, possibilitaram obter informações que contribuíram para a reconstituição da trajetória social destes agricultores incluindo a sua inserção na condição de produtor integrado.

Do que foi observado e ouvido, procurou-se utilizar parte da perspectiva etnográfica, recorrendo quase sempre à narrativa das pessoas e de tudo que pôde ser notado a fim de abranger a maior parte possível dos aspectos e características que, de alguma forma, estão relacionados aos *habitus* e às sociabilidades, constitutivos do grupo em análise.

Da sociologia foram apropriados os estudos sobre *habitus* e sociabilidade. De acordo com Cândido (1977, p. 19), em determinados grupos sociais quando há uma considerável homogeneidade dos indivíduos, do ponto de vista dos padrões ideais, existe a possibilidade de conhecer o passado destas sociedades pelas informações obtidas através

dos entrevistados e também é provável que se compreenda o presente pela análise de grupos menores. Corroborando com esta análise, debruçar sobre os casos individuais, buscando detalhes, colaborou para um resultado qualitativo que é essencial na interpretação sociológica, desenvolvida pela reflexão e contato com a realidade dos grupos. Isto possibilitou passar das impressões às hipóteses, o que apenas com dados estatísticos possivelmente não ocorreria.

Desde o início das entrevistas, procurou-se perceber o que era próprio daqueles indivíduos. Também se tentou reconhecer facetas de um grupo social que ainda mantém determinados padrões produtivos e societários, mas que passa a incorporar novas modalidades de produção e de comportamentos. Este reconhecimento também não seria possível apenas através do levantamento de dados estatísticos.

Reconheceu-se algumas semelhanças, tanto na análise quanto na forma de descrição dos dados, nos trabalhos de Lopes (1976), em *O Vapor do Diabo*, onde o autor descreve e analisa o trabalho dos operários do açúcar na Zona da Mata de Pernambuco, ressaltando a exaustiva intensidade de trabalho e o excessivo controle sobre os trabalhadores. A apropriação desta abordagem será feita na seção onde se descreve o processo de criação de frangos (Capítulo 5). Também no trabalho de Cândido (1977), em *Os parceiros do Rio Bonito* em que o autor, dentre outras observações da realidade, analisa os níveis de vida e de sociabilidade do caipira paulista. Referindo-se a este último trabalho, o autor estabelece uma crítica similar à opção metodológica que se efetivou nesta pesquisa no que diz respeito às análises por meio de números. Cândido (1977) diz que,

o sociólogo, porém, que a pretexto de buscar o geral fareja por toda a parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias; daí o apego ao qualitativo [...]. (CÂNDIDO, 1977, p. 19).

Considerando que a presente dissertação e os trabalhos de Cândido (1977) foram realizados em épocas e lugares distintos, com grupos sociais com características bastante diferenciadas, as reflexões sobre o caipira paulista realizadas pelo autor foram fundamentais para o exame e o entendimento das formas de sociabilidades dos produtores integrados à agroindústria.

Ao se privilegiar as percepções e as explicações dos próprios produtores integrados como material de análise procurou-se elucidar as informações concernentes a este grupo social que diante da modernização da agricultura são efetivamente inseridos neste processo, alterando desta forma, suas práticas sociais, mas, ao mesmo tempo, reproduzem facetas da grande maioria dos agricultores que não foi incorporada pela mudança nos padrões produtivos.

1.5. Escolha dos termos produtor integrado e agricultor familiar

A opção pelo termo produtor integrado ocorre em função da modalidade produtiva de integração, tendo em vista que o que regulamenta o vínculo entre produtor e agroindústria é o *Contrato de Integração*. Mesmo diante do forte vínculo com a tecnologia empregada na criação de frangos, o produtor integrado conserva características de grande parte da população rural regional, camponesa, que se estabelece a partir do uso da terra como patrimônio familiar; que combina diferentes modalidades produtivas, associada à criação animal; que mantém uma rígida hierarquia familiar, centrada na figura do pai, apesar de os filhos estarem ausentes; que reproduz lugares sociais tradicionais das mulheres, como os cuidados com os pequenos animais, por exemplo. Ao mesmo tempo, este grupo social se adequa às exigências socioeconômicas que são próprias da sociedade moderna, que o induz às

efetivas modificações pertinentes em sua maneira de produzir e de interagir socialmente.

Nesta pesquisa faz-se uso também do termo agricultor familiar por dois fatores condicionantes. Em primeiro lugar porque praticamente todos os produtores integrados entrevistados se reconheceram assim. Conforme já dito, apenas um produtor integrado não é agricultor familiar. Em segundo lugar porque alguns autores como Wanderley (1996) e Navarro e Pedroso (2011), defendem que o termo é genérico e contempla diversos grupos de produtores rurais, incluindo, portanto, os integrados.

A respeito do primeiro fator, verificou-se que, apesar desta auto-identificação estar associada ao acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estes agricultores também utilizam outros termos identitários, como granjeiro, pequeno agricultor, pequeno proprietário e pequeno produtor. No entanto, consensualmente, todos se reconheceram como agricultor familiar. Notadamente isto ocorreu quase sempre quando se referiram aos financiamentos realizados junto ao PRONAF. Optou-se, então, em escolher o termo identitário que foi comum a todos. Paradoxalmente, nesta pesquisa comprovou-se que os produtores integrados acessam muito pouco o PRONAF. Quando acessam, o fazem com a finalidade de arcarem com as despesas relativas à compra de equipamentos, reparos, adaptações ou ampliações dos galpões de frango, além de aplicarem este recurso nos dispêndios da propriedade que evidentemente não estão diretamente ligados à atividade de criação de frangos. Evidenciou-se apenas em dois casos, especificamente.

A respeito do segundo fator, pautou-se esta escolha tanto na análise de Navarro e Pedroso (2011), que afirmam haver gradações de agricultores familiares, como na análise de Wanderley (1996), que salienta ser o agricultor familiar uma categoria genérica. No entanto, esta última autora define agricultor familiar como sendo proprietário dos meios de produção e que também utiliza a força de trabalho familiar em seu próprio estabelecimento produtivo influenciando, por sua vez, a maneira

como esta família age economicamente e também como reage em suas interações sociais. Apesar desta análise, Wanderley (1996, p. 3) admite que “a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”, concordando desta forma que o termo agricultor familiar não abarca as realidades múltiplas que, de fato, constituem as populações rurais brasileiras.

Desse modo, nesta pesquisa, para se referir à população estudada utilizou-se os termos produtor integrado ou agricultor familiar, entendendo se tratar de produtores com perfil próprio do que Wanderley (1996, 2009) denomina “agricultor familiar” e Navarro e Pedroso (2011) de “agricultor de pequeno porte”.

2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PRODUTORES INTEGRADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA E A RELAÇÃO COM A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

A Zona da Mata Mineira apresenta, atualmente, um perfil fundiário com predomínio de propriedades menores, em média 35 ha, e forte presença do cultivo do café e da pecuária. Ambos os sistemas produtivos adequaram-se ao relevo regional e representam importante fonte de renda para os agricultores. Vale ressaltar que a produção de outros gêneros alimentícios, como milho, feijão, hortaliças, etc., também são de extrema importância tanto para o consumo imediato como para a comercialização local. Exatamente em decorrência do perfil produtivo regional, com presença de propriedades menores, com determinado tipo de agricultor e cultivos, a modernização que ocorre no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, não atingiu de forma tão expressiva a região. A grande maioria dos agricultores regionais passa a consumir o pacote tecnológico⁸, propagado com a modernização, de forma bastante irregular. Assim, aqueles agricultores que estavam envolvidos principalmente com o cultivo de café são os que mais absorveram e introduziram insumos industrializados a partir deste período. Os demais passam a incorporar parte do pacote, utilizando as sobras ou excedentes daqueles produtores que eram obrigados a adquirir todos os componentes do pacote tecnológico.

Desta forma, se comparada às outras regiões do país, levando em consideração o montante de insumos industrializados e demais

⁸ Referindo-se às novidades tecnológicas empregadas na agricultura a partir da segunda metade do século XX, sendo elas provenientes da Revolução Verde: emprego da mecanização agrícola em larga escala, uso de variedades selecionadas de sementes geneticamente modificadas a fim de obter alto rendimento, uso intensivo de agroquímicos (fertilizantes, herbicidas e pesticidas) e aplicação de técnicas aprimoradas de irrigação. (ASSIS, 2006).

tecnologias, a região pode ser considerada pouco atingida por esta modernização. Entretanto, tanto agricultores voltados para o cultivo do café como outros envolvidos com pecuária e de demais cultivos, mudaram suas formas anteriores de produção.

De acordo com Graziano da Silva (1982, 1996), em geral esta modernização atingiu essencialmente aqueles agricultores com maiores propriedades e com potencial de produção e bens agrícolas voltados, principalmente para o mercado externo. Assim, foram priorizadas algumas regiões e dentro destas algumas áreas com maiores possibilidades de introduzir as mudanças tecnológicas propostas.

Em geral, os menores proprietários estiveram fora do alcance deste processo. Mas na Zona da Mata Mineira, assim como em outras regiões do país, os produtores agrícolas, com menores parcelas de terra, passaram também por um processo de tecnificação, principalmente como fornecedores de matéria prima para a indústria.

Para entender melhor este processo regional é necessário conhecer um pouco da história de constituição destes produtores de menor porte, atualmente denominados familiares, que compõem a base da população rural na área de realização desta pesquisa e que fazem a modificação da produção de criação de aves para atender as demandas da indústria processadora.

2.1. A ocupação da Zona da Mata Mineira

De acordo com alguns estudiosos, o povoamento da Zona da Mata ficou comprometido até o início do século XIX por dois fatores básicos: a densa cobertura vegetal contínua - o que dificultou a penetração na mesorregião - e a presença da população indígena. Os nativos que habitaram esta região (dentre eles os cataguá, puri, coroado, botocudo e

coropó) possivelmente, juntaram-se aos primeiros ocupantes da Zona da Mata após as hostilidades sofridas no litoral brasileiro. Ao governo português, coube uma política intencional de manter condições desfavoráveis a fim de proteger a região mineradora, como se a Zona da Mata servisse de barreira a fim de evitar o contrabando e a exploração ilegal do ouro a partir do século XVIII, impedindo assim a construção dos “descaminhos do ouro”⁹. Por causa da ameaça constante de furtos deste metal precioso aos erários da Coroa portuguesa, o governo colonial permitiu que fosse construída uma estrada, em 1720, que ligasse a região mineradora, em Minas Gerais, à cidade do Rio de Janeiro. Esta via, conhecida como “Caminho Novo”, iria encurtar o trajeto e evitaria o percurso marítimo feito através do litoral paulista. Abre-se, então, a primeira via de circulação pela Zona da Mata. Este caminho seria a única estrada que possibilitaria atravessar centenas de quilômetros de mata densa e também significava permitir a organização da colônia brasileira. (VALVERDE, 1958; CARRARA, 2007; AGUIAR, 2008).

Devido à necessidade de manter a sobrevivência dos animais e pessoas que passavam pelo Caminho Novo, foram se constituindo, paulatinamente, os pousos e as roças ao longo desta nova rota. Ao mesmo tempo, foram organizados os “registros de passagens” para garantir o controle e a fiscalização contra os desvios do ouro. Minas Gerais tornou-se independente das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação ao Rio de Janeiro, a ligação passou a ser feita através do Caminho Novo e não justificava mais a dependência que antes existia. Apesar da autonomia adquirida, o limite entre as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro foi equipado com alfândegas internas (ou postos aduaneiros) a fim de garantir a cobrança dos impostos. No final do século XVIII, devido ao esgotamento do ouro, houve uma forte migração da população da região das minas para São Paulo, vale do Paraíba e Zona

⁹ Refere-se à política adotada pela coroa portuguesa a fim de manter intacta a floresta da Zona da Mata e do vale do Rio Doce, evitando a penetração e a abertura de atalhos. Esta medida foi extinta em 1805 quando o ouro já estava em fase de esgotamento na região mineradora. (VALVERDE, 1958, p. 25).

da Mata Mineira em busca de novas terras para a lavoura. Uma vez suspensa a interdição sobre a Zona da Mata, esta se tornou uma zona pioneira em ocupação, povoamento e produção agrícola, o que mais tarde irá favorecer a lavoura cafeeira. Notadamente isto beneficiou a ocupação em Minas Gerais. (VALVERDE, 1958; CARRARA, 2007).

2.2. A mata não é mais um diferencial

Descrever a delimitação da Zona da Mata é um tanto contraditório, uma vez que não é mais possível fazê-la a partir da sua vegetação, o que já foi um fator predominante na região, mas pode-se distingui-la de suas regiões vizinhas através do relevo. A floresta homogênea - que lhe valeu a alcunha -, prolongava-se para o sul, pelo vale do Paraíba e para o norte, pela mata do Rio Doce. A oeste, o limite é o Planalto da Mantiqueira e a sudoeste, a “falha de Carlos Euler”¹⁰. Pelo sul, a delimitação é menos precisa devido à uniformização tanto da mata quanto de outros elementos como o desenvolvimento do povoamento e o processo de produção da cultura do café. Já pelo lado norte, a região do rio Doce é bem diferente da Zona da Mata devido às características geográficas. Os limites da Zona da Mata podem ser determinados pelo relevo, vegetação ou mesmo levando em consideração as especificidades econômicas. (VALVERDE, 1958; SOUZA *et al.*, 2009).

Apesar de a Zona da Mata Mineira ter sido submetida ao desmatamento generalizado, a mesorregião, conforme já dito, recebeu este nome devido à aparência da vegetação natural. Em outros tempos, todas as evidências indicavam que o recobrimento natural era de uma mata contínua. (VALVERDE, 1958). Corroborando com esta descrição, Dean (1996, p. 20) afirma que “antigamente, as colinas ficavam

¹⁰ Designação proposta por Francis Ruellan em *Estudo Preliminar da Geomorfologia do Leste da Mantiqueira*. Bol. Car. Geogr., ano IV, nº 2,3 e 4, pp. 5-16.

praticamente submersas por um cobertor verde e apenas os picos irrompiam de tapetes de juncos e capim”.

No entanto, apesar desta característica original, a floresta não é mais um diferencial entre a Zona da Mata e qualquer outra região mais próxima. No decorrer de várias gerações a mata nativa foi derrubada em busca de animais e plantas para trocas (escambo), comercialização, atividades pecuárias e, evidentemente, plantio de vários cultivos destinados à reprodução social das populações que residiam na região. Posteriormente, o desmatamento deveu-se à necessidade de expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento de pastagens e da relevante produção de café. (GOMES, 1976; DEAN, 1996; CAMPOS, 2006).

Observando a área de Mata Atlântica em Minas Gerais no início dos anos 1990, Dean (1996) diz que,

É uma paisagem cicatrizada pelo trabalho humano. [...] No primeiro plano, estendem-se voçorocas alaranjadas e gredosas, incisões talhadas por séculos de mineração, agricultura e pecuária imprevidentes. [...] Em campos recém-arados, pode-se distinguir o tom vermelho-tijolo de solos férteis e ricos em ferro. Os pastos das montanhas ainda estão verdes por causa das chuvas de verão; logo irão secar e então serão queimados para eliminar os carrapatos e a macega. Aqui e ali, há encostas plantadas com eucalipto [...] Estradas de terra adunam por essa caótica colcha de retalhos, como se abertas por formigas batedoras. Cidades se amontoam nos vales, cintilando ao sol claro da manhã como joias desengastadas e espalhadas à beira do caminho. (DEAN, 1996, p.19).

Apesar da intervenção humana devastadora, ainda persistem trechos de florestas consideravelmente importantes, com faixas de até “dois ou três quilômetros de lado a lado”. No entanto, “esses canteiros são as últimas testemunhas da paisagem que antecedeu a civilização e seus triunfos”. (DEAN, 1996, p. 20).

A mesorregião da Zona da Mata está localizada na parte sudoeste do estado de Minas Gerais e é composta pelas microrregiões de Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. As sete microrregiões são compostas por 142 municípios. (IBGE, 2009).

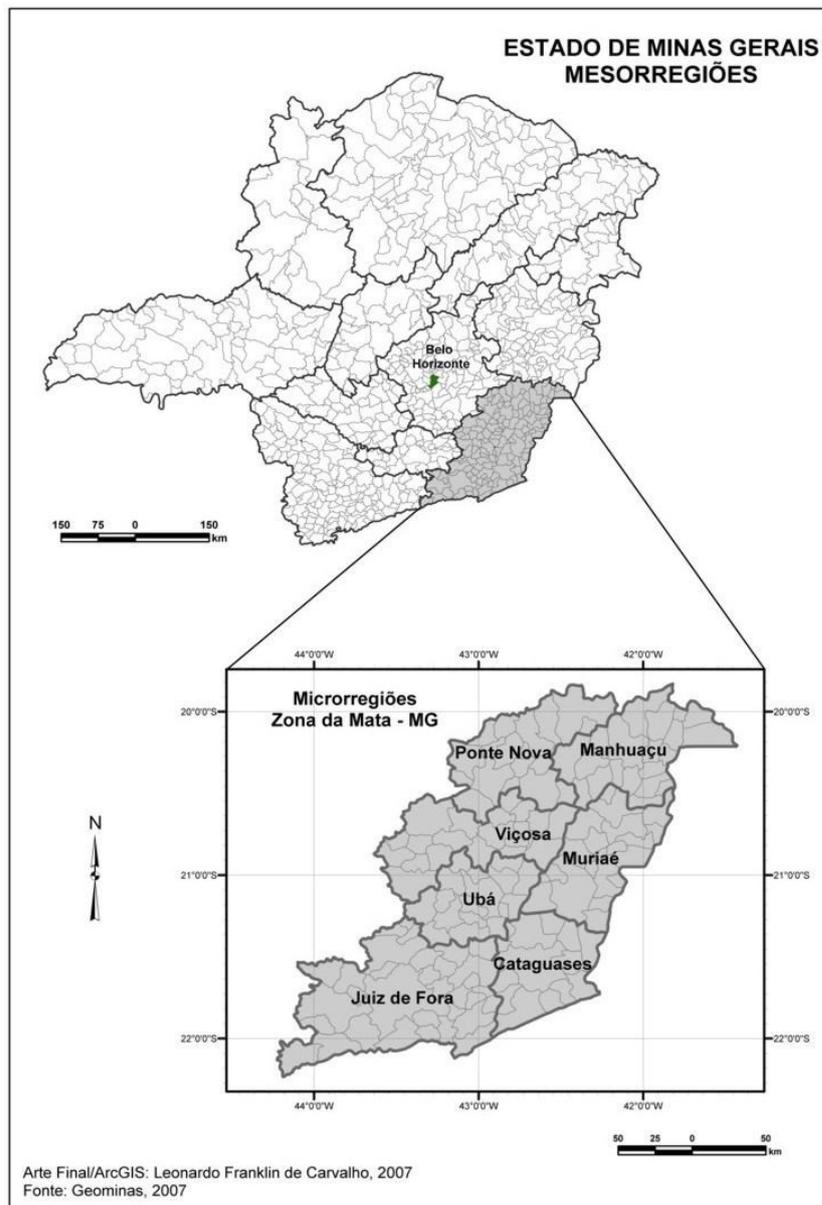


Ilustração 7 - Mapa da Zona da Mata Mineira e suas microrregiões.
Fonte: Geominas, 2007.

Atualmente, as microrregiões de Ponte Nova e de Manhuaçu estão localizadas na parte setentrional da mesorregião da Zona da Mata; Viçosa, Ubá e Muriaé estão na região central; Juiz de Fora e Cataguases, ao sul, como pode ser observado na ilustração acima.

2.3. Relação entre solo, relevo e atividades agropecuárias

Analisando a capacidade produtiva da Zona da Mata, no limiar de sua exploração, séculos XVIII e XIX, Valverde (1958) considera que o solo era moderadamente produtivo, contendo um teor de matéria orgânica considerável, evidentemente proporcionado pela floresta. Fisicamente, o solo é constituído por argilas compactas que, a princípio, são mais resistentes à erosão. No entanto, os terrenos são muito inclinados, o que por sua vez, também facilita a erosão.

Parte considerável da área cultivável da Zona da Mata é constituída por solos mais velhos e pobres, além de acidentados na faixa de latossolos. Já as pastagens compreendidas no terço inferior das encostas (áreas de argissolos), apresentam-se mais férteis. (REZENDE; REZENDE *apud* SOUZA *et al.*, 2009).

Notadamente que estas características da região limitam a área cultivável, visto que somente 16% do total são destinadas à agricultura. (GOMES *apud* SOUZA *et al.*, 2009). O relevo da Zona da Mata é de maneira especial

Acidentado e desfavorável à mecanização e apresentando solos pobres e exigentes de grande dose de adubos para produzir bem, se coloca como uma área problema, onde um grande contingente populacional vive em pequenas cidades, funcionando como uma barreira à metropolização, e extremamente carente de políticas voltadas para o desenvolvimento da produção familiar. (RESENDE; RESENDE *apud* SOUZA, 2009, p. 8).

Valverde (1958) afirma que não é de simples entendimento aos leigos analisar o relevo e a estrutura da Zona da Mata, mas revela detalhes importantes aos que se interessam pelo assunto, como por exemplo, de que a penetração dos rios através das falhas e fraturas transversais favoreceu uma boa drenagem para Zona da Mata, desenvolvendo grandes bacias que regulam os perfis dos cursos fluviais. O relevo montanhoso influencia na elevada umidade relativa do ar e as

regiões mais planas facilitaram a construção de ferrovias e rodovias. Apesar do uso das ferrovias não ser tão intenso quanto no século XIX, inclusive inúmeros trechos de linhas férreas já foram desativados, a construção destas favoreceu as comunicações com vários estados e cidades importantes. Ainda segundo este mesmo autor, a altitude também influenciou a produção cafeeira na Zona da Mata, além das características geográficas que influenciaram nas condições climáticas, sendo uma região de temperaturas mais brandas do que, por exemplo, o Rio de Janeiro. Este foi um dos fatores que favoreceu também o cultivo do café. A configuração da Zona da Mata distingue-se, como já dito, por propriedades menores, na maioria das vezes desenvolvendo atividades relacionadas ao café e gado. (VALVERDE 1958; GOMES, 1976; CAMPOS, 2006).

2.4. A importância da mineração

A mesorregião da Zona da Mata tem um extremo significado histórico, principalmente no que diz respeito à economia mineradora do século XVIII. De acordo com Carrara (2007), os estudiosos que pesquisam o Estado de Minas Gerais concordam que o surgimento deste coincide com o momento de seu grande crescimento econômico voltado para a mineração. Todavia, este autor procurou escapar ao tipo de investigação restrita apenas às áreas mineradoras e afirma que a “Capitania de Minas” era constituída de duas paisagens demográficas e econômicas distintas: “as minas e os currais”. (CARRARA, 2007, pp. 21 e 40).

Corroborando com esta análise, Castro e Soares (2010) afirmam que, de fato, não foi apenas a procura pelo ouro que provocou a mudança agressiva na paisagem da Zona da Mata, mas o avanço das atividades agrícolas e também pecuárias contribuiu para a efetivação deste processo. Desta forma, pode-se concluir que tanto as “minas” quanto os

“currais” facilitaram a penetração na região. Segundo Dean (1996, p. 186), as populações existentes nas áreas de mineração adentraram pela mata sempre com “o olho, sem dúvida, voltado para os riachos promissores”. A esse respeito o mesmo autor ainda diz que,

Na verdade, é provável que a fronteira do século XIX tenha sido dilatada tanto pela constante esperança de novamente descobrir ouro e diamante em algum lugar à sombra da floresta, quanto pelo caráter extensivo da prática agrícola, de sorte que a falta de um achado de ouro pode ter sido quase tão danoso para a Mata Atlântica quanto à própria descoberta de ouro havia sido. (DEAN, 1996, p. 186).

A mineração e o avanço das fronteiras agrícolas, portanto, contribuíram para o processo de interiorização do território da Zona da Mata Mineira, constituindo paulatinamente suas populações rurais e urbanas e também alterando e marcando a configuração da geografia desta região, assim como, os tipos de estabelecimentos rurais, os modelos produtivos e as escolhas das práticas agropecuárias como será visto a seguir.

2.5. A diversificação da produção agropecuária

Segundo Baldez, citado por Souza *et al.* (2009, p. 7), os dados mais recentes da região demonstram que a área média das propriedades da Zona da Mata Mineira é de 35 ha constituindo assim, a menor concentração de terras no Estado de Minas Gerais. O autor afirma, ainda, que os produtores dedicam-se atualmente à pecuária e aos cultivos de arroz, feijão, milho e café, sendo este último plantado em 58% das propriedades. A cana de açúcar também é um produto importante, correspondendo a 24% dos estabelecimentos rurais. A maioria dessas propriedades é constituída por agricultores familiares (aproximadamente 90%).

De acordo com Resende e Resende, citados por Souza *et al.* (2009, p. 5), o uso de fertilizantes químicos a partir da segunda metade do século XX, tem sido uma prática comum na tentativa de aumentar a produção agrícola. Esta adubação ocorre a fim de obter melhores resultados nos variados cultivos, inclusive de café. Estes autores afirmam ainda que a produção de cana de açúcar teve muita importância em alguns municípios da região, dentre eles o de Ponte Nova e Visconde do Rio Branco, principalmente após a crise cafeeira ocorrida a partir dos anos 1930. As áreas ocupadas pela cana se deram em solos menos férteis e acidentados, mantendo também com muita frequência o uso de fertilizantes químicos o que, evidentemente, contribuiu para o aumento do custo de produção dos agricultores. Apesar destas intervenções técnicas, o ciclo da cana na região declinou a partir da década de 1990.

2.6. A importância do trabalho escravo

Segundo Carrara (2007), no decorrer do século XIX, a economia mineira caracterizou-se por um número incontável e crescente de pequenos e médios lavradores, que aplicavam o lucro de suas produções em escravos. Dentre esses lavradores, havia uma elite agrária, possuidora das “unidades escravistas” que, naquele momento, eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola da província de Minas Gerais. Estas unidades escravistas concentraram-se na Zona da Mata Mineira até o período final da escravidão. (CARRARA, 2007, p. 273). Este fato no Brasil repercutiu sobremaneira na forma de se produzir na Zona da Mata.

Era a grande novidade trazida pelo século XIX: esse mesmo solo que a Província herdava da Capitania iria em breve começar a ter suas estruturas de produção agrária de tipo antigo, de baixo nível técnico e com elevadas exigências sobre os músculos humanos, corroídas por um modo material de produção novo, que penetraria inexoravelmente por todos os poros da economia – o modo de produção capitalista. (CARRARA, 2007, p. 273).

Grande parte do trabalho demandado pelas atividades agrícolas na Zona da Mata Mineira, tanto na produção de café como dos outros cultivos (como feijão, arroz e milho), era realizado pelos escravos¹¹. O uso agrícola do solo, principalmente com o café, ocorreu imerso aos fatores culturais, dentre eles, a plantação em declive, sem curvas de nível, técnicas rudimentares de utilização do solo como, por exemplo, as queimadas. (OLIVEIRA *apud* SOUZA *et al.*, 2009, p. 7).

O meio de transporte utilizado para transportar mercadorias neste período era essencialmente os animais de carga. Toda produção de café era enviada por essas tropas de muares até os portos. Somente a partir da segunda metade do século XIX é que se constroem as primeiras linhas férreas como a estrada carroçável União e Indústria (que ligava Juiz de Fora-MG à “raiz da serra” de Petrópolis-RJ, favorecendo o crescimento industrial desta cidade mineira) e a ferrovia de Três Rios-RJ, próxima à Zona da Mata Mineira reduzindo, assim, o transporte feito por muares. O uso das linhas férreas facilitava sobremaneira a circulação das mercadorias e, por isso, promoveu também a ampliação da frente pioneira. Apesar de a rede de ferrovias ter crescido, esta ocorreu de forma desordenada, decorrente da ausência de um planejamento único, já que várias empresas privadas independentes agiam de forma desarticulada. O relevo regional irregular, bastante acidentado, também foi um fator limitante para uma maior expansão do sistema ferroviário. (VALVERDE, 1958).

Apesar destas limitações, o resultado na produção de café ocorreu de forma satisfatória, uma vez que havia um importante mercado consumidor externo e, por isso, o alto preço deste produto durante muitos anos foi um grande atrativo para o aumento das áreas de cultivo. De acordo com Valverde (1958, pp. 30-32), ao mesmo tempo em que as

¹¹ De acordo com o Censo de 1872, da população de um milhão e meio de escravos no Brasil, na região de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro concentravam oitocentos e vinte mil. Minas Gerais era a primeira em número de cativos (370.000). A Zona da Mata constituía-se na principal região agrícola de Minas Gerais, portanto, acredita-se que nesta região havia uma margem considerável de escravos. (VALVERDE, 1958, p. 31).

linhas férreas favoreceram o transporte do café, os fazendeiros deparavam com a falta de força de trabalho. Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XIX ocorreu a proibição do tráfico de escravos, o que dificultou a entrada das populações africanas que se tornariam cativas no Brasil. Para suprir esta carência de força de trabalho, os fazendeiros criaram novas alternativas como os regimes de meação e o sistema de diaristas. Mesmo com o fim da escravidão, em 1888, a marcha do povoamento se manteve na Zona da Mata e os trilhos férreos se estenderam até o nordeste desta região no fim de 1915. Ao ser realizado o primeiro censo agrícola em 1920, constatou-se que a produção cafeeira da Zona da Mata correspondia a 40% da produção mineira. Somente a partir de 1930 é que, de fato, os transportes rodoviários se desenvolveram quando foi construída a Rio-Belo Horizonte, que inclusive aproveitou o traçado da União e Indústria. Notadamente estes avanços relativos aos meios de transporte favoreceram o tanto o transporte quanto o comércio do café.

Segundo os registros de Prates, citados por Valverde (1958), a queda da produção cafeeira deveu-se, entre outros fatores, à má utilização do solo, devido às práticas de cultivo inadequadas. Como alternativa a esta situação, as terras, já esgotadas, foram sendo ocupadas pela pecuária, pela produção de arroz, de cana de açúcar, de fumo, entre outros cultivos. Como exemplo desta situação na região, as cidades de Visconde do Rio Branco e Ubá passaram a desempenhar importante papel na produção de cana de açúcar e fumo, respectivamente. A esse respeito, o autor diz que,

Mais de 1/3 da área de Ubá estava em capoeiras e capoeirões; se a estes juntarmos os samambaias e taquarais, e também os pastos e capinzais, perfaremos mais de 50% da área total do município. Os cafezais ubaenses estavam, na maioria, em começo de decadência, a produção de cana diminuindo, mas em compensação, as de milho e arroz e fumo, em aumento. (PRATES *apud* VALVERDE, 1958, p. 34).

Além de Ubá, os municípios de Rio Pomba e Rio Novo também cultivavam o fumo. A cidade de Carangola estava, no início do século XX, com uma produção de fumo também bastante expressiva. Já na parte oeste da Zona da Mata, especificamente em Ponte Nova, havia ainda muitas matas virgens, bons pastos, engenhos e cafezais rentáveis. As dificuldades desta região da Zona da Mata eram a falta de força de trabalho para a lavoura e, apesar de alguns avanços, os precários meios de transporte. No entanto, o que era possível observar, de fato, é que a produção cafeeira alterou as práticas agrícolas da região, assim como a paisagem, a economia e a vida em sociedade. Esta produção cafeeira na região não ocupava extensas fazendas como as do planalto paulista. Junto a essa aristocracia mineira, os produtores de café de São Paulo passaram a controlar a economia e a política de todo país até o final da República Velha (ano de 1930). (VALVERDE, 1958, pp. 30-35).

Mesmo com as devidas dificuldades relativas ao cultivo e comercialização do café, de acordo com Prates, citado por Valverde (1958, p. 30), a Zona da Mata ainda era constituída, nos anos 1940 e 1950, por estabelecimentos rurais destinados à produção cafeeira, em que a administração era exercida por fazendeiros que faziam parte da elite política. Entretanto, desde a crise de 1929, o governo brasileiro começa paulatinamente a eliminar os cafezais nas diversas regiões do país. Assim, os antigos cafezais começaram a ser substituídos por outros cultivos e pela pecuária de leite e corte. Parte dos agricultores voltou a cultivar café pós 1960, já dentro de um novo modelo agrícola, orientado pelo uso do pacote tecnológico. A alternativa para muitos produtores agrícolas da região, a partir da segunda metade do século XX, foi a diversificação da produção agropecuária.

2.7. A crise agrícola e os novos perfis dos agricultores

Como dito anteriormente, o resultado total da produção cafeeira na Zona da Mata já não era tão expressivo após os anos de 1930. Entretanto, Prates, citado por Valverde (1958) afirma que o processo de beneficiamento tanto do café quanto do arroz, estava em vias de modernização já na segunda metade do século XX. Ainda neste período era permitido, especificamente na cultura do café, o cultivo de alguns grãos, como milho e feijão, entre as fileiras do cafezal. Apesar disso, a avaliação agrônômica era de que esta prática comprometia a produção, prejudicando o desenvolvimento das culturas, provocando problemas de natureza econômica e social.

Diante destas características agrícolas apresentadas acima, surgem vários núcleos populacionais rurais modestos e estes vão, em certa medida, absorver a força de trabalho que anteriormente destinava-se ao cultivo do café. O que se esperava era que ambos, fazendeiro e estes trabalhadores rurais, prosperassem. Na prática não foi o que aconteceu. Através da avaliação feita pelo relato de Carneiro, citado por Valverde (1958, p. 35),

o mal básico do sistema de meação é que ele agrilha o lavrador à empreitada do fazendeiro. [...] quando uma lavoura vai mal, por um motivo qualquer (más colheitas, superprodução, geadas, etc.), o fazendeiro tem, geralmente, reservas e crédito suficientes para superar a dificuldade, porém o meeiro é levado à bancarrota e à fome. [...] não havendo salário, o lavrador e sua família dependem, para viver, de adiantamentos entregues pelo fazendeiro, o qual geralmente os faz não em dinheiro, mas em espécies, na venda da fazenda, a preços quase sempre exorbitantes (sistema de barracão ou vales).

O que ocorreu na verdade foi a formação de um grupo social que serviu como força de trabalho dependente das fazendas e disponível aos fazendeiros da região, esta característica, possivelmente, se estenderia

aos seus filhos e demais descendentes. A Zona da Mata herdou o modelo de trabalho do Vale do Paraíba, onde os braços disponíveis, como os escravos (que trabalhavam por diária, na maioria das vezes) e os proprietários de pequenas parcelas de terra, representavam uma força de trabalho, em parte, desorganizada e de má qualidade. Não por falta de vontade, mas pela parca administração e organização das fazendas e também pela própria estrutura social que foi sendo constituída na região. Esta realidade diferia nitidamente do que ocorria nas fazendas paulistas, onde “imperava a disciplina”. (DENIS *apud* VALVERDE, 1958, p. 36).

O que percebe-se é que o colapso econômico gerado pela crise do café nos anos 1930 impeliu os produtores da Zona da Mata a buscarem alternativas produtivas a fim de garantirem produção e renda. Alguns produtores encontravam dificuldades em produzir em solos já empobrecidos devido ao seu uso intensivo. Uma das alternativas encontradas pelos cultivadores de café foi ocupar as áreas mais elevadas dos terrenos, visto que a predominância do relevo montanhoso não lhes oferecia muitas opções de áreas melhores para o cultivo. Evidentemente que esta estratégia aplicada ao cultivo não resolveu o problema, mas sim tornou a lavoura muitas vezes improdutiva porque a área de latossolos (mais elevada) é menos apta às práticas agrícolas. (REZENDE; REZENDE *apud* SOUZA *et al.*, 2009; GOMES *apud* SOUZA *et al.*, 2009).

Se por um lado estava ocorrendo a decadência da agricultura, por outro havia uma expansão da produção do leite. Esta, apesar de ter progredido em ritmo lento, permitia uma exportação expressiva para o Rio de Janeiro, tornando assim a pecuária leiteira mais lucrativa. A criação de gado na Zona da Mata em meados do século XX, primeiramente serviu ao abastecimento de carne e de leite, suprimindo assim as necessidades da fazenda. As populações rurais da região de Ubá e Viçosa, por exemplo, eram extremamente pobres neste período e a maioria era constituída de criadores de gado de leite e de corte, que também cultivavam um pouco de café, milho e açúcar. Especificamente, na cidade de Ubá era cultivado o fumo. (VALVERDE, 1958, p. 63).

Durante a década de 1970, segundo estudo do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) houve um avanço significativo da produção industrial no Estado. No entanto, a mesorregião da Zona da Mata não foi contemplada com esse crescimento. O PRODEMATA (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata) foi instituído com o objetivo de dinamizar a produção agropecuária principalmente naquelas áreas ocupadas pelos produtores rurais possuidores de pequenas parcelas de terras. Todavia, este programa não obteve êxito. (NETO; DINIZ, 2010).

Tratando da estagnação econômica da Zona da Mata na década de 1970, os autores acima consideraram que,

Alguns projetos de desenvolvimento são levados a cabo; entretanto, o processo de decadência e estagnação é evidente na Zona da Mata, com o agravante da região apresentar crescentes níveis de heterogeneidade regional, compreendendo microrregiões e municípios de relativa afluência, ao lado de áreas deprimidas, com indicadores sociais comparáveis às regiões mais pobres do Estado. (NETTO; DINIZ, 2010, p. 2).

A estagnação econômica é, para os autores, consequência da heterogeneidade da Zona da Mata e do considerável desmembramento dos municípios compostos, em sua maioria, por populações próximas a 10.000 habitantes, o que compromete efetivamente a capacidade de investimentos dos mesmos. Neste caso, o Estado e a Federação tornam-se responsáveis pela distribuição dos recursos. A Zona da Mata é identificada pelos autores acima citados como uma região inequivocamente estagnada, marcada por um modesto crescimento econômico e por baixos índices de qualidade de vida. (NETTO; DINIZ, 2010, p. 21).

Apesar das considerações apresentadas, referindo-se ao atraso econômico da Zona da Mata Mineira, Castro e Soares (2010) afirmam que no início do século XXI, o PIB (Produção Interna Bruta) da Zona da Mata se elevou, alcançando o 4º lugar em todo o Estado de Minas.

2.8. A modernização da agricultura brasileira

Faz-se necessário contextualizar o processo da modernização da agricultura com outros aspectos que permearam o mundo neste período, uma vez que alteraram significativamente o modo de viver e as relações sociais da sociedade contemporânea. Segundo Müller (1989, p. 33), a moderna comercialização norteada pela dinâmica capitalista, num primeiro momento, estimulou muitos produtores que viram como viável o processo de aumento da oferta de produtos agropecuários destinados à agroindústria. Primeiramente pelo fato de serem eles mesmos os empreendedores do seu próprio negócio. O segundo fato - diga-se economicamente viável - era que o aumento da oferta de produtos estimularia a demanda e os preços, evidentemente, tornar-se-iam mais competitivos. De acordo com este autor, em meados dos anos 1960, ocorre um aumento considerável de agroindústrias no Brasil, notadamente dependentes da produção agropecuária. Já no final da década de 1970, as relações entre indústria e agricultura apresentavam um elevado grau de integração intersetorial e, algumas destas empresas, que seguiam os padrões internacionais tanto de produção quanto de comercialização, migraram do processo de produção “artesanal-manufatureiro” ao “industrial”. A reação na agropecuária brasileira foi de aumento do consumo de insumos industriais, visando atender às demandas da agroindústria. A este processo de integração indústria-agricultura, denomina-se CAI, “complexo agroindustrial”. (MÜLLER, 1989, p. 18).

A constituição do “padrão agrário moderno” sob a forma de complexo agroindustrial distingue-se do “padrão agrário latifúndio-minifúndio” predominante no Brasil até 1930. O padrão agrário moderno é definido da seguinte forma:

[...] é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. E uma de suas mais importantes consequências é a supressão do divórcio entre agricultura e indústria e entre campo e cidade. (MÜLLER, 1989, p. 18).

Este mesmo autor afirma ainda que o capital ao se apoderar da agricultura no Brasil fez com que as conquistas da ciência e da tecnologia na agricultura provocassem uma revolução na organização rural. Assim sendo, Müller conclui que,

[...] o capital se apodera da agricultura, inicialmente, pelas vias da circulação e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir. [...] (*as agroindústrias*) se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de fornecimento de matérias primas. (MÜLLER, 1989, pp. 27 e 33, grifo nosso).

A modernização citada favoreceu o desenvolvimento da modalidade produtiva conhecida como “integração vertical”, onde os produtores agropecuários integrados à agroindústria destinam sua produção ao beneficiamento industrial da matéria prima que produzem. Os produtos finais das agroindústrias destinam-se aos mercados e aos grandes distribuidores (como as redes de supermercados, por exemplo), passando então a organizar a produção e a distribuição dos produtos advindos da agricultura. (MÜLLER, 1989).

Essas bruscas alterações ocorreram em diversas partes do mundo. Analisando a situação francesa, Coulomb, citado por Wanderley (2009, p. 10), afirma que “a agricultura foi subordinada ao projeto de industrialização” e a modernização da agricultura muito contribuiu para que este fato se fortalecesse, uma vez que existe forte relação de dependência muito bem estabelecida entre a agricultura e os insumos industriais. O que ocorria naquele momento da história europeia (período pós Segunda Guerra Mundial) era a necessidade de assegurar a autossuficiência em produtos agrícolas e, para tanto, fez-se necessário

investir na eficiência do setor produtivo, expressando-se no modelo de desenvolvimento agrícola de modernização em que a base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a inserção efetiva à economia de mercado.

Nesse contexto do capitalismo mundial, a agricultura nacional foi paulatinamente perdendo suas características mais tradicionais e acreditava-se que o entrave industrial brasileiro era devido ao atraso característico da agricultura. No entanto, durante o período denominado Milagre Brasileiro (de 1967 a 1973) houve um suposto desenvolvimento econômico. Pensava-se que a questão agrária havia sido resolvida por causa do aumento considerável da produção agrícola. Esse fato ocorreu com produtos específicos como, por exemplo, os cultivos de soja e café. Neste caso, uma elite agrária foi beneficiada através das exportações e muitos produtores de pequeno e médio porte foram penalizados. (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A modernização agrícola, neste sentido, atinge de forma bastante especial parcelas dos produtores rurais que não tiveram as condições consideradas inicialmente favoráveis ao processo de mudança tecnológica. Estes produtores entram na cadeia produtiva fornecendo, dentro dos padrões impostos, a matéria prima necessária ao processamento industrial. Na Zona da Mata Mineira, assim como em outras regiões do país, a modalidade produtiva vertical incorporou essencialmente aqueles produtores rurais de base familiar e proprietários de pequenas parcelas de terra, que serão dominados a partir do contrato com a agroindústria integradora de produtores integrados.

De acordo com Paulilo (1990), a produção integrada é definida como,

Uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou mais próximo do possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. [...] Os *produtores integrados* são aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela. (PAULILO, 1990, p. 19, grifo nosso).

Portanto, a produção integrada se insere efetivamente no quadro econômico capitalista brasileiro, quando se exigia da agricultura uma produção mais intensiva e mais padronizada, e neste contexto, insere-se o produtor integrado da Zona da Mata Mineira, como analisado a seguir.

2.9. A produção integrada no Brasil e na Zona da Mata Mineira

No Brasil, esta modalidade produtiva, a produção integrada, inicia-se em 1918, com a empresa Souza Cruz, na região sul do país. Esta ocorre através da integração entre produtores de pequenas parcelas de terra que passam a produzir fumo para a empresa processadora. Para Rudnicki (2011), é neste momento que implanta-se no Brasil o “Sistema de Produção Integrada”, onde a empresa fornecia os insumos e a assistência técnica, além de garantir a compra da safra. Dessa forma, a integradora tinha garantias do recebimento da matéria prima, dentro de determinado padrão, e os produtores integrados de fumo eliminariam os riscos inerentes à produção agrícola.

De acordo com Paulilo (1990), as atividades de produção de fumo eram desenvolvidas no sul do país (em Santa Catarina, especificamente) em uma pequena parte da propriedade (em muitos casos, somente 2 ha eram ocupados pelas estufas) e o cultivo era realizado apenas durante a metade do ano. Assim, os fumicultores sentiam-se menos sujeitos à agroindústria, porque mantinham outras atividades, no restante da propriedade, e desta forma, não se percebiam cuidando da lavoura da empresa. A parte da terra não explorada era utilizada livremente. A vantagem apresentada a estes agricultores estava na facilidade dos créditos e na garantida entrega da matéria prima produzida à agroindústria. Estes agricultores percebiam-se como “fregueses” da agroindústria e não como “integrados”. Segundo a autora, o termo integração não fazia parte da vivência dos plantadores de fumo. Estes

não se reconheciam assim e, além disso, constituíam laços frágeis com a agroindústria, podendo inclusive vender sua produção para outras empresas, uma vez que não tinham, à época, contrato formal de integração. No entanto, era através da dívida adquirida pelo agricultor junto às instituições de crédito que a empresa conseguia subordiná-lo. Portanto, não havia sanção para aquele produtor integrado que negociasse com outras empresas, desde que este conseguisse liquidar suas dívidas. Caso o agricultor resolvesse parar de produzir o fumo por qualquer motivo, isto não era um problema grave, porque a qualquer momento poderia efetivar outro vínculo de integração com qualquer indústria de cigarros, uma vez que eram muitas na região sul. Apesar da heterogeneidade desses agricultores, o motivo que os levou a inserirem-se na produção integrada, certamente foi a necessidade de obterem maior renda agrícola, como diz a autora, “o fumo só importa ao produtor porque dá dinheiro” (p. 171). O interesse pelo lucro desse cultivo resultou em efetivas relações coletivas de reivindicação sindical no momento em que estes fumicultores exigiam melhores preços aos seus produtos. De acordo com Paulilo (1990), a integração vertical e a solidariedade horizontal não se excluem, ou seja, mesmo os plantadores de fumo não sentindo-se produtores integrados, a solidariedade coletiva evidenciava-se através das reações sindicais. (PAULILO, 1990, pp. 168-172).

Este processo de modernização tecnológica inserido na produção dos integrados de fumo favoreceu o crescimento econômico, mas esses atores sociais evidentemente “tornaram-se mais dependentes do mercado”. (SCHNEIDER *apud* RUDNICKI, 2011, p.7). Tal questão legitima a lógica capitalista porque as propriedades sendo organizadas a partir da lógica das empresas capitalistas, a produção agropecuária passa também a ser projetada de forma diferente, portanto, adequando-se a essas empresas. (RUDNICKI, 2011).

O que pôde ser observado nesta pesquisa, apesar da pequena amostra, é que os produtores integrados da Zona da Mata Mineira vincularam-se à agroindústria de alimentos em decorrência da

necessidade de aumentarem também a renda familiar, apesar disso, prevalece a produção integrada concomitantemente com outras atividades agropecuárias em suas pequenas parcelas de terra. Notou-se que, de fato, predomina a importância da produção integrada na administração doméstica e nas finanças da família e evidenciou-se também certo vínculo de confiança em relação à produção de frango entre integrador e agroindústria, no entanto, a tentativa da integradora de efetivar outros tipos de integração (neste caso o milho) não obteve êxito.

Contribuindo com o exposto, Jollivet (1974); Mendras (1971), citados por Wanderley (2009, p. 209), dizem que, indubitavelmente, as sociedades rurais tradicionais modificaram de forma considerável sua lógica econômica tendo em vista a modernização do processo de produção, sobretudo pela inserção nos mercados. Entende-se que a partir desta dinâmica, a forma de produzir dos agricultores tradicionais é consideravelmente afetada. Nesta perspectiva, foi possível verificar, durante a realização da pesquisa, que o sistema de produção integrado à agroindústria tem-se tornado uma opção, visando o aumento da renda familiar, ao mesmo tempo em que esta inserção produtiva altera sobremaneira o ritmo da vida cotidiana.

De acordo com Figueiredo *et al.* (2006), os critérios (análise de riscos, investimentos, rentabilidade, custos, etc.) utilizados para avaliar o projeto de integração junto à Pif Paf apontaram para a viabilidade econômica, apesar de também indicar riscos ao produtor. Além disso, as margens de lucro desse tipo de atividade podem ser consideradas pequenas (na faixa de 30%, comparadas às outras possibilidades de aplicação financeira) e o volume de investimento inicial é razoavelmente grande, sendo que a recuperação desses investimentos na criação integrada de frango de corte geralmente se efetiva após cinco a dez anos de integração. (CUNHA *apud* FIGUEIREDO *et al.*, 2006).

De acordo com Wanderley (2009, p. 210), atualmente, a agricultura desempenha ainda um papel fundamental no desenvolvimento dos países avançados ou não. Por esse motivo também, a atividade agrícola tem-se

adaptado a fim de atender às exigências do mercado. Müller (1989) contribui com esta análise salientando que uma das características que definem o capitalismo contemporâneo é o domínio de setores-chaves da atividade industrial por um grupo restrito de empresas e que a propriedade de capital concentrado nestas influencia significativamente na preservação e expansão dos seus interesses.

A partir das considerações iniciais apresentadas neste capítulo sobre o processo de integração, buscou-se, com esta pesquisa, realizar um esforço em elucidar e compreender, a partir de levantamento empírico, marcas da sociologia da vida cotidiana¹², especialmente no que diz respeito às formas de sociabilidade¹³ num contexto social caracterizado por relações mais intensas com os mercados capitalistas. Desta forma, a análise sobre os processos de integração, observando as novas relações sociais constituídas e os novos ritmos impostos, pode contribuir para a visualização da realidade social deste grupo específico.

¹² Segundo Martins (2000, p. 151), o que nomeia de “sociologia da vida cotidiana” domina a vida social na atualidade.

¹³ Empenhou-se nesta pesquisa perceber questões relacionadas à sociabilidade que foram desenvolvidas a partir das relações sociais atravessadas por um processo dinâmico de modernização, como foi analisado por Elias (1993) em sua obra *O processo civilizador*, onde o autor relaciona os impulsos e a incorporação das regras aos meios que conduzem os indivíduos aos grupos e às comunidades as quais pertencem.

3. A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE *HABITUS* E SOCIABILIDADE

Propõe-se, nesta seção, entender a partir dos conceitos de *habitus* e sociabilidade as formas de inserção social dos produtores integrados que passam a vivenciar cotidianamente diferenciadas relações sociais com instituições e instâncias distintas, fora do espaço doméstico, mas também outras estreitamente vinculadas às esferas micro da vida social. Entende-se que parte destas vivências é decorrente do processo moderno de produção dos frangos do qual estes agricultores passam a participar nos últimos anos. Alguns destes vínculos sociais são, inclusive, exigências contratuais da relação empresa/integrado. Este é o caso, por exemplo, da participação na Associação dos Avicultores da Zona da Mata Mineira (AVIZOM).

Conforme se verá no Capítulo 5, o cuidado diário exigido pelas aves modifica sobremaneira o cotidiano destes agricultores imprimindo uma rotina de trabalho intensa e permanente. Assim, busca-se entender em que medida as práticas cotidianas, resultado dos novos *habitus* estruturados pela nova dinâmica de inserção marcadamente capitalista reelabora novas sociabilidades. Para tanto, elegeu-se prioritariamente os conceitos de *habitus* e sociabilidades como categorias analíticas que podem ajudar na compreensão deste processo social.

Dos conceitos tratados por Bourdieu (2004; 2006; 2008), o conceito de *habitus* contribui efetivamente para a percepção e compreensão das formas de sociabilidade. O *habitus*, segundo Bourdieu, exerce grande força na orientação da ação social porque possibilita compreender o que está no fazer e pensar dos grupos sociais. Para este autor, de acordo com Setton (2002, p. 62), *habitus* é “um instrumento conceitual que auxilia apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social”. Assim, mesmo existindo expressivas diferenças entre os membros de um grupo social, as trajetórias sociais que identificam estes mesmos

grupos também imprimem marcas que podem ser percebidas como características destas coletividades.

Habitus, então, é para Bourdieu:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Para Bourdieu (2006), *habitus* não é apenas a repetição, mas são disposições interiorizadas pelos agentes sociais que as tornam de certa forma variantes, modificadas, às vezes improvisadas. Portanto, diferente da repetição, do costume, da regra institucionalizada. O indivíduo é capaz de produzir na prática social o conjunto de percepções que absorveu socialmente resultante de uma sistematização. Estas percepções, em um dado momento, são exteriorizadas através da prática social. Para este autor, o *habitus* identifica uma classe, por isso as relações ocorrem com pessoas das quais se identificam, nos espaços que esses indivíduos exercem suas interações. Assim, a prática social manifesta-se a partir da estrutura interiorizada pela trajetória histórica do grupo social. Por sua vez, o autor entende que o indivíduo constrói sua subjetividade a partir de suas práticas sociais. (BOURDIEU, 2006).

Bourdieu, em sua reflexão sobre *habitus*, afirma que este seria um produto da interiorização das estruturas objetivas que, de alguma forma, exercem influência sobre as práticas humanas. As experiências já vividas pelos indivíduos agem como matrizes de percepções, o que é evidentemente consequência de trajetórias anteriores. Contudo esta influência vai depender sempre das escolhas dos indivíduos. (BOURDIEU *apud* MICELI, 2003).

Estas matrizes de percepções são como estruturas da vida cotidiana que emergem do mundo social e que são ordenadas

mentalmente pelos “modelos de pensamento” que fornecem aos atores sociais orientações das diferentes práticas humanas, como se orientarem no mundo social, o qual é constituído de códigos éticos que capacitam o julgamento dos processos e fatos sociais. Todo este processo ocorre através de “modelos de reação” que produzem práticas individuais ou coletivas dos atores sociais. Estas práticas surgem pela socialização, por conseguinte, por meio das atividades em grupo realizadas no dia a dia dos indivíduos. Estes modelos orientam as escolhas dos atores sociais direcionando, em parte, os seus comportamentos. Na interação com o meio, os atores sociais se adaptam realizando ajustamentos constantes diante do mundo. (BOURDIEU, 2004).

Os estudos de Bourdieu contribuem para entender as práticas sociais a partir do princípio gerador destas mesmas práticas. Diferentemente de outras formas de análise que tendem a considerar objetivamente, como se as práticas sociais fossem sempre dirigidas por aspectos externos. A perspectiva teórica de Bourdieu é no sentido de apreciar como as condições sociais contribuem para o desenrolar das ações sociais. (BOURDIEU, 2004; 2006; 2008).

Sobre essa proposta das formas de análise, Miceli explicando a perspectiva de Bourdieu diz que,

[...] ele pretendia ressaltar o quanto o sentido de um elemento linguístico, por exemplo, depende tanto de fatores linguísticos como de fatores extralinguísticos, isto é, do contexto e da situação na qual é empregado. [...] consistia em apontar sua tendência para lidar com a prática apenas num registro negativo, a saber, como mera execução. [...] tomar a teoria da ação como mera execução do modelo (no duplo sentido da norma e de construção científica) seria o mesmo que converter o sentido objetivo das práticas em fim subjetivo da ação dos produtores dessa prática. Seria preciso recusar aquelas teorias que consideram a prática uma reação mecânica, determinada de antemão por restrições antecedentes, como se fosse de todo redutível ao funcionamento de montagens preestabelecidas, “modelos”, “normas”, “papeis” e “regras”. (MICELI, 2003, p. 70).

De acordo com Miceli (2003), a elaboração do conceito de *habitus* parece, então, preencher espaços de incompreensão da realidade social, os quais o estruturalismo e o interacionismo não davam conta, apesar de esses ocuparem-se com os vários significados que surgem a partir das interações sociais e, evidentemente, da elaboração das características culturais constitutivas dos grupos sociais. O conceito de *habitus* permite compreender os princípios duráveis de disposições como sendo capazes de operar por meio de uma “obediência transgressora” de regras que aparentemente estão ajustadas às condições em que estão acontecendo sem abrir mão da vontade e da capacidade criadora dos atores sociais.

Diante dessa análise, é possível afirmar que a prática passa a ser algo justificável em seu contexto, passando a ser vista como uma conduta dotada de certa autonomia em relação ao que surge e funciona em seu entorno. O *habitus*, por sua vez, é resultante da relação dialética entre uma conjuntura e um sistema de disposições duráveis. Em outras palavras, o *habitus* ocorre como conduta que resulta de uma matriz de percepções que surge de forma autônoma, mesmo diante de constrangimentos sociais. (BOURDIEU, 2006).

Concatenado com o conceito de *habitus*, o autor também constrói o conceito de campo como o lugar das condições práticas onde os indivíduos que nele estão agindo possuem disposições específicas. (BOURDIEU *apud* MICELI, 2003).

Pode-se dizer que o campo é a estrutura em que o *habitus* tem condições de existir. O campo é constituído por estruturas que coagem os agentes que nele operam, porque estes agentes são dotados de posições relativas no campo de forças mantendo ou modificando sua estrutura. Todas as atitudes que surgem dentro de um campo são resultados do encontro das tais disposições específicas e duráveis, denominadas de *habitus*. O que orienta as lutas dentro do campo é justamente o *habitus*, que também é entendido como estratégias não conscientes. (BOURDIEU, 2004).

Os atores sociais não são pessoas que apenas executam ações a partir de condicionantes objetivas. Eles estão incluídos dentro de uma sociedade dotada de tensões e conflitos, que certamente são capazes de constranger os indivíduos ao ponto de envolvê-los. Mesmo assim, Bourdieu esclarece que os indivíduos têm autonomia diante desta força envolvente. (BOURDIEU, 2006).

Analisando esta questão, Bourdieu contribui estrategicamente a partir dessa intervenção teórica propondo uma concepção propriamente sociológica do mundo social, assumindo com clareza um distanciamento em relação ao paradigma estruturalista que tende à padronização. Com as análises sobre *habitus*, conferiu-se status operacional à prática social, a fim de haver-se com as atividades que resultam da realidade. (MICELLI, 2003).

Em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre os atores sociais e grupos sociais, indica as posições e o conjunto destas posições, que por sua vez, determina o *habitus*. Para Bourdieu, nas ações humanas decorrentes da vida em sociedade é possível encontrar as características que ajudam a reconhecer quais são os objetos que compõem o jogo e a competição, acreditando que a história social possivelmente ocorre no interior desses confrontos que, por sua vez, seria o campo de disputa. Estas contradições e enfrentamentos são resultantes das tradições, linguagens e formas de expressão que caracterizam as práticas sociais dos indivíduos ou dos grupos. (BOURDIEU, 2004).

Como a ideia de *habitus*, de acordo com Bourdieu, propõe estabelecer intrínseca relação entre as disposições estruturadas (meio social) e estruturantes (mentes), é possível vincular este conceito com o de sociabilidade, na medida em que as disposições estruturadas exercem forte influência sobre as concepções de mundo e, dessa forma, sobre as práticas dos indivíduos em determinados contextos sociais. Estas práticas serão, portanto, modificadas e redefinidas continuamente. Assim, as

sociabilidades dos indivíduos em diferentes contextos poderão ser, também, continuamente reformuladas.

Desta forma, conceito de *habitus* abre caminho para a aproximação e entendimento do conceito de sociabilidade. Para Simmel (1983), reconhecer a sociabilidade é necessário quando se aspira conhecer a formação da vida social, ou seja, quando é necessário estudar a estrutura da sociedade.

Simmel ocupou-se com os estudos da micro-sociologia. Portanto, atentando para as ações mais comuns e imediatas do cotidiano, que envolvem interações sociais de maior proximidade, como, por exemplo, as interações familiares, amigos, etc. Para este autor, a sociabilidade ocorre como artifício que surge a partir das interações sociais, reconhecendo que os indivíduos em grupo desenvolvem formas que favorecem perceber o todo social. (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005).

Para Simmel (2006, p.8), o todo social resulta da influência mútua entre os indivíduos (atores sociais) que exercem a interação em uma unidade que existe dentro de um território. Como ele mesmo afirma, uma sociedade existe ou toma forma somente a partir do estabelecimento das relações de interdependência recíproca. As formas como os atores sociais se relacionam, ou seja, a troca de experiências, o autor denomina “sociação”.

A partir da análise simmeliana entende-se que o resultado da interação entre os indivíduos é um fenômeno que acontece, evidentemente, para além da individualidade. A interação promove consequências em formas distintas. Neste caso, assim como Bourdieu, Simmel assume que os indivíduos podem realizar sua autonomia social de forma plena, porque possuem subjetividade também autônoma. Em outras palavras, apesar de os atores sociais estarem em certa medida estreitamente vinculados em formas fixas, portanto estruturadas, podem efetivamente distanciar-se delas. (SIMMEL, 2006).

O que interessa nos estudos de Simmel (2006, p. 15) é a realidade que se “origina a partir da vida dos indivíduos”. Nessa perspectiva, o autor

critica a forma de compreensão sobre o conceito de indivíduo e de sociedade entendido apenas a partir da realidade imediatamente dada.

Segundo Simmel, a interação permanente entre os indivíduos ocorre a partir dos interesses, dos desejos e, portanto, ocorre de maneira recíproca através de trocas de experiências entre estes indivíduos. (ALCÂNATA JÚNIOR, 2005).

A socição entre os indivíduos estrutura-se a partir dos conteúdos (sentimentos, emoções, etc.) e das formas (manhas, estratégias de conquistar ou de convencer, etc.). De acordo com Simmel (1983), através das formas sociais, pode-se identificar as sociabilidades.

Elucidando esta análise, Simmel diz que,

as formas nas quais resulta esse processo (*de estar com o outro, contra o outro, etc.*) ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmos e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas socições também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. (SIMMEL, 1983, p. 168, grifo nosso).

Ainda de acordo com este autor, é através da forma que se constitui uma unidade social porque nela evidencia-se que os atores sociais, que estão sociados, avaliam positivamente a formação da sociedade como um valor e por isso comprometem-se com sua existência. (SIMMEL, 1983).

Neste sentido, Alcântara Júnior (2005) enfatiza que a análise simmeliana ocupa-se em descrever e apontar os elementos que promovem a existência social como algo concreto, mostrando como ocorre a transformação da sociedade através de um processo, ou seja, apresentando a operação existente entre a dimensão individual e a própria formação da sociedade.

Para Alcântara Júnior, a sociabilidade “é resultante das condições inerentes e gestadas pelas múltiplas combinações interacionais acionadas a partir dos indivíduos, por grupos e por classes sociais, sintetizadas e cristalizadas na própria sociedade”. (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 32).

Conclui-se, nesta perspectiva, que ao associar-se, os atores elaboram determinados artifícios e formas de ação social que lhes dão um corpo, uma referência. Alcântara Júnior (2005, p. 65) sintetiza a sociabilidade dizendo que “é a forma lúdica da sociação”.

A sociação existe e é favorecida através das formas de ação social porque os indivíduos que a ela pertencem sentem que tal unidade social é legítima e, portanto, é um valor pelo qual são adotadas atitudes de cooperação, colaboração e conflito, constituindo assim a interação social.

Propondo-se elucidar ainda mais a noção do conceito, Maia (2002) entende que,

a sociabilidade, mais que uma mera categoria de interação social, oferece um frutífero ponto de partida para se examinar a dinâmica da experiência vivida e seus modos sociais de organização, mostrando um confronto sempre contraditório e agonístico (*local de disputa*) com as ordens normativas e os padrões culturais mais amplos da sociedade. (MAIA, 2002, p.4, grifo nosso).

Para esta autora, Simmel reconhece que os atores sociais ao se interagirem promovem fenômenos que vão além da individualidade, sendo sintetizados ou amalgamados em formas distintas. Daí o paradoxo:

os indivíduos nunca podem realizar-se plenamente em sua autonomia e individualidade, posto que não possuem uma subjetividade autônoma e encontram-se necessariamente imbricados num transcurso que os ultrapassa. Nesse sentido, é bem conhecida a descrição de Simmel do modo pelo qual o fluxo das experiências humanas inelutavelmente se vê aprisionado em formas fixas, das quais o próprio indivíduo se distancia. (MAIA, 2002, p.6).

A partir das análises de Maia (2002), entende-se que os indivíduos não são plenamente autônomos em sua subjetividade. No entanto, em grupo, os homens se distanciam de determinadas formas rígidas que, por sua vez, são resultados de suas experiências, rendendo-se aos fenômenos supra-individuais que são resultantes de sua interação. Em outras palavras, a sociabilidade é resultado da sociação que não está presa ao conteúdo e, por isso, existe por si própria.

Simmel (1967), estudando o fenômeno urbano explica que os padrões de vínculos sociais estariam também na vida da metrópole moderna, e que estes propiciariam aos indivíduos uma significativa liberdade de circulação e escolha social, ao contrário dos padrões característicos do mundo rural e das cidades pequenas. Esta análise foi realizada no início do século XX, quando as sociedades encontravam-se em diferentes patamares e a sociologia urbana ocupava-se em enfrentar situações ligadas ao grande crescimento industrial e urbano, principalmente nos EUA. Neste estudo, o autor salienta que desde o século XVIII, os problemas mais agudos dos atores sociais derivavam do anseio em preservarem a autonomia e a individualidade diante da coerção imposta pelas forças sociais. Este autor entendia a metrópole moderna como o lugar ideal para conferir papéis aos homens a fim de desenvolver nestes a existência psíquica. A metrópole é vista pelo autor como arena, como ele próprio diz: esta “se revela como uma daquelas grandes formações históricas em que correntes opostas que encerram a vida se desdobram, bem como se juntam às outras de igual direito”. (SIMMEL, 1967, p. 29) ¹⁴.

Em outro estudo realizado entre 1947 a 1954, Cândido (1977) analisa o caipira paulista e as profundas transformações dos seus meios de vida. Através desse trabalho, o autor procura reconhecer estas transformações diante dos impactos ocasionados pela modernização capitalista. Segundo este estudo, o caipira cria formas de resistência

¹⁴ Editado primeiramente no American Journal of Sociology, XX, em março de 1916, pp. 577-612.

diante dessa dimensão econômica que lhe cerca e pressiona, mesmo diante da possibilidade de dissolução da cultura desse grupo social. Ao caipira é imposta a multiplicação do trabalho para que sobreviva em meio às imposições da modernização, favorecendo as formas de trabalho mais individualizadas e arrefecendo as coletivas, comprometendo assim as formas de sociabilidades que lhes são características. Os vínculos com o mercado e, evidentemente com a indústria, favorecem os vínculos entre o caipira e os atores sociais da cidade, em detrimento da nulidade do primeiro. Para Cândido (1977), o lugar principal de realização das sociabilidades do caipira seriam os bairros rurais que eram “agrupamentos de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades mágico-religiosas”. (CÂNDIDO, 1977, p. 62).

O pertencimento a um determinado bairro delineava a participação em um sistema de trocas, que estabelecia os vínculos sociais. Por se tratar de um grupo social com poucos recursos materiais, pertencer a um bairro rural garantia determinados mínimos de vida concretamente assegurados pelas relações sociais nele construídas. Era ao nível dos bairros que os caipiras conseguiam convocar e ser convocados para os mutirões, fundamentais para garantir a limpeza das áreas, o preparo da terra, além das colheitas. Assim, apesar da extrema importância deste espaço de sociabilidades, o núcleo familiar ainda representava o cerne da vida diária e, portanto, de sociabilidades, já que o contato com os membros de um bairro não ocorria cotidianamente.

Os caipiras, analisados por Cândido (1977), encontravam-se em um processo de intensa transformação social decorrente das mudanças mais amplas da sociedade à época, quando algumas regiões brasileiras estavam vivenciando fortes alterações nos processos produtivos, marcadamente direcionados aos mercados capitalistas. Obviamente que estes agricultores viram seus meios de vida transformados e segundo, o autor, ocorre uma visível fragmentação em todos os níveis de suas vidas. Dependentes da mobilidade e terras abundantes para cultivos, os caipiras

paulistas encontram imensas dificuldades de sobrevivência. Parte deles consegue se adequar ao novo modo de vida, mas a grande maioria não consegue fazer a adaptação necessária e, assim, o destino é a miséria. Dessa forma, esta transformação está submetida a uma lógica capitalista que exerce total influência na vida dos caipiras, desestabilizando e dissolvendo, segundo Candido, a sociedade rústica caipira.

De acordo com Garcia (2003) - confrontando em certa medida com Cândido (1977) - as formas de sociabilidade permanecem na cidade apesar do êxodo rural acelerado a partir dos anos 1930. Outra autora que possivelmente contribui para uma maior compreensão das relações sociais nos espaços rurais é Wanderley (2009) quando afirma que apesar da indústria e da urbanização, certas particularidades constitutivas dos espaços rurais são mantidas e, portanto, a “urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura não se traduziram por nenhuma uniformização da sociedade”. Portanto, ocorre certa “manutenção da tradição camponesa”, apesar das grandes mudanças ocorridas nas sociedades rurais brasileiras. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Paulilo (1990)¹⁵, ao estudar a visão de mundo dos produtores integrados na região sul de Santa Catarina, procura analisá-los à luz das relações que eles tinham com o mercado, refletindo sobre suas tensões, contradições, conflitos e planos de significação. Neste estudo, foi possível identificar seus dilemas e riscos na relação com a agroindústria, entendendo que estes negociam em todos os sentidos, inclusive consigo mesmos¹⁶. (PAULILO, 1990, p. 13). Apesar de a autora não fazer menção às sociabilidades que são construídas a partir da inserção no sistema de integração, ela elucida, em seu estudo, a ampliação das relações sociais do grupo em questão, na medida em que os mesmos passam a interagir

¹⁵ À época, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁶ Essa é uma análise feita por Otávio Velho em relação ao livro da autora, inclusive enxergando neste uma semelhança com o seu trabalho: *O cativo da Besta-Fera, Religião e Sociedade* (Vol. 14, nº1, 1987) no qual Velho procura mostrar como a noção de cativo e besta-fera se aplica aos vários grupos de agricultores agrícolas brasileiros.

mais proximamente e cotidianamente com os mercados e a lógica capitalistas.

Na Zona da Mata Mineira a integração avícola vem remodelando o modo de criação de frangos e das práticas cotidianas, em geral, reforçando a ideia de constituição de novas sociabilidades. O vínculo com a agroindústria é cada vez mais estreito e controlado. O trabalho relacionado aos cuidados com as aves passa a orientar toda a vida cotidiana. O tempo livre, anteriormente disponibilizado para outros vínculos sociais, reduz-se de forma impressionante. A vida destes agricultores passa também por uma maior monetarização e, segundo Navarro e Pedroso (2011), por causa da monetarização da vida social, tudo vira mercadoria. Aos poucos, a vida em sociedade vai sendo dominada pela multiplicação dos mercados. Portanto, foi possível observar e compreender que o espaço rural não ficou imune a toda essa movimentação capitalista, que redefine os padrões de consumo e da vida social mais ampla. Certamente, nessa relação econômica em que se encontram os produtores integrados existem disputas, conflitos, necessidades de redefinição de práticas sociais. Assim, a utilização dos conceitos de *habitus* de Bourdieu, bem como o de sociabilidade de Simmel, principalmente, poderá contribuir para entender as ações destes agentes sociais que buscam na relação produtor-agroindústria mecanismos de permanência da condição de agricultores.

Entretanto, como a vida social é concretamente vivida pelos grupos, com diferentes trajetórias e diferentes formas de inserção, acredita-se que o estreitamento com os mercados capitalistas não se desenrola numa única direção, com o total desmantelamento das sociabilidades anteriores, rompendo assim, com todas as práticas preexistentes. Pois de acordo com Bourdieu, o conceito de *habitus* tenta romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas sociais. O *habitus* é, assim, produto da história que é incessantemente confrontado por experiências novas e, desta forma, incessantemente afetado por elas.

Assim, busca-se conhecer e entender quais são as sociabilidades vivenciadas pelos produtores integrados, considerando algumas das suas diversas esferas de inserção social. Os *habitus* permanentemente reconstruídos e decorrentes das experiências concretas demandadas pelas novas relações sociais e, portanto, de novas práticas sociais, imprimem a reformulação das sociabilidades.

4. ESPAÇOS FORMAIS DE SOCIABILIDADE

Neste capítulo apresenta-se, brevemente, o histórico de alguns espaços formais de sociabilidade que foram identificados a partir dos primeiros contatos e das entrevistas com os produtores integrados¹⁷. Alguns foram criados inclusive como exigência da empresa integradora, como é o caso da AVIZOM¹⁸. Para tanto, buscou-se dados das seguintes instituições: Pif Paf, STR, SPR e AVIZOM para conhecer as suas formas de funcionamento e principais objetivos. Ao mesmo tempo, pôde-se também identificar, a partir dos entrevistados, representantes destas instituições, elementos para entender as formas de envolvimento dos integrados nestes espaços. Estes dados obtidos foram também cruzados com as informações referentes a estes mesmos espaços, o que resultou numa ampliação do entendimento sobre o papel destas instituições e a forma como os produtores integrados entendem e as utilizam como lugares de sociabilidade. Procurou-se, dessa forma, perceber qual a efetiva importância (ou não) desses espaços para os produtores integrados e em que medida estas vinculações podem também contribuir para a construção do *habitus*. Isto porque se se entende o *habitus*, conforme afirma Bourdieu (2006), como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituídos de disposições estruturadas e estruturantes, as diferentes instituições sociais, parte integrante da estrutura social, interferem na formatação do *habitus*.

¹⁷ Os espaços informais serão analisados no Capítulo 5 por considerar que estão também vinculados ao cotidiano da população estudada.

¹⁸ De acordo com a fala dos produtores integrados está é uma condição imposta pela integradora de que todos os produtores que possuem *Contrato de Integração* com a Pif Paf têm que estar associado à AVIZOM.

4.1. A Pif Paf

A reconstrução do processo de instalação da Pif-Paf na Zona da Mata Mineira foi no sentido de conhecer a empresa integradora, além de tentar identificar o porquê da escolha da implantação da mesma na região. Como já dito, acredita-se também que as informações coletadas, e referentes à empresa, contribuíram para a análise das sociabilidades dos produtores integrados na relação com a agroindústria de alimentos¹⁹.

Pôde-se constatar que a Pif Paf é uma das dez maiores empresas brasileiras com atuação no setor de processamento de aves, suínos, massas e vegetais. Está no mercado há mais de quarenta anos e é também a maior empresa atacadista de frango do estado de Minas Gerais. O início dessa trajetória ocorreu em 1968 quando foi adquirido o abatedouro Pif Paf no Rio de Janeiro. Logo, em 1972, a empresa transferiu-se para o município de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata Mineira, e o abatedouro foi construído nesta cidade em 1974. Antes mesmo da integradora instalar-se na Zona da Mata, já havia na região produtores de frango para a comercialização (não como integrados). Parte destes estava vinculada à Cooperativa Agroavícola de Viçosa²⁰. As aves ali produzidas destinavam-se ao estabelecimento comercial de produtos agropecuários que, naquele momento, pertencia ao atual proprietário da Pif Paf Alimentos S/A. Muitos produtos comercializados neste estabelecimento (como cachaça, milho, feijão, café e o frango) eram provenientes da Zona da Mata Mineira.

Os frangos vivos (a princípio os frangos caipiras e mais tarde os de granja) eram abatidos imediatamente após a escolha destes pelos fregueses. À medida que o comércio de frangos foi crescendo, era preciso

¹⁹ As informações apresentadas nesta seção foram coletadas na Pif Paf através de documentos escritos, e-mail, site da empresa e entrevistas fornecidas por funcionários da integradora durante o período da pesquisa de campo.

²⁰ De acordo com a entrevista concedida pelo ex-presidente da Cooperativa Mista de Viçosa, realizada em 20/08/2012, esta cooperativa já não existe e foi incorporada há tempos atrás à Cooperativa Mista de Viçosa.

garantir o fornecimento de uma maior quantidade de matéria prima que seria utilizada em um futuro abatedouro a ser construído na Zona da Mata Mineira, como dito, local de onde eram provenientes os frangos. De acordo com a diretoria da Pif Paf,

como aos poucos o negócio do comércio de frangos foi só melhorando, não era mais possível fornecer o animal fresco, ou seja, abatido na hora (*como ocorria no mercado do Rio de Janeiro*). Optou-se, então, em vir para a Zona da Mata e assim ficar perto dos frangos. (Direção Pif Paf, 28/08/2012, grifo nosso).

A cidade de Viçosa, também localizada na Zona da Mata Mineira, foi a primeira a ser procurada para a montagem de um frigorífico. Como a proposta não obteve aceitação por parte da prefeitura daquele município, o convite foi feito então ao prefeito de Visconde do Rio Branco que favoreceu a construção do abatedouro. Aos poucos, com objetivo de aumentar a produção dos frangos (porque já havia poucos produtores de frango não integrados produzindo na região), alguns proprietários rurais foram sendo procurados pela integradora para que montassem as granjas da maneira que podiam, no espaço que era possível construir ou adaptar, com o recurso que os futuros produtores integrados obtinham.

Apesar de o deslocamento da empresa ter sido em função da necessidade de instalação do abatedouro perto do local de criação das aves, conforme dito acima, acredita-se que a vinda da Pif Paf para a Zona da Mata tenha sido também, dentre outros fatores, em função de uma realidade que já foi tratada no Capítulo 2, ou seja, de uma crise agrícola vivida pelos agricultores de base familiar nesta região que, fragilizados, buscavam também novas formas de produção e renda.

Um outro fator determinante nesta escolha diz respeito à localização geográfica privilegiada, uma vez que a Zona da Mata Mineira possui a infraestrutura necessária ao mercado (neste caso, de alimentos), sendo recortada por rodovias estaduais e federais ligando a região à capital Belo Horizonte e demais capitais dos estados da região sudeste

tais como São Paulo e Rio de Janeiro. (GOMES, 1976; CAMPOS, 2006; NETTO; DINIZ, 2010).

Esta infraestrutura favorável também foi confirmada pela direção da Pif Paf como essencial na escolha do local para se construir o frigorífico. De acordo com representantes da empresa, a localização geográfica, próxima aos importantes mercados do país, foi indubitavelmente um fator decisivo na escolha da região. Afirmam ainda que,

a distância é uma condição primordial na criação de frangos. Abatedouro, fábrica de ração, incubadoras, granjas e mercados, precisam estar próximos para que o mercado do frango possa dar lucro. (Direção Pif Paf, 28/08/2012).

Efetivada a decisão de construir o abatedouro no município de Visconde do Rio Branco, logo após (ainda no ano de 1974), foi inaugurada uma fábrica de ração e um incubatório em Pará de Minas²¹.

No ano de 1975, voltada para as oportunidades do mercado externo, a Pif Paf foi pioneira na comercialização de carne congelada para o Oriente Médio. No início dos anos 1980, 95% da produção da empresa já eram destinados à exportação. A partir dos novos hábitos de consumo percebidos neste período, a Pif Paf passou a produzir o frango em cortes. Nesta mesma época, inaugurou-se a unidade industrial de embutidos no município de Viçosa, que ainda está em franco funcionamento.

No fim da década de 1990, a integradora modernizou seu parque industrial e verticalizou também a produção de suínos, inaugurando a

²¹ A produção de ração e o incubatório tornaram-se essenciais para o modelo de produção integrada na avicultura em que os produtores integrados recebem da integradora as *matrizes*, a ração e a assistência técnica para a criação e, na época do abate, entregam as aves adultas e no peso ideal (de acordo com as determinações da integradora) ao frigorífico. (Fonte: Pif Paf).

As *matrizes* são os híbridos resultantes do cruzamento de avós. Por exemplo, a matriz macho AB é produzida pelo acasalamento do avô paterno (galo A) com a avó paterna (galinha B) e a matriz fêmea CD é produzida pelo acasalamento do avô materno (galo C) com a avó materna (galinha D). Fonte: EMBRAPA Suínos e Aves. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 20 ago. 2012.

unidade de abate e industrialização em Patrocínio-MG, incluindo granjas matrizes (também de suínos) e a fábrica de ração. Em Leopoldina-MG, a empresa ampliou sua produção incluindo a fabricação de massas congeladas – lasanhas, pizzas e pães de queijo - tornando a Pif Paf uma das principais marcas na produção de alimentos do mercado brasileiro.

Hoje, a empresa tem uma sede em Belo Horizonte, e mais cinco unidades industriais, além de oito unidades produtivas fornecedoras de matéria-prima localizadas em Minas Gerais e Goiás²².

No estado de Goiás, a empresa construiu um complexo agroindustrial para abate e industrialização dos frangos, composto de matizeiro, incubatório, fábrica de ração e um dos mais modernos frigoríficos do país. Após esta expansão, a Pif Paf pretende acrescentar mais de 1.200 funcionários ao seu quadro de pessoal, passando a empregar 6.700 pessoas de forma direta, sendo que em Minas Gerais já trabalham 5.500. (Pif Paf; Portugal Digital, 2012).

Atualmente, a Pif Paf exporta para Hong Kong, Japão, Rússia, Angola e parte do leste da Europa. Em 2008, este mercado representou mais de 13% do faturamento da empresa. A produção mensal está em torno de 12 mil toneladas. Desta, 55% correspondem aos frangos e 45% aos suínos e produtos alimentícios industrializados. (Portugal Digital, 2012).

Nos últimos anos, o Brasil tem liderado o mercado de exportação de carne de frango, sendo a avicultura considerada uma das atividades mais dinâmicas do setor agropecuário, justificando sua importância no desenvolvimento econômico do país. (Pif Paf, 2012).

Diante desse expressivo crescimento do mercado de carne de frango, a empresa introduz uma série de mudanças na organização da produção da matéria prima voltadas para atender a este incremento do

²² Em Minas Gerais as unidades da empresa estão localizadas em Visconde do Rio Branco, Viçosa, Leopoldina, Patrocínio, Pará de Minas, Pitangui, São José da Varginha e Bela Vista de Minas. Em Goiás: Palmeiras de Goiás e Paraúna. Os centros de distribuição estão em Contagem e Araguari (MG), Jandira (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Vila Velha (ES). (Fonte: Pif Paf).

consumo nacional e internacional. A expansão do mercado consumidor exige da empresa alteração da estrutura fabril, aumento da padronização da matéria prima, bem como adequação às normas de criação das aves. Um exemplo é o aumento do controle pela integradora tanto do processo de criação quanto das pessoas que mantêm o contato com as aves.

Como a criação das aves se dá em locais externos à área do abatedouro e fora do alcance e controle diário dos técnicos, a empresa enfatiza a importância fundamental da confiança. Conforme entrevistado,

Até hoje, a coisa que a empresa mais preza é o vínculo de confiança do integrado com a empresa e vice-versa. A gente recebe proposta de produtor que quer se tornar integrado com muita frequência, e sempre a opção é por quem a gente tem mais confiança. Quase nunca temos problemas, o pessoal que trabalha com a gente sabe da seriedade da empresa e eles nunca saem perdendo e nem a gente. Não existe Pif Paf sem integração e também não tem granja funcionando bem sem a Pif Paf. Há pouco tempo teve uma empresa frigorífica tentando se instalar aqui, mas o pessoal da gente (*referindo-se aos produtores integrados junto à Pif Paf*) falava mesmo, “ó, vocês podem até pagar mais um pouco que a Pif Paf, mas até hoje eles nunca falharam com a gente. Então acho que aqui na região vocês não vão conseguir muita coisa não”. Até hoje, realmente, a empresa *tal* não conseguiu ficar. A gente não faz nenhuma pressão não, até porque esse tipo de coisa não acontece todo dia, mas é que o pessoal já tem confiança na gente. São integrados há muitos anos, desde a época da fundação da Pif Paf aqui na região. Gente que passava muita dificuldade na época e a integração ajudou muito e ajuda até hoje (Direção Pif Paf, 28/08/2012, grifo nosso).

A fala do mesmo entrevistado aponta a empresa integradora como a solução para os problemas vivenciados pelos agricultores no momento de sua chegada à região.

Há aproximadamente dez anos, a Pif Paf fez uma tentativa de ampliar a integração também aos produtores de milho da região visando aproximar a produção deste grão à fábrica de ração, localizada na rodovia que liga Visconde do Rio Branco à Viçosa. No entanto, o resultado não foi satisfatório. Segundo a diretoria da empresa, não houve fidelidade por parte dos agricultores (o que evidentemente a integradora não esperava). Apesar de a empresa confiar - como já foi declarado anteriormente - nesta

fidelidade dos “seus produtores integrados” em relação à criação de frangos, este vínculo de confiança não se estabeleceu na produção do milho. Muitas vezes estes agricultores vendiam a safra para outras regiões, dependendo do preço que era oferecido pelo produto.

Apesar desta frustração em relação à possibilidade de realizar a produção integrada de milho na Zona da Mata, a empresa não abandonou totalmente o projeto, mas aguarda o momento certo para retomá-lo. Atualmente, está sendo efetivada apenas no Estado de Goiás. A esse respeito, a diretoria da Pif Paf afirma que,

a ida da empresa para Goiás é para ficar mais perto do milho e da soja, e mais, porque procura-se hoje investidores que sejam capazes de aplicar pesado na integração. Estes contratam mão de obra e sabem cobrar dos seus funcionários. Se fez direito fica, se não fez, vai embora. A gente já tem percebido que alguns produtores integrados estão deixando a criação de frangos porque não tem mais força para trabalhar ou não tem gente mesmo pra fazer. (Direção Pif Paf, 28/08/2012).

Dentre os motivos citados, a Pif Paf também decidiu-se por Goiás devido à maior fidelização dos agricultores (ou empresários rurais) deste estado em relação à produção de milho, especificamente, e também pelo tamanho da área cultivável. Talvez por não conseguir efetivamente o sucesso na produção integrada de milho na Zona da Mata Mineira, a diretoria da Pif Paf utiliza-se do argumento de que a produção desta região não seja suficiente para atender à demanda da empresa. O milho destinado à fábrica de ração localizada em Visconde do Rio Branco é adquirido no sul de Minas Gerais e em Goiás. A soja é proveniente de Uberlândia e também de Goiás. A diretoria da empresa afirma que, de fato, a distância é um fator determinante na criação de frangos. Gasta-se excessivamente com o transporte, mas como já foi relatado, não há produção suficiente de milho e de soja na Zona da Mata Mineira, então faz-se necessário buscar esses produtos onde quer que estejam²³.

²³ Entrevista concedida pela direção da Pif Paf em 28/08/2012.

Outra questão que se torna evidente nas declarações da direção da integradora é que a empresa tem-se empenhado em buscar um novo perfil de produtor integrado, procurando otimizar evidentemente a produção de sua matéria prima essencial, os frangos.

Apenas a convicção da empresa na fidelização do produtor integrado em relação à produção de frangos não tem sido suficiente para atender a todas as demandas da integradora. Utilizando-se da justificativa de que existe uma efetiva dificuldade de força de trabalho nas granjas, a empresa tem insistido com os produtores para se adequarem à automação, ao aumento dos lotes de frango, à reestruturação das instalações, à construção de novos galpões e, inclusive, ela tem incentivado a edificação de galpões climatizados, que são, evidentemente, muito mais onerosos. A respeito dessas adaptações e exigências frequentes, disse um entrevistado:

Neste momento nós estamos muito incomodados porque há pouco tempo atrás nós corremos para automatizar a granja - mais ou menos 1 ano - e após esse gasto alto que a gente teve, agora tão obrigando a gente a trocar as telas dos galpões. De uma mais larga para outra mais estreitinha. E somente a AVIZOM é que negocia essa tela prá nós. Muitos estão achando que até está havendo alguma vantagem por parte da AVIZOM. De uns tempo prá cá o supervisor tem falado direto que é prá gente construir outro galpão igual aos novos que estão construindo agora o tal climatizado. Já ficamos sabendo que estes ficam muito caros e se a gente não fizer, como é que vai ficá? Será que eles continuam com a gente? A gente fica na mão deles, fica mesmo sem sabe o que fazer. (JOSÉ, 43, 27/01/2012).

Verificou-se, portanto, que as automações, por exemplo, não se adéquam aos módulos menores já existentes (galpões menores que 600m² e lotes menores que 30.000 aves). Os módulos de comedouros e bebedouros automatizados já são adaptados de fábrica para lotes de 30.000 aves. Nota-se então, que alguns produtores integrados da Zona da Mata estão buscando fazer esta adequação, pois já começam a perceber que serão fatalmente excluídos pela integradora, uma vez que

boa parte desses produtores possuem galpões menores, com capacidade entre 15 a 20.000 frangos ²⁴.

Diante destas dificuldades enfrentadas pelos produtores integrados que possuem lotes menores que 30.000 aves, com pouco ou nenhum recurso financeiro para os investimentos necessários às exigidas adaptações e ampliações, a empresa tem procurado um perfil diferente de produtor integrado, optando pelo investidor que seja capaz de iniciar com uma produção expressivamente maior. A esse respeito a diretoria da Pif Paf declarou que,

A empresa leva muito em consideração o lado social. No entanto, existe um certo limite, uma vez que em todo negócio existem riscos e o risco hoje que a Pif Paf enfrenta com alguns produtores da Zona da Mata é o envelhecimento da população e a falta de mão de obra. Dos 50 produtores que nós teríamos que parar, 40 já vão parar por si mesmos, porque não dão mais conta do trabalho e não tem mais mão de obra para se contratar na roça. O produtor de subsistência não dá conta de tudo. Outro fator que tem dificultado muito para a Pif Paf é a distância, os mata-burros, as pontes e as condições das estradas. Os caminhões carregavam 13 toneladas e agora são caminhões mais pesados e carregam até 20 toneladas. Muitas estradas não comportam mais. Nem os apanhadores de frango gostam mais de trabalhar com lotes menores que 30.000. O trabalho de retirada das grades e preparação do caminhão é o mesmo tanto para lote grande como para lote menor que 10.000 ou 15.000 frangos. Então não vale muito à pena. O maior grupo de produtores integrados nosso hoje, está localizado nas microrregiões de Viçosa e Ubá, sendo Viçosa cerca de 60% da nossa produção de matéria prima. Destes, mais de 90% vão ter condições de continuar conosco. (Direção Pif Paf, 28/08/2012).

Esta declaração apresenta-se de forma paradoxal. Dificilmente, diante da lógica capitalista que rege os interesses da indústria, esta irá priorizar e se preocupar em garantir o “lado social” de seus produtores integrados. Com certeza, a empresa se manterá com o propósito

²⁴ Esta média de frangos por galpão que identifica o perfil atual da maioria dos produtores integrados da Zona da Mata Mineira foi obtida através da entrevista concedida pela diretoria da AVIZOM em 24/05/2012 e confirmada pela direção da Pif Paf em 28/08/2012.

primordial de lucratividade. Evidencia-se, neste caso, um possível processo de marginalização²⁵ de uma fração dos produtores integrados da Zona da Mata Mineira, o que em parte já pôde ser visto nas visitas feitas às propriedades, das quais foi possível obter as imagens abaixo, onde tem-se como exemplo ilustrações de um galpão mais antigo (35 anos) e de um galpão bem mais novo, cujo modelo é o climatizado (à época, 1 ano de construção).



Ilustração 8 - Lateral 1 galpão convencional (antigo).
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

²⁵ Termo utilizado por Ploeg (2008) referindo-se às populações rurais europeias marginalizadas pelo processo de concentração de renda imposto pelos “Impérios Alimentares”. Análise proposta no livro *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (Disponível na bibliografia), onde o autor afirma que existem aspectos comuns entre os modelos agrícolas europeu e dos países mais pobres (citados como países de “Terceiro Mundo”). Dentre eles de que os mercados agrícolas e alimentares não são dirigidos por uma “mão invisível” que ocorre da oferta e da procura, pelo contrário, o que dirige o mercado são as orientações políticas influenciadas por grupos estratégicos ligados ao agronegócio, fortalecendo assim a influência dos “Impérios Alimentares” que incluem e também excluem pelas exigências tecnológicas e pela integração de mercados. No caso da exclusão pela tecnologia e pelo mercado, surge um grupo considerável de marginalizados.



Ilustração 9 - Lateral 2 galpão convencional (antigo).
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 10- Lateral galpão climatizado (novo).
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 11- Frente galpão climatizado (novo).
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

As imagens não só evidenciam uma visível mudança estética e técnica dos galpões, mas também é possível perceber que as novas exigências da empresa, ao definir um padrão ideal de granja, que irá reduzir sensivelmente os custos de coleta das aves (dentre outros custos que fatalmente serão reduzidos como transporte, supervisores e apanhadores), principalmente, implicarão em menor autonomia do integrado na utilização de recursos construtivos existentes dentro da sua propriedade, como madeira, por exemplo. Ademais, dificilmente os atuais integrados poderão levantar o montante financeiro necessário, em torno de R\$300.000,00 (ou mais) para a construção de cada galpão, segundo informações obtidas pelos próprios produtores integrados e pela integradora. (JOAQUIM, 46, 08/03/2012; Direção Pif Paf 28/08/2012). Mediante as constatações verificadas nesta pesquisa, a maioria dos produtores integrados e entrevistados não possui recursos desta monta para investirem nos galpões climatizados.

Outra questão a ser ressaltada é que o galpão das Ilustrações 8 e 9 é administrado por um produtor integrado que está com idade bem avançada e por isso já não consegue acompanhar o ritmo imposto pela

criação de frangos, enquanto os galpões (2) das Ilustrações 10 e 11 são administrados por produtores (referindo-se ao casal) cerca de 30 anos mais novos e que, aparentemente, têm melhores condições físicas para o trabalho na integração²⁶. Também verificou-se que o galpão mais antigo está em uma área de difícil acesso (estrada mais estreita, íngreme e mais distante da integradora), sendo que o galpão mais novo localiza-se próximo à rodovia e ao abatedouro da integradora.

Nota-se que, diferentemente do que é apresentado pela integradora, a representante da associação dos avicultores (AVISOM) enfatiza que mais da metade dos produtores integrados (e não o percentual menor que 10% apresentado anteriormente pela Pif Paf) serão excluídos em menos de um ano²⁷, devido ao processo de modernização dos galpões, ora exigida. Notadamente, percebe-se que a modernização que incorporou os produtores integrados na segunda metade do século XX, estará possivelmente excluindo os mesmos da modalidade de integração, pois já não atendem mais aos novos patamares produtivos exigidos pela empresa.

De acordo com a integradora, a desistência de parte dos produtores integrados já vem ocorrendo naturalmente e a Pif Paf já contava com este fato. Diante do exposto, a empresa tem promovido orientações referentes às mudanças junto aos produtores integrados. Aqueles que a integradora avalia que não terão mesmo condições de continuar produzindo devido aos vários fatores impeditivos (como idade avançada dos produtores, dificuldade de acesso dos caminhões da Pif

²⁶ Este fato, inclusive, foi verificado *in loco*. Algo que chamou a atenção foi que no momento da entrevista estes produtores integrados (marido e esposa) estavam muito ansiosos e preocupados, uma vez que haviam gastado quase R\$700.000,00 em construção de galpões e equipamentos, sendo que boa parte deste gasto já constituía-se em dívidas e esperava-se saná-las com a renda da integração.

²⁷ Informação obtida no primeiro semestre de 2012 por membros da diretoria da AVIZOM, após alguns dias que esta diretoria havia se reunido com a direção da Pif Paf. Notou-se nesse momento da entrevista, considerável abatimento por parte da entrevistada, valendo-se de exemplos de familiares que estariam desesperados por não saberem o que fariam se, de fato, viessem a ser desvinculados da integração junto à Pif Paf.

Paf, baixo número de aves por galpão, distância em relação à empresa, possibilidade de inundação dos galpões, entre outros) têm recebido orientação para que não realizem nenhuma adaptação, uma vez que também não conseguirão manter-se como integrados (verificou-se pela entrevista com a direção da integradora que, coincidentemente, esta também é a condição do produtor integrado proprietário do galpão representado nas Ilustrações 8 e 9).

A reflexão a respeito deste processo em curso na região lembra as análises realizadas por Ploeg (2008), quando o autor enfatiza que diante das perspectivas atuais de acumulação de capital, é esperado que ocorra dificuldades econômicas nos espaços rurais gerando marginalização das populações ali estabelecidas. Notadamente, a marginalização das populações rurais da Zona da Mata constituídas por produtores integrados já vem ocorrendo e, pelo que foi verificado até o momento, não há nenhuma proposta da integradora, da associação (AVIZOM) e nem dos próprios produtores integrados em relação aqueles que não irão permanecer vinculados ao *Contrato de Integração*. Certamente que o não recebimento regular da renda dos lotes que faz parte da organização financeira familiar dos produtores integrados, irá comprometer (pelo menos por algum tempo) sobremaneira as condições econômicas e a vida dessas famílias. Este aspecto foi constatado a partir da importância que todos os produtores elencados nesta pesquisa deram em relação à renda obtida através da produção integrada. Portanto, todos os produtores integrados disseram que através da modalidade de integração obtém-se “lucro certo e segurança” e que esta modalidade para eles é um “bom negócio”. Segundo os extensionistas da EMATER (pelos dados não fornecidos mas analisados por eles), “a integração é o carro chefe dos proprietários rurais da região de Ubá e Viçosa, com certeza”²⁸. (EMATER, 2012).

²⁸ Entrevista concedida pelos extensionistas da EMATER, escritório local de Ubá em 17/09/2012.

De acordo com a direção da Pif Paf, diferente do que vem ocorrendo na Zona da Mata de Minas Gerais, em Goiás o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)²⁹, operacionalizado pelo Banco do Brasil, favorece o financiamento destinado aos gastos iniciais aplicados à integração. Estes gastos referem-se ao grande volume de capital necessário tanto para a construção dos galpões quanto para a aquisição dos equipamentos. Acredita-se que aqueles que utilizam este financiamento a fim de iniciarem na modalidade de produção integrada, conseguem em um prazo de 8 a 10 anos, quitar o empréstimo, por meio da renda proveniente da integração.

A exemplo do que vem ocorrendo em Goiás, a direção da Pif Paf informou que, utilizando-se deste financiamento, os investidores têm construído em média quatro galpões contendo 30.000 frangos cada um (totalizando 120.000 frangos). O gasto é de aproximadamente R\$1.300.000,00. Segundo a diretoria da empresa, este recurso realmente é elevado para o perfil das populações rurais da Zona da Mata Mineira. Mesmo assim, a direção da Pif Paf justifica que a integradora “tem visualizado o crescimento e não a substituição dos produtores integrados da Zona da Mata”. No entanto, esta declaração é incoerente tendo em vista o que vem ocorrendo. Muitos produtores integrados possivelmente serão desligados dos contratos com a empresa em pouco tempo e certamente não há como fazer frente ao volume tão alto de investimento

²⁹ O FCO objetiva promover o crescimento econômico e a melhor condição de vida do centro-oeste brasileiro. A efetivação desse crescimento econômico se dará, a princípio, através dos financiamentos destinados às atividades produtivas tanto na indústria quanto na agroindústria, além de visar o crescimento dos setores de agropecuária, turismo, mineração, comércio e serviços. Segundo informações do Ministério da Integração Nacional, o FCO se propõe a alcançar o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este fundo é administrado pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Banco do Brasil - como agente financeiro - e pelo CONDEL/FCO - Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index>. Acesso em 25 set. 2012.

como o que tem sido feito no Estado de Goiás e até mesmo em outras regiões da própria Zona da Mata.

Este caso vem ocorrendo especificamente com expressivos produtores de café do município e das adjacências de Ervália, onde alguns potenciais investidores tem optado pela produção integrada e, segundo a direção da Pif Paf, isto ocorreu após uma crise recente ocorrida com uma importante indústria de café da Zona da Mata (a fábrica de Café Toko) o que fez com que esses produtores de café começassem a procurar outras formas de investimento. A partir desse momento, alguns produtores efetivaram contratos de integração com a Pif Paf, o que para a empresa tornou-se algo viável e necessário diante da carência da força de trabalho em algumas microrregiões como Viçosa e Ubá, onde concentram boa parte dos produtores integrados menores. Segundo a direção da empresa, “apesar de não ter sido planejado dessa forma, a crise que os cafeicultores passaram favoreceu à Pif Paf, uma vez que os cafeicultores estão se tornando também grandes investidores na atividade de criação de frangos. De acordo com a direção da empresa, “atualmente existe um lista de espera considerável de empresários rurais, tanto de Ervália como das cidades adjacentes, esperando para iniciarem o processo de integração”. (Direção Pif Paf, 2012).

Mesmo diante destas constatações, a empresa afirma que não há intenção em substituir os produtores integrados da Zona da Mata pelos atuais e futuros produtores integrados de Goiás ou de qualquer outra região do país. Segundo a Pif Paf, a produção de frangos precisa estar próxima ao frigorífico e o volume de produção da Zona da Mata tem atendido à demanda da agroindústria, que é responsável pelo expressivo mercado nacional. A empresa acredita no aumento considerável dos produtores integrados nos locais onde possui influência econômica (inclusive na Zona da Mata Mineira) e também assume que está sendo consolidado um novo perfil de produtor integrado que é menos dependente da agroindústria do que os agricultores familiares que hoje compõem a grande maioria dos atuais produtores integrados da Zona da

Mata. Mesmo optando por esta mudança, a Pif Paf não vê outra alternativa, tendo em vista que o mercado exige adaptações e “quem está no negócio deve estar disposto a enfrentar riscos”. (Direção Pif Paf, 2012).

Segundo a integradora, o que tem ocorrido atualmente e com certa frequência é a procura de investimentos diversificados por parte de alguns profissionais liberais, industriais e empresários das mais variadas atuações. Apesar de tais mudanças apresentadas, a Pif Paf defende que o mercado que lhe interessa efetivamente ainda é o da região sudeste do país, onde está neste momento atuando e expandindo cada vez mais³⁰.

Finalizando esta seção não há dúvida que, apesar da tendência ao desligamento de parte dos produtores integrados, está ocorrendo um crescimento da produção de frangos na Zona da Mata Mineira (não dos produtores integrados, uma vez que a concentração de frangos nos galpões irá provavelmente diminuir o número de produtores), assim como em outras regiões do país. No entanto, as exigências da integradora em relação às adaptações necessárias atualmente, envolvem um valor de investimento financeiro inacessível a muitos dos produtores integrados da região em estudo. Portanto, serão fatalmente eliminados ou substituídos e a produção de frangos, possivelmente, estará concentrada nos empresários rurais e talvez em poucos agricultores familiares.

4.2. Associação dos Avicultores da Zona da Mata – AVIZOM

Assim como a Pif Paf, a AVIZOM é um espaço formal de sociabilidade dos produtores integrados que exige uma afiliação para participação e é parte das exigências da empresa integradora. Basicamente, os integrados se utilizam desta instituição quando são convocados ou quando precisam resolver algum problema específico

³⁰ Entrevista concedida pela direção da Pif Paf em 28/08/2008.

relacionado às atividades da criação das aves. Apesar da ínfima presença neste espaço, o que pôde ser observado a partir das falas dos diferentes entrevistados, faz-se necessário conhecer e avaliar este espaço de sociabilidade visto que é a associação que formalmente representa os produtores integrados da Zona da Mata Mineira na relação com a indústria³¹.

A sede da associação dos avicultores localiza-se no município de Visconde do Rio Branco e foi inaugurada em 1983 com a participação de funcionários da Pif Paf e mais 120 produtores integrados. Atualmente, a AVIZOM conta com um número aproximado de 500 associados distribuídos em 33 municípios da Zona da Mata Mineira³².

De acordo com representantes da diretoria, “a associação se propõe a realizar o vínculo entre a agroindústria e os produtores integrados”, procurando resolver diversas situações como acordos financeiros, seguros, marketing, avaliações ambientais, serviços contábeis e advocatícios, além de compras de materiais para a construção ou adaptações dos galpões e equipamentos diversos, adequados ao sistema de integração, procurando assim reduzir custos de produção para os seus associados. Estas ações são necessárias porque, para a AVIZOM, “a avicultura é um dos setores mais dinâmicos do conjunto agropecuário, principalmente por exigir grande quantidade de tecnologia”. Para tanto, “faz-se necessário competência e empenho da associação a fim de acompanhar o crescimento do setor e atender às necessidades dos produtores integrados associados”. (AVIZOM, 2012).

Atualmente, funcionam quatro setores dentro da sede da associação: o ambiental, o de comunicação, o jurídico e o de negócios. A execução das atividades desenvolvidas ficam a cargo de profissionais

³¹ Informações obtidas através da entrevista concedida pela diretoria da AVIZOM em 24/05/2012.

³² Todas as informações apresentadas nesta seção foram coletadas na AVIZOM através de documentos escritos e entrevistas fornecidas por funcionários e pela diretoria da associação no primeiro semestre de 2012.

permanentes que são contratados formalmente ou de estagiários³³. A diretoria da associação é constituída por treze membros, os quais são também produtores integrados. Segundo dados coletados com representantes da AVIZOM, atualmente os funcionários da Pif Paf já não fazem parte da diretoria da associação.

O setor ambiental conta com um técnico especializado em meio ambiente com a incumbência de atender diariamente aos produtores. O atendimento ocorre, na maioria das vezes, por telefone e, quando necessário, o técnico desloca-se até a propriedade ou ao órgão responsável para resolver as questões necessárias. Este dado foi confirmado através da fala dos produtores integrados que utilizam desse meio de comunicação quando, segundo eles, raramente precisam da AVIZOM. O contato é feito desta forma, por telefone, devido à distância e à falta de tempo.

Corroborando estas informações, segundo membros da diretoria da AVIZOM, os produtores integrados realmente não são muito presentes na associação. Eles afirmam que esta ausência dos integrados decorre provavelmente devido à distância e ao excesso de trabalho a que estão submetidos no processo de criação dos frangos. Por isso, são organizados encontros regionais com estes produtores, procurando garantir a participação destes nos eventos realizados pela associação. Os encontros são conhecidos como “mesas redondas”, que realizam-se por área geográfica. É escolhida uma cidade onde exista um número mais expressivo de produtores integrados à Pif Paf e ali são abordados os temas referentes à integração, à associação e aos integrados. A diretoria da AVIZOM acredita que “hoje em dia, muita coisa se resolve mesmo é por telefone e internet porque ninguém mais tem muito tempo”. (AVIZOM, 2012).

³³ A AVIZOM tem o apoio de alguns departamentos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), como o de cooperativismo, por exemplo. Os alunos do Ensino Superior realizam estágio na associação e procuram dar o suporte na área de conhecimento que dominam.

Os atendimentos mais comuns do setor ambiental dizem respeito às orientações quanto ao manejo da compostagem da cama de frango³⁴ e da restrição ao uso deste substrato para o gado³⁵. O setor é também responsável pelos procedimentos necessários ao licenciamento ambiental das propriedades.

O atendimento aos associados não se restringe apenas às demandas advindas da criação de frangos. A AVIZOM também realiza outras orientações referentes às determinações gerais e fiscalizações do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

O setor de custos empenha-se em efetivar convênios e parcerias com fornecedores a fim de diminuir os gastos dos avicultores com as instalações, construções e adaptações dos galpões e equipamentos.

A seção de comunicação ocupa-se em divulgar notícias referentes às ações da associação que acredita serem importantes aos integrados. Este trabalho é feito a partir do *Informativo AVIZOM*. Fazendo uso dessa estratégia, a associação afirma que poderá contribuir para valorizar e representar o avicultor, enfatizando a importância deste na cadeia produtiva do frango de corte, além de servir como canal de autonomia

³⁴ Segundo a Emater-MG, a cama de frango é um substrato utilizado para cobrir o piso das granjas. Ela é retirada do galpão aproximadamente quarenta dias após a entrada do lote e é considerada um excelente adubo que pode ser utilizado em diferentes cultivos e pastagens. No final de um lote, a produção aproximada é de 2 Kg/ave. A constituição desse produto é basicamente de casca de arroz, sabugo de milho triturado, serragem grossa de madeira ou capim picado que é misturado aos dejetos dos animais, sobras de ração e penas. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/>>. Acesso em 20 ago. 2012.

³⁵ A partir da Instrução Normativa nº8 de 25/03/2004 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) proibiu o comércio e o uso de produtos destinados à alimentação do gado que possuem proteínas e gorduras de origem animal. A partir de então a cama de frango não pôde mais ser vendida para este fim. Em 2009 (Instrução Normativa nº 41 de 8/10/2009), o governo criou mecanismos de fiscalização para que esta prática fosse extinta a fim de garantir a saúde dos animais. (Jornal Embrapa Milho e Sorgo, 2010). A proibição da cama de frango como alimento para o gado ocorre em função da intoxicação produzida pelo consumo de matéria orgânica em decomposição que esteja contaminadas com carcaças de animais. (DUTRA *et al. apud* LOBATO *et al.*, 2008, pp. 1176-1177). O Botulismo “é uma intoxicação originada através da ingestão de uma neurotoxina produzida pelo *Clostridium botulinum*, uma bactéria anaeróbia estrita, gram-positiva e que pode esporular em condições adversas. (GARRITY *apud* LOBATO *et al.*, 2008, pp. 1176-1177).

diante das imposições realizadas pela modalidade de integração. No entanto, o que se observou é que este informativo chega até aos avicultores por meio dos supervisores da Pif Paf que visitam as granjas semanalmente³⁶. Portanto, esta autonomia, apontada pela associação, fica evidentemente comprometida. A partir das leituras realizadas em alguns exemplares deste informativo, pôde-se perceber que o conteúdo do mesmo apresenta na maior parte, notícias sobre os diversos serviços prestados pela associação como Licenciamento Ambiental, Educação Cooperativa e demais negociações efetivadas com a integradora, além de festas, eventos e confraternizações. Portanto, não se constitui um instrumento efetivo de denúncia, ou de esclarecimento sobre dificuldade e problemas vivenciados pelos integrados. Funciona mesmo como um espaço de informações voltadas a atender e esclarecer sobre as exigências relativas ao sistema de criação.

O setor de comunicação definiu um *slogan* para a associação: “AVIZOM, a força do avicultor”, tendo como objetivo enfatizar o apoio e a representatividade que proporciona ao associado. Segundo a diretoria da associação, as ações que envolvem o setor de comunicação (festas, divulgação em rádios, confecção de folhetos, elaboração do jornal impresso, etc.) visam demonstrar a importância do desenvolvimento da AVIZOM e da integração na região.

Notou-se, então, que a função da associação tem sido a de prestar apoio gerencial e técnico em todo processo de produção das aves, atendendo em boa medida aos interesses da integradora. Apesar disso, a associação define-se “como uma organização capaz de servir como espaço formal e legal de negociação com a Pif Paf” e acredita, ainda, “ser capaz de representar os interesses dos avicultores associados” junto à

³⁶ Os dias destinados à supervisão dos trabalhos na granja não são previamente agendados com os produtores integrados, no entanto, os produtores já têm um determinado controle sobre estas visitas: “se não tiver nenhum problema com a luz (*referindo-se à energia elétrica*) ou qualquer outra coisa, a gente já sabe que eles vêm (*referindo-se aos supervisores*) sempre quando fecha a semana”. (Filho de produtor integrado, 28, 26/01/2012, grifos nossos). Neste caso, o entrevistado está dizendo que se o supervisor vem em um dia da semana, na outra, provavelmente, virá no mesmo dia.

integradora. Na prática, o que pôde ser observado é que a associação não usufrui de autonomia frente às suas demandas e, por sua vez, de boa parte das necessidades dos produtores integrados. Esta constatação foi possível a partir de algumas declarações realizadas pela diretoria da AVIZOM e mesmo pelos avicultores entrevistados neste trabalho que demonstram pouca confiança quanto à capacidade da associação em atender às suas necessidades, ou mesmo de ser uma entidade que efetivamente os represente. Isto pode ser evidenciado, inclusive, na baixa participação destes nas atividades da associação, sendo que a maioria dos produtores participa apenas de uma ou duas reuniões por ano (dados obtidos nas entrevistas). O associado mais assíduo possui um cargo na diretoria e o outro mais frequente às reuniões o faz porque acredita que assim poderá ficar mais informado sobre as questões da empresa e da integração. Estas informações poderão ser observadas nos dados apresentados a seguir.

Tabela 2- Participação dos produtores integrados na AVIZOM

Proprietários (Nomes fictícios)	Participação AVIZOM
01. João/Débora	A cada 2 meses
02. Pedro/Marta	A cada 6 meses
03. Lucas/Joana	A cada 12 meses
04. Manoel/Maria	A cada 12 meses
05. Antônio/Armanda	A cada 12 meses
06 José/Selma	A cada 6 meses
07. Jorge/Leci	A cada 12 meses
08. Augusto/Nice	A cada 12 meses
09. Luiz/Antonina	A cada 15 dias
10. Joaquim/Marli	A cada 12 meses

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Tabela 3 - Motivação dos produtores integrados quanto à participação na AVIZOM

Proprietários (Nomes fictícios)	Motivação
01. João	Informação sobre as exigências da empresa
02. Pedro	Informação sobre as exigências da empresa
03. Lucas/Joana	Obrigatoriedade. Informação sobre as exigências da empresa
04. Manoel/Maria	Obrigatoriedade Não vê vantagem alguma
05. Antônio/Arminda	Não tem motivação A distância é um impedimento
06. José/Selma	Vale à pena ser associado
07. Jorge/Leci	Obrigatoriedade Não vê vantagem alguma
08. Augusto/Nice	Obrigatoriedade Não vê vantagem alguma
09. Luiz/Antonina	Possui cargo na diretoria
10. Joaquim/Marli	Informação sobre as exigências da empresa

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O que foi possível verificar a respeito da baixa participação dos produtores integrados junto à associação é que não percebem significativamente a importância destas reuniões e, além do mais, não dispõem de tempo disponível para estarem presentes.

Diante do que foi exposto, verifica-se que a população rural, ora analisada, não tem uma valorização positiva da associação da qual são membros formalmente constituídos, tendo em vista que não percebem ações mais efetivas e autônomas desta associação em relação ao que esperam da mesma. Eles não se sentem parte da AVIZOM, mas, ao mesmo tempo, esperam que a associação atue no sentido de representar os interesses dos seus participantes.

Esta visível ausência pode ser entendida considerando observações realizadas por Simmel (1967, pp. 16-19), quando o autor enfatiza que a lógica moderna tornou a atitude mental extremamente calculista. Ou seja, as interações que envolvem os grupos sociais modernos são dotadas de comportamentos de natureza social que exigem uma certa “exatidão calculista” resultante da “economia do

dinheiro”. É esperado, portanto, pelas sociedades atuais uma relação direta entre causa e efeito. Em relação à associação, é um espaço que não possibilita o exercício de sociabilidades para os integrados. Ao contrário, ela é vista como algo externo a eles e que, ainda assim, deve agir em nome de quem representa. Como avaliam desta forma, a tendência é afastarem-se ou participarem apenas por obrigação. Isto foi constantemente enfatizado por vários entrevistados.

4.3. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Outro espaço mencionado pelos integrados e que foi considerado importante de ser melhor compreendido nesta pesquisa diz respeito ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Entendido também como espaço formal de sociabilidade, pois para se vincular e participar desta entidade existe um procedimento que formaliza a relação do associado. Buscou-se, portanto, não só conhecer o sindicato e sua história como também as formas de envolvimento e participação de parte de seus filiados, constituída pelos integrados.

Como a entrevista constava de informações relacionadas às instituições de certa forma relacionada ao cotidiano destes produtores e dentre elas os sindicatos, verificou-se que nenhum dos produtores integrados entrevistados era filiado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Entretanto, ao se buscar informações junto a este sindicato obteve-se o número exato de sindicalizados e o perfil dos mesmos. Assim, dos 380 sindicalizados atualmente, somente 2 são produtores integrados. A partir destes dados ocupou-se em analisar os possíveis motivos que desfavoreceram e ainda desfavorecem a participação dos produtores integrados neste espaço formal de sociabilidade.

Através de um breve histórico abordado nesta seção, verificou-se que um dos limitadores de inserção foi o tempo de silêncio imposto ao

STR de Ubá, visto que este sindicato ficou por mais de quatro décadas sem funcionamento (1964 a 2009), uma vez que o escritório local fora fechado e seus arquivos destruídos pelo governo ditatorial brasileiro em 1964. Segundo dados coletados com a diretoria atual do STR, no ano de 1964 este sindicato foi inaugurado e fechado. Portanto, não existem documentos escritos que possam fornecer dados necessários a um maior esclarecimento quanto ao curto período de existência deste sindicato. Optou-se, então, por recolher alguns relatos orais de pessoas ligadas ao movimento sindical à época e atualmente. Contou-se, também, com o apoio de algumas análises sobre o sindicalismo rural no Brasil, buscando entender melhor o processo de desarticulação e desmantelamento do movimento sindical, principalmente, no período que se segue ao golpe militar de março de 1964.

Segundo Houtzager (2004, pp. 41-46), era um momento da história política brasileira em que a elite que dirigia o país receava uma possível revolução socialista nos espaços rurais aos moldes de outras revoluções que ocorriam na América Latina. O Estado precisava chegar aos lugares mais distantes a fim de conhecer o território e as ações que porventura viessem a comprometer a realização dos projetos do governo militar. Evidentemente que estes lugares não eram ainda inteiramente conhecidos. A princípio, era preciso incorporar de forma controlada os trabalhadores rurais aos espaços do governo, ou seja, um sindicato politizado e atuante não era bem vindo, pois poderia fomentar movimentos mais radicais dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, por exemplo. Estas eram categorias sociais que estavam passando por inúmeras dificuldades, como expropriação da terra, negação de direitos trabalhistas, etc. Diante destas condições, o Governo Militar precisava encontrar estratégias para observar e controlar mais de perto as ações nos espaços rurais.

Neste contexto, a proposta era tornar as leis trabalhistas acessíveis aos trabalhadores dos diferentes espaços rurais ao mesmo tempo em que

se tentava manter o controle sobre os sindicatos rurais. Favareto (2006) diz a esse respeito que,

A década de 1960 representou um ponto de virada na história da agricultura brasileira no século XX e engendrou um quadro de referências inescapável para a atuação dos movimentos sociais rurais, com a emergência da chamada modernização conservadora e sua expressão regulativa, o padrão corporativista. [...] O Estado tornava-se assim, a um só tempo, repressor dos conflitos e indutor e regulador do processo de modernização. [...] Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação da CONTAG e da ampla rede de sindicatos que a compõem se deram dentro desses marcos, amplamente desfavoráveis a uma ação sindical de contestação e crítica. (FAVARETO, 2006, p. 30).

Analisando as reivindicações camponesas no Brasil, Bastos (2002) entende que realmente é desafiador compreender a existência social dos trabalhadores rurais no país e afirma que o início da década de 1960 era, de fato, um momento muito instável na política nacional, uma vez que era necessário promover o desenvolvimento sem, no entanto, alterar a estrutura agrária já estabelecida. A conjuntura política da época apresentava-se ainda mais conturbada e ocorreram várias lutas populares. Todavia, nos espaços rurais, os movimentos populares prosperavam sob a “forma de organizações dotadas de bastante força”. (BASTOS, 2002, pp. 77-97).

Segundo Medeiros (2002, p. 158), analisado este mesmo período (anos 1950 e 1960) as articulações políticas nos espaços rurais ganharam força, exigindo o cumprimento da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais de forma efetiva, propondo inclusive greves como forma primordial de resistência.

Um aspecto importante a ser observado é que para a consolidação da identidade social concebida pelos militares era fundamental representar o inimigo como revolucionário, embora nem sempre a ameaça tivesse capacidade de se realizar. Era notadamente um momento melindroso. (HOUTZAGER, 2004).

A reflexão elaborada por Houtzager (2004) permite compreender o porquê da reação inibidora exercida sobre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Brasil e, evidentemente, em Ubá. O poder disperso na sociedade, como afirma Bourdieu (2004), poderia comprometer a ação e o controle do Estado nos lugares mais distantes do país. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em ação direta com as populações rurais poderiam contribuir para a articulação de mobilizações sociais o que, certamente, poderia fragilizar o poder dos militares.

Nota-se que o envolvimento dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais da região da Zona da Mata Mineira com os STRs esteve por muito tempo comprometido³⁷. De acordo com dados coletados a esse respeito, um associado atual do STR declarou que,

Essas conversas sobre sindicato começa aqui na região no final da década de 1950 mais ou menos. Em Ubá, Rio Branco, Rio Pomba, Rodeiro e tal, foi nessa época mesmo. Com a crise do governo João Goulart e o governo “dos homens” (*referindo-se aos Militares*), os sindicatos foram extintos. O sindicato que é patronal (*SPR*) entra em vigor depois disso e os sindicatos dos trabalhadores da região foi acabando mesmo. Os sindicatos de Rio Pomba e Visconde de Rio Branco eram mais atuantes e começaram a funcionar naquela época chamando a gente para as reuniões em cada cidade. Eles iam mesmo de casa em casa para chamar a gente. Isso antes do golpe (*militar de 1964*). Depois do golpe cessou tudo, acabou mesmo. A gente nem ouvia falar mais de sindicato rural (*STR*). O sindicato de Ubá nunca atuou bem, acho que por isso também o sindicato dos trabalhadores aqui durou muito pouco tempo. A documentação dos sindicatos dos trabalhadores rurais acredito que foi mais extinta pelos militares mesmo. (GERALDO, 84, 30/07/2012, grifos nossos).

Notadamente, a atuação dos STRs da região foi comprometida devido às ações empreendidas pelo Governo Militar, prova disso, como já fora citado, só em 2009 o STR de Ubá reabre as portas e começa com seu tênue trabalho de afiliação sindical e maior contato com a realidade local. Inicialmente, reinaugura-se na residência do atual presidente, na

³⁷ Este dado foi confirmado através de entrevistas realizadas com algumas pessoas ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais da região.

comunidade rural conhecida como Córrego Santa Anastácia³⁸ com a participação da diretoria da FETAEMG³⁹, da gerência local do INSS e com o assistente social da EMATER. A sede atual, instalada dentro do município de Ubá, foi inaugurada no dia 20 de agosto do mesmo ano.

Do grupo de sindicalizados, a maioria é composta por proprietários rurais donos de pequenas propriedades, e destes, alguns poucos avicultores integrados à Pif Paf, além de trabalhadores assalariados no meio rural e trabalhadores rurais sem terra que tenham contrato de comodato (denominados pela diretoria do STR como “meeiros”).

Percebe-se através dos motivos apresentados acima, que a base sindical social do sindicato é de uma população rural, pouco envolvida na militância da política sindical. Esta fragilização sindical não é característica apenas do município de Ubá, mas é a marca de grande parte dos demais municípios da Zona da Mata Mineira. Somente a partir da década de 1980, principalmente com o processo de abertura política e forte influência das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, é que o movimento sindical na região começa a ser novamente reestruturado. Este contexto pode ter contribuído para a efetivação de um modelo de produção integrada que subordina de forma expressiva o proprietário rural, sua família e, por conseguinte, a força de trabalho familiar, tendo em vista que, como será analisado no Capítulo 5, a carga horária dedicada à criação de frangos e a falta de autonomia são características definidoras da vida, do cotidiano e do trabalho dos produtores integrados. Em outras palavras, o produtor integrado se constitui efetivamente como proprietário da terra, no entanto, perde sua autonomia devido à relação de contrato com a empresa integradora, no qual se torna submisso a ela,

³⁸ Zona Rural de Ubá-MG.

³⁹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - fundada em 27 de abril de 1968, hoje filiada à CONTAG. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/institucional/historico-da-instituicao>>. Acesso em 7 jun. 2012.

transformando-se em “proprietário formal” que também é um “assalariado sem INPS”⁴⁰. (PAULILO, 1990, p.23).

Para a diretoria do STR não são estes os motivos atuais que fazem com que tão poucos produtores integrados façam parte do STR, mas sim que o sindicato patronal, ou seja, o Sindicato dos Produtores Rurais, “oferece muito mais benefícios”, referindo-se aos serviços médicos, odontológicos, advocatícios, dentre outros. Já os produtores integrados dizem que os motivos são outros para a não sindicalização no STR: a falta de tempo para participar dos trabalhos do sindicato, também por não perceberem que vale muito à pena considerando que “os sindicatos não conseguem fazer muita coisa que é preciso ao produtor integrado”. Portanto, a pouca credibilidade atribuída ao STR possivelmente tenha a ver com a falta de um maior engajamento político do mesmo e também pelo fato de que o sindicato é algo que deve atender e defender os interesses dos pequenos agricultores, por exemplo, mas os mesmos não se sentem parte da entidade. Obviamente que esta visão do STR como algo externo é fruto de pouca ou nenhuma mobilização política destes agricultores regionais que não vislumbram o sindicato como espaço de representatividade e de defesa dos interesses daqueles que formam a sua base social.

De acordo com a diretoria atual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubá e também de funcionários da FETAEMG⁴¹, existem outros

⁴⁰ Este termo era utilizado à época para identificar os trabalhadores que contribuíam com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e recebiam os benefícios deste, como a aposentadoria e as pensões, por exemplo. Hoje a entidade responsável por estes serviços é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A autora faz uma análise sobre os assalariados rurais do sul do Brasil reconhecendo a inconsistência teórica do termo “assalariado”, porém admite que se o proprietário formal (da terra) tem sua autonomia comprometida devido à modalidade produtiva da integração este, por sua vez, é apenas formalmente proprietário de seus meios de produção e muito pouco restará de sua condição camponesa devido à subordinação ao capital. (PAULILO, 1990, pp. 23-40). Neste trabalho ainda, analisa-se o processo de modernização agrícola que permeia o espaço rural brasileiro, enfatizando que este processo não está desconectado da acumulação capitalista. (SILVA *apud* PAULILO, 1990, pp. 30-34).

⁴¹ Informação concedida por funcionário da FETAEMG em 22/10/2012.

aspectos burocráticos que são também dificultadores de uma maior inserção sindical, uma vez que existem alguns requisitos necessários para ser sindicalizado:

- 1º) Ser proprietário rural, trabalhador rural, empregado permanente (com ou sem carteira assinada), safrista ou meeiro.
- 2º) Não possuir mais do que 40 alqueires (aproximadamente 124 ha).
- 3º) Não possuir trabalhador rural contratado pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) por mais de 120 dias⁴².

Apesar dos requisitos necessários à sindicalização acima elencados, a não participação no STR pelos produtores integrados de Ubá tem diferentes razões, haja vista que nenhum dos produtores integrados entrevistados possui área maior que 124 ha (ou 40 alqueires). Conforme dados coletados nesta pesquisa (Tabela 1, p. 13), os integrados possuem, em média, 24,6 ha. Além disso, apenas 10% desses produtores que fizeram parte da atual pesquisa possuem funcionários contratados com carteira assinada por mais de 120 dias. Os demais só contratam (de maneira quase sempre informal, ou seja, sem carteira de trabalho) em épocas de maior volume de trabalho, na ocorrência da limpeza dos galpões, por exemplo. Neste caso, o tipo de contrato para tais atividades é temporário e, para tanto, paga-se um valor médio de R\$40,00/dia.

Procurando entender o porquê desta ínfima participação dos produtores integrados ao STR, a direção do mesmo diz que na verdade “o Sindicato dos Trabalhadores não oferece tantas vantagens aos produtores integrados como o Sindicato dos Produtores Rurais”. O presidente do STR referia-se aos serviços médicos e dentários que são oferecidos pelo sindicato patronal. Esta importância dada à área da saúde pode ser evidenciada através dos dados apresentados a seguir.

⁴² Entrevista concedida pela diretoria do STR Ubá em 27/09/2012 e pela FETAEMG em 28/09/2012, esta instituição ainda informou que este limite de 120 dias é definido pelo INSS, a fim de não prejudicar a aposentadoria do contratante.

Tabela 4 - Plano de Saúde utilizado pelas famílias

Proprietários (Nomes fictícios)	Plano de Saúde	Qual?	Médicos	Desde quando?
01. João/Débora	Sim	SPR	A maioria das vezes do SPR	Não sabe.
02. Pedro/Marta	Sim	SPR	A maioria das vezes do SPR	25 anos
03. Lucas/Joana	Sim	SPR	A maioria das vezes do SPR	26 anos
04. Manoel/Maria	Sim	SPR e Santa Isabel Saúde	Do SPR e outros	5 anos
05. Antônio/Arminda	Sim	SPR e Unimed	Do SPR e outros	6 anos
06 José/Selma	Não	SPR	A maioria das vezes do SPR	Não sabe.
07. Jorge/Leci	Sim	SPR	A maioria das vezes do SPR	51 anos
08. Augusto/Nice	Não	SPR	A maioria das vezes do SPR	Não sabe.
09. Luiz/Antonina	Sim	SPR e Unimed	Do SPR e outros	1986
10. Joaquim/Marli	Sim	SPR	A maioria das vezes do SPR	30 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observa-se, portanto, que o SPR é, de fato, considerado mais importante para os produtores integrados entrevistados porque é neste sindicato que eles obtêm assistência médica, dentária e exames clínicos. Segundo relatos obtidos nas entrevistas, esta característica ocorre desde a época da criação do SPR, no entanto têm ocorrido mudanças.

O Funrural é que orientava o sindicato patronal pra que realizassem os convênios com os médicos e dentistas. Os associados passaram a ter mais direitos de usar os serviços médicos, dentários, hospitalares e tudo mais. E com isso o sindicato dos trabalhadores foi enfraquecendo cada vez mais porque os associados foram filiando tudo no patronal (SPR). No sindicato dos produtores rurais toda vida foi pago a mensalidade. Os dependentes da gente tinha total assistência, poucos exames é que era pago. Hoje em dia caiu muito, já tá mudando e tá ficando pior no meu jeito de entender. O pessoal da cidade usa os mesmos serviços que a gente. É só pagar uma taxinha de consulta ou exame. Eu não acho isso certo não, porque o sindicato dos produtores foi criado prá nós e não pro pessoal da cidade. Lá eles têm outros recursos, mas diz que quem arrumou isso desse jeito foi a prefeitura, então a

gente não pode fazer nada, mesmo discordando. Tem dia que as fichas acabam tudo rapidim e no final é a gente que fica sem. Todo dia fala na rádio desses atendimentos e dá pra perceber que só tã diminuindo. (GERALDO, 84, 30/07/2012, grifo nosso).

De acordo com a fala da maioria dos produtores, eles precisam de um sindicato que realmente resolva e atenda as suas demandas. Entenda-se aqui que eles estão se referindo ao acesso aos serviços de saúde. Ao mesmo tempo, quando falam do sindicato como também representante dos seus interesses ligados à produção, às condições de trabalho, etc., os integrados afirmam que não possuem tempo disponível para participar efetivamente de sindicatos e quando o procuram (raramente) isso decorre de interesse pessoal, como por exemplo, foi dito por um entrevistado:

Do sindicato eu faço parte sim (*referindo-se ao SPR*). Faço parte do conselho fiscal. Sinto que o pessoal aqui da roça e das outras propriedades precisam da gente lá (*no sindicato*). Foi preciso um representante da *localidade tal* no Sindicato dos Produtores, aí eu fui e tô até hoje. O pessoal aqui confia muito na palavra da gente. Sempre vem gente aqui me perguntá as coisas do sindicato e eu sempre oriento aquilo que eu sei. Já a AVISOM é mais longe e faz muito pouco pra gente aqui. (ANTÔNIO, 77, 27/01/2012, grifos nossos).

De forma geral, as demais declarações obtidas dizem respeito às possíveis vantagens de ser um associado, afirmando que é bom estar sendo informado sobre as diversas ações do sindicato e outras já descartam completamente o sentimento de pertencimento, como disse um produtor: “não acho que precisam de mim, minha presença pra eles vale muito pouco”. (JOAQUIM, 46, 08/03/2012).

Das atividades realizadas atualmente pelo escritório local do STR de Ubá, as mais frequentes são autorizações e declarações de extensão rural e de atividades rurais para fins diversos junto aos órgãos públicos e privados que solicitam tais documentos ao sindicalizado. Também

realizam-se homologações para acerto de contas aos “assalariados rurais”⁴³. Esta atividade foi repassada ao sindicato pelo Ministério do Trabalho recentemente.

Diariamente permanece um funcionário no STR a fim de atender aos associados, além de contar com a presença constante do seu diretor. Segundo a direção⁴⁴ do STR, o objetivo deste é defender os interesses dos “lavradores rurais”⁴⁵, assalariados rurais e sem-terras, orientando-os a respeito de seus direitos e deveres”.

O que foi possível perceber é que não há mesmo interesse em participar de mais de um sindicato por falta de tempo e, como disse um dos entrevistados, “estes sindicatos só querem saber do dinheiro da gente. Só participo de um sindicato. Não tenho tempo nem de dar conta de um, quem dirá dois. Não tem quase nenhuma serventia prá nós”. (MANOEL, 54, 26/01/2012).

Nota-se que o tempo livre é essencialmente um fator determinante no que tange à participação ou não dos produtores integrados em seus sindicatos, mas também conta-se com uma considerada descredibilidade por parte dos produtores integrados em relação ao STR. Esta descredibilidade pode ser devido ao curto tempo de sua existência na cidade ou mesmo devido aos poucos “benefícios” oferecidos pelo mesmo. Assim, o que se percebe é que este não se constitui também em um espaço efetivo de sociabilidades, pois os integrados estão praticamente ausentes.

⁴³ Esta foi a denominação atribuída pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubá aos trabalhadores rurais que são contratados pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

⁴⁴ Entrevista com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais efetuada em 05/04/2012.

⁴⁵ O atual presidente do STR denomina de “lavradores rurais” apenas os proprietários rurais.

4.4. Sindicato dos Produtores Rurais⁴⁶

Atualmente, segundo a avaliação da diretoria do sindicato, o SPR existe como uma entidade da classe em benefício dos interesses de seus associados, os proprietários rurais do município de Ubá com extensão de base nos municípios de Rodeiro e Guidoal. Este sindicato foi fundado no dia 12 de outubro de 1965, portanto aproximadamente, um ano após o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores de Ubá. Por se tratar de um sindicato que historicamente atendeu aos interesses dos maiores proprietários e defendeu as ações destes contra os trabalhadores rurais, meeiros, etc., ele não teve sua existência comprometida durante a ditadura militar. Ao contrário, muitas ações dos sindicatos patronais foram extremamente articuladas com as alas mais conservadoras da Igreja, bem como do Estado.

O SPR é, segundo sua diretoria, uma entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal conforme Lei nº 2.186 de 13 de setembro de 1991 e tem por finalidade defender a “classe ruralista” prestando assessoria jurídica e fiscal. Também mantém convênios com vários órgãos como prefeituras, instituições financeiras, Administração Fazendária (AF), planos de saúde, laboratórios de análise clínicas, além de realizar diversos cursos em parceria com o SENAR⁴⁷.

Uma das prioridades do SPR tem sido prestar serviços na área da saúde (como já foi destacado na seção anterior). A cidade de Ubá,

⁴⁶ Fonte: Cartilha confeccionada pelo SPR de Ubá.

⁴⁷ O SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - é uma entidade privada vinculada à FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. Foi criado no dia 7 de abril de 1993 e atua na realização gratuita de cursos, treinamentos, seminários, palestras e uma série de outros eventos que têm como finalidade aperfeiçoar o trabalho rural, bem como melhorar a qualidade de vida da população rural. O SENAR realiza seus cursos em situações reais de trabalho, ou seja, nas fazendas, empresas agropecuárias e nas instituições de ensino (Escolas de Ciências Agrárias). Para isso, a entidade conta com facilitadores terceirizados (instrutores), capacitados para aplicar a metodologia da Formação Profissional Rural e da Promoção Social e conduzirem os processos educativos nos eventos. Disponível em: <<http://www.senarminas.org.br>>. Acesso em 15 maio 2012.

através da intervenção do sindicato, tornou-se a pioneira na assistência ao trabalhador rural com a implantação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Há 30 anos realizou-se o primeiro convênio da região com o ex-FUNRURAL, e atualmente o SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Com a municipalização da saúde, foi firmado um convênio com a Prefeitura Municipal, em 22 de abril de 1998, para que fossem repassadas as verbas dos serviços prestados pelos médicos e dentistas ao Sindicato dos Produtores Rurais (SPR).

De acordo com os dados coletados no SPR, este sindicato se propõe a atender às demandas de seus sindicalizados, além de liderar campanhas contra fraudes e abusos contra os mesmos. O sindicato participa ainda do COPAM⁴⁸ Zona da Mata, como Conselheiro Titular, representando a FAEMG. Possui também um convênio com a Prefeitura de Ubá para administrar os tratores e os implementos agrícolas do município na prestação de serviços aos produtores rurais. Participa ativamente do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Comissão Intermunicipal de Emprego de Ubá. O SPR de Ubá conta com 1600 associados, aproximadamente, e presta serviços tanto aos associados quanto aos seus dependentes, além de atender parte da população carente do espaço urbano⁴⁹.

⁴⁸ Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Criado em 1977, O Conselho de Política Ambiental - COPAM é um órgão normativo, colegiado, consultivo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. Tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sobre a sua aplicação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelas entidades a ela vinculadas e pelos demais órgãos locais. São considerados órgãos locais os órgãos ou as entidades do Poder Público Municipal cujas atividades estejam associadas às de proteção e controle do uso dos recursos ambientais. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam>>. Acesso em 15 maio 2012.

⁴⁹ Após o convênio efetivado com a Prefeitura Municipal, todas as pessoas que procurarem os serviços médicos do SPR, podem utilizá-lo, mesmo não sendo sindicalizado e nem residindo no espaço rural.

Através dos dados apresentados nestas duas últimas seções nota-se que o SPR é realmente o sindicato que tem atendido parte das demandas dos produtores integrados, até porque, as condições de oferecer algum serviço essencial como a saúde ou o uso coletivo de implementos agrícolas, dentre outros, indubitavelmente foram dadas (ou mesmo adquiridas) a este sindicato. Mesmo assim, constatou-se nesta pesquisa que os produtores integrados são pouco presentes no SPR. Não participam frequentemente das reuniões que ocorrem na sede do sindicato para as quais são convocados. Ademais, declararam, de forma recorrente, que não se sentem representados por este sindicato.

Nos dados e análises apresentados nesta seção, percebe-se que os produtores integrados utilizam dos (considerados por eles) “benefícios” dos sindicatos dos quais fazem parte. Entretanto, pelo que foi possível notar, estes espaços formais (STR, SPR e AVISOM) não são, de fato, lugares potenciais de desenvolvimento das interações sociais e nem mesmo de sociabilidades, tanto pela falta de sentimento de pertencimento aos sindicatos/associação quanto pela falta de tempo dos produtores integrados. A utilização do Sindicato dos Produtores Rurais pelos integrados ainda ocorre devido às percepções de que esta entidade disponibiliza vantagens, que os mesmos não acessam em outras instituições do município. Fazer uso destas vantagens, de acordo com a diretoria do SPR, depende de “estar em dia com as taxas sindicais”, a partir desse requisito cumprido, os sindicalizados têm o direito de usar os produtos fornecidos pelo sindicato. Desta forma, a entidade é vista e vivenciada como uma prestadora de serviços.

A apresentação destes três espaços foi no sentido de refletir sobre os vínculos sociais formais estabelecidos por este grupo de produtores integrados, que ampliam seu campo de relacionamento social, incluindo as relações com a empresa integradora, e adquirem uma nova possibilidade de interação social, como a associação, mas de fato limitam-se tanto no exercício de novas sociabilidades quanto na apropriação dos órgãos de representação de classe, como entidades que

agem em defesa dos seus associados. Obviamente que a integração não pode ser entendida como o fator determinante de estreitamento dos vínculos com os sindicatos ou associação, mas o ritmo de trabalho imposto pela empresa na criação das aves restringe, de acordo com os entrevistados, uma maior inserção social e, portanto, limita a realização de sociabilidades.

Vale aqui buscar em Simmel (2006) elementos para entender este processo social. Para ele, uma sociedade só se forma e estabelece relações efetivas de sociabilidade entre os indivíduos quando se torna possível estabelecer relações de interdependência recíproca através da troca de experiências, este espaço de interação é denominado pelo autor de sociação. O que se observou é que os três espaços analisados não são reais lugares de sociação e de sociabilidades.

Retomando Bourdieu (2006), o *habitus* ocorre nas relações entre os indivíduos com os quais seja possível identificar-se, do contrário, as interações sociais são fatalmente inibidas ou mesmo eliminadas. Dessa forma, as práticas sociais vão ocorrendo de acordo com uma estrutura interiorizada por meio das vivências que permeiam as interações e os indivíduos inseridos no grupo social.

Apesar de existirem, e ser estabelecida alguma interação social nestes espaços, estes são espaços potenciais, mas não efetivos em decorrência, segundo os entrevistados, dos fatores tempo, credibilidade e valorização.

5. TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DECORRENTES DA PRODUÇÃO INTEGRADA

Observou-se nesta pesquisa que alguns fatores comprometem efetivamente as interações sociais dos produtores integrados, dentre eles, o tempo excessivo dedicado aos trabalhos de criação das aves, o que incorre significativamente na perda da autonomia, sendo esta característica uma marca dos agricultores familiares mais tradicionais. Ressaltando que os produtores integrados em estudo são também reconhecidos por eles próprios como agricultores familiares.

Os dias dos produtores são expressivamente absorvidos pelas atividades relacionadas aos cuidados com as aves, o que é dificilmente computado pela família como horas de trabalho porque se tornou parte do cotidiano doméstico e está diluído ao longo das rotinas diárias, adentrando, inclusive, o tempo necessário ao descanso, durante as noites. Este tempo dedicado a esta modalidade produtiva atende notadamente aos interesses da agroindústria visto que a mesma não tem que arcar com os direitos trabalhistas de empregados contratados e assalariados e, além disto, conta com o desconhecimento do integrado sobre as horas exatas trabalhadas. Assim, a empresa se utiliza da força de trabalho familiar dos produtores integrados e se desresponsabiliza, ao mesmo tempo, das obrigações trabalhistas, já que a relação entre integradora e produtores é regulamentada, apenas, pelo *Contrato de Integração*.

Para entender como se concretiza o cotidiano, envolvendo a longa jornada de trabalho relativa à criação das aves e demais atividades dos produtores integrados, fez-se a opção, nesta seção, em descrever todo o processo de criação das aves, desde o projeto inicial da construção dos galpões até a conclusão do sistema produtivo visando elucidar as rotinas diárias impressas na vida destes agricultores. Como esta pesquisa priorizou os integrados nos usos dos seus espaços domésticos e de suas propriedades, as falas registradas puderam informar sobre as dinâmicas

diárias, os lugares de sociabilidades, as expectativas, os medos e as frustrações desses produtores.

5.1. O vil processo de seleção que pode levar à exclusão dos produtores integrados

Nos primeiros anos que se seguiram à instalação da Pif Paf na Zona da Mata, e mesmo alguns anos depois (décadas de 1980 e 1990, levando em consideração o grupo de análise ora estudado), os requisitos exigidos para se tornar um produtor integrado não eram muito específicos, como alguns produtores declararam. A integradora parecia aceitá-los de qualquer modo, de forma até mesmo aparentemente despretensiosa. No entanto, o que será possível observar nas análises a seguir é que estes requisitos foram alterando ao longo do tempo e, atualmente, parte dos produtores integrados que se tornaram assim pelos interesses e necessidades deles próprios e também da empresa integradora, estão ameaçados pelo vil processo de exclusão da empresa.

A fim de compreender estas mudanças verificou-se que para iniciar o processo da criação de frangos faz-se necessário apenas uma declaração confeccionada pelo SPR ou STR que seja capaz de confirmar que o interessado é, de fato, um proprietário rural (podendo inclusive não ser residente no espaço rural). Outra documentação solicitada refere-se à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁵⁰, necessária quando o

⁵⁰ O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf,

proprietário rural que tornar-se-á um produtor integrado tiver necessidade de recorrer aos recursos do PRONAF.

São apenas estas as exigências iniciais da empresa em relação à documentação. Percebe-se, portanto, que são poucas. Apesar disso, não foi possível perceber evidentes regularidades na escolha dos produtores, sendo, portanto, diversificados em vários aspectos (tamanho de galpão, área da propriedade, quantidade de aves por lote, número de pessoas no grupo familiar, idade, etc.), como podem ser verificados na Tabela 1, p. 13. Pelo que foi constatado, a avaliação da integradora não ocorre efetivamente de forma burocrática (relativo à excessiva exigência de documentação), mas pelo certo vínculo de confiança que vai se estabelecendo aos poucos por meio dos supervisores que passam a reconhecer os moradores próximos aos locais onde já existem as granjas, ou mesmo quando algum produtor integrado indica um conhecido, amigo ou parente. Da mesma forma, os proprietários rurais que residem nas proximidades de onde estão instaladas as granjas, observam e ouvem como funciona a integração e, pelo que os próprios entrevistados disseram, "parece ser um bom negócio, aí a gente acaba fazendo igual aos vizinhos e amigos da gente". (JOAQUIM, 46, 08/03/2012). Apesar desta constatação, ainda no momento desta pesquisa, havia muita insegurança por parte da AVIZOM e de alguns produtores integrados que estavam ouvindo falar ou, no caso da direção da AVIZOM, tinham certeza de que algo estava mudando na Pif Paf em relação à integração. Alguns produtores integrados seriam desligados da integradora por alguns motivos específicos (tamanho dos lotes, distância da granja, dificuldade de acesso, dificuldade de força de trabalho, etc.). Portanto, este vínculo de confiança é impreciso, ora confia, ora não.

Descrevendo a respeito de como é feito os primeiros contatos com os candidatos à integração, a direção da Pif Paf diz que,

formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

A gente da empresa conhece o sujeito só de olhar. Os próprios integrados falam quem é a pessoa. Os supervisores daqui também vão conhecendo o pessoal e fica sabendo como é cada um. Há pouco tempo teve um senhor aqui querendo tornar-se integrado e disse prá gente: "lá na minha propriedade quem manda sou eu, se alguém chegar lá querendo cantá de galo (*referindo-se a exercer autoridade sobre as pessoas ou sobre a propriedade*) eu dô jeito nele". Esse, evidentemente que não serve prá gente. Já não ficou como integrado. (Direção Pif Paf, 28/08/2012, grifo nosso).

Como pôde ser observado nas entrevistas realizadas com a direção da empresa, e apresentadas no Capítulo 4, o que de fato a integradora precisa é da certeza de que a matéria prima necessária será garantida ao abatedouro no tempo determinado. Para tanto, não são necessários muitos papéis, mas sim de produtores integrados disciplinados, muito comprometidos, obedientes às determinações da empresa e que sejam capazes de produzir de forma padronizada o suficiente para atender às necessidades da mesma.

De acordo com os entrevistados, há tempos atrás, não existia nenhum critério específico na seleção dos produtores integrados. Como afirmam, eles foram procurados pela integradora de maneira bem informal ou foram observando outros produtores próximos que já efetivavam a criação de frangos e, a partir deste momento, agendavam a visita de um supervisor para verificar a possibilidade de iniciarem com a atividade. Isto pode ser confirmado a partir da fala do senhor Antônio (77):

Tinha só uma velha construção em que eu criava gado. Isso há uns quase quarenta anos atrás. Estava muito ruim, muito velho. Só tinha um granjeiro aqui na região *tal*. Aí eu recebi a visita de um supervisor da Pif Paf que mandou eu criar os frangos ali mesmo naquela construção velha. Eu não quis. Falei com ele que, já que era para mexer com a criação de frangos, que fosse direito. Fiz um barracão, que é o que eu tenho até hoje, e comecei com eles (*referindo-se à Pif Paf*). Nunca tive nenhum problema, mas agora estou preocupado, porque estão me pedindo para colocar tudo automático. Estão insistindo para eu fazer um barracão desses mais modernos, mas eu acho que não vale à pena investir nisso agora porque já estou velho e não sei se consigo levar ainda muito tempo. Já falei até com o supervisor para ele ver lá se precisa mesmo, olhar direitinho

porque eu acho que não compensa gastar tanto assim mais. Eu estou achando que está meio diferente. Eles estão falando muito nisso. Mas quando me chamaram, não era assim não. A gente é que escolhia o tamanho dos lotes e o jeito que ia fazer o barracão. (ANTÔNIO, 77, 27/01/2012, grifos nossos).

Observa-se nesta declaração uma progressiva perda de autonomia e, ao mesmo tempo, aumento da insegurança, apesar da forma amistosa como foi convidado a se tornar integrado em tempos idos. Os agricultores que foram incluídos pela produção integrada, fruto da modernização da agricultura a partir dos anos 1970 (como é o caso deste produtor integrado), estão sendo excluídos do mercado atualmente porque não estão mais adequados às novas exigências tecnológicas demandadas pela empresa. Isto é o que pode ser observado neste início do século XXI. A empresa tem justificado estas novas exigências tecnológicas em decorrência da indisponibilidade de força de trabalho na região e idade avançada dos atuais integrados. Por sua vez, os integrados que não se adaptarem, principalmente por não possuírem recursos suficientes para modernizar os galpões, serão fatalmente substituídos. E, provavelmente, aqueles que conseguirem fazer as adequações exigidas passarão a utilizar assalariados, poucos, pois o processo estará mais automatizado. Estes trabalhadores poderão substituir o trabalho das mulheres na criação das aves. Assim, o que se observa na região da Zona da Mata é uma modernização orientada por novos patamares e, portanto, com novos perfis de produtores integrados.

Na ocasião desta pesquisa, durante o ano de 2012, a escolha da Pif Paf para a inclusão de novos integrados parecia mais criteriosa. A empresa está priorizando galpões que comportem cerca de 30.000 aves em média e, com esta dimensão, eles precisam ser automatizados (comedouros, bebedouros e campânulas automáticos) e climatizados ⁵¹ (ver modelo de galpão nas Ilustrações 10 e 11, pp. 71 e 72).

⁵¹ O termo refere-se a um galpão que possua meios que permitam o controle total das variáveis que compõem o ambiente interno, como temperatura, umidade relativa, velocidade dos ventiladores e fatores relacionados à qualidade do ar (poeira, gases,

Apesar dessa mudança no sistema de criação, agora exigido pela Pif Paf, na região da Zona da Mata Mineira, Moraes (2002), analisando o sistema de integração de aves no sudoeste de Goiás, enfatiza que este modelo de galpão utilizado não tem alcançado bons resultados, causando sérios problemas para o setor e, portanto, sugere a necessidade de novos estudos a fim de verificar os equívocos desse método que têm comprometido os investimentos dos integrados e a lucratividade das empresas.

Como este processo de modernização, em novos patamares, ainda está em sua fase inicial na região da Zona da Mata, existe um grande desconhecimento, por parte dos integrados, sobre o que, de fato, está acontecendo ou irá acontecer nos próximos anos. A integradora, por sua vez, se favorece com tal desconhecimento ao estabelecer ou manter os contratos de integração sob, como foi dito, os vínculos de confiança. Na verdade os produtores integrados que hoje estão envolvidos nesta modalidade produtiva não visualizam o futuro da mesma e, devido às necessidades de sua reprodução social e econômica, continuam vinculados e vinculando à integradora.

Diferente desse perfil menos informado, uma produtora integrada, que já está em processo de adaptação a esse novo modelo de criação de frangos e está há muito envolvida no processo de produção integrada, levanta alguns questionamentos e dúvidas em um *site* especializado:

odores). De acordo com Moraes (2002, p.4), esta nomenclatura não é adequada, pois existem dispositivos apenas para ligar ou desligar o sistema de temperatura do galpão e retirar o ar quente de dentro dos galpões através dos exaustores e dos ventiladores que funcionam retirando este ar quente (pressão negativa). Diferente dos galpões convencionais ou automatizados em que os ventiladores funcionam inserindo o ar mais fresco de fora para dentro do galpão (pressão positiva). Portanto, optou-se pela nomenclatura utilizada pelos produtores integrados entrevistados, técnicos da AVIZOM e direção da Pif Paf que participaram desta pesquisa. Todos que se referiam a este modelo de aviário utilizaram consensualmente o termo galpão climatizado.

Olá, sou *avicultora* na Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, e gostaria de tirar algumas dúvidas sobre a climatização. Estou construindo um novo galpão climatizado, trabalho atualmente com pressão positiva e tenho bons resultados (*visto que o galpão climatizado utiliza a pressão negativa*), mas temo o novo modelo. Sei que só a tecnologia não nos garante bons resultados. Vários galpões já foram construídos e tenho acompanhado o desempenho de cada um deles, e não me convenci ainda que a tecnologia e o manejo estão corretos, pois há muitas falhas, é o que me mostra os resultados deles. O clima da minha região é úmido e quente nos dias de verão, e muito frio e seco no inverno. O que o senhor indicaria para melhorar a climatização nesta região? Sou *fulano de tal* da *instituição tal* e me preocupo com esta modernização. Certa de sua atenção, agradeço⁵². (ÉDNA, 28/06/2012, grifos nossos).

As questões levantadas por esta produtora integrada confirmam a análise apresentada por Moraes (2002). Como será verificado adiante, os investimentos no modelo de galpão climatizado são significativos e a empresa integradora não se responsabiliza pelos prejuízos, caso ocorram. E como já dito, quem investe é também quem arca com o ônus, neste caso, o dono dos galpões, o produtor integrado.

Este projeto de galpão climatizado para frangos de corte chegou ao Brasil nos anos 1990 e utiliza a técnica de “pressão negativa”, denominado por isso de “galpão climatizado”. Este modelo de construção chama a atenção devido ao aumento de 100% na densidade de alojamento, conhecido como “sistema de criação em alta densidade”. Dessa forma, almejava-se a redução de custos, maximizando o uso das edificações, força de trabalho, equipamentos, assistência técnica, transporte, infraestrutura de apoio e aumento da produção. Atualmente, este modelo de instalação e de manejo propõe uma maior quantidade de peso vivo por unidade de área com obtenção de 30 a 40 kg de carne/m², ao invés de resultados iguais ou menores do que 30 kg de carne/m², como se obtém hoje nos galpões convencionais ou automatizados. (SANTIN, 1997 *apud* MORAES, 2002, p. 4).

⁵² Disponível em: <<http://pt.engormix.com/MA-avicultura/administracao/foruns/galpao-climatizado-t502/124-p0.htm>>. Acesso em 28 Jun. 2012.

No momento de realização desta pesquisa, alguns produtores receavam o desligamento devido aos motivos já apresentados, como pode ser constatado na declaração a seguir.

Os caminhões hoje carregam mais de 20 toneladas e por isso não é qualquer ponte ou estrada que comporta todo esse volume de carga. Em um lote de 30.000 frangos, por exemplo, a carga ficará então muito alta. É necessário que as estradas e pontes se adequem rapidamente. Contamos hoje com o apoio das prefeituras e, às vezes, a gente mesmo resolve alguma coisa. Mas se isso não for feito logo, a Pif Paf não vai mais continuar apanhando frango de muita gente. Tivemos uma reunião com os gerentes da Pif Paf e eles já anunciaram que isso será feito em breve. Tem muita gente já ficando desesperada". (LUIZ, 61, 27/01/2012).

Certamente que as estradas de acesso aos caminhões maiores e mais pesados precisam de adequação. Isso irá ocorrer, acredita a direção da AVIZOM, em poucos lugares, porque em algumas localidades não há mesmo como melhorar o acesso nos níveis necessários ao tráfego dos novos caminhões da integradora devido à própria condição geográfica. Quando o entrevistado, Sr. Luiz (61) diz que "é necessário que as estradas e pontes se adequem rapidamente", ele referia-se aos locais muito íngremes onde as estradas foram surgindo flanqueadas por ladeiras e encostas, como pode ser verificado nas ilustrações a seguir.

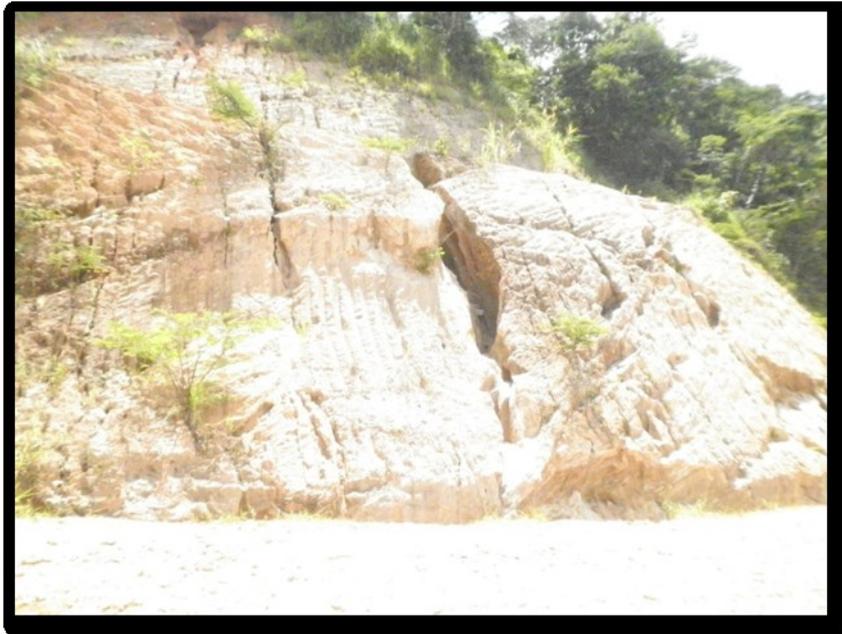


Ilustração 12 - Erosão 2 estradas de acesso às granjas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 13 - Características geográficas das localidades onde existem granjas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.



Ilustração 14 - Estradas de acesso às granjas da região.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observa-se que são evidentemente áreas de difícil acesso devido ao relevo muito acidentado, às estradas de terra e à facilidade de ocorrência de erosões e desmoronamentos o que, evidentemente, compromete o tráfego dos caminhões da integradora.

Estas fotografias foram feitas nos meses de janeiro a março de 2012, logo após um período de chuvas intensas. Em alguns trechos, até mesmo com um carro de passeio, era difícil trafegar, o que provavelmente seria impossível com um veículo pesado. Deste modo, nota-se que em pouco tempo os produtores integrados que aí residem serão possivelmente desligados da empresa integradora, devido ao acesso das estradas e aos demais fatores já apresentados. Observou-se ainda nesta pesquisa que as granjas com maior número de aves e mais bem equipadas estão localizadas a poucos quilômetros da rodovia Ubá/Visconde do Rio Branco, ou seja, próxima ao abatedouro da integradora, ou então estão localizadas na região de Ervália, onde está concentrada a maioria dos galpões climatizados da Zona da Mata até o momento desta pesquisa.

5.2. A construção dos galpões, os recursos para os gastos iniciais e a presença feminina no trabalho da integração

De acordo com os dados coletados na Pif Paf e AVIZOM, e o que foi também enfatizado pelos entrevistados, não existe um projeto específico para a construção dos galpões convencional ou automatizado⁵³. As regras dependem, quase sempre, do local a ser construído e do número de aves que os produtores integrados irão criar. O que a integradora à época da pesquisa fornecia era um esboço constando as características construtivas da obra, como dimensões, altura do pé-direito, posição em relação ao sol, sugestão de materiais e determinação de equipamentos necessários de acordo com o tamanho dos lotes. Este trabalho é realizado a partir da visita do técnico da empresa ao local da construção a fim de reconhecer as especificidades do terreno e da propriedade. A empresa ocupa-se em avaliar paulatinamente o que está sendo edificado e adquirido (material e equipamentos). A AVIZOM também oferece suporte, sugerindo os locais de compra desses produtos, além da indicação quanto ao tipo de equipamentos a serem utilizados. Em um único caso identificado nas entrevistas, é que se constatou o uso de um projeto arquitetônico do

⁵³ Esta descrição do processo de construção refere-se aos galpões convencionais ou automatizados que correspondem a 90% dos galpões construídos nas propriedades do grupo em análise, sendo que apenas um produtor integrado possui galpões climatizados (2). De acordo com Sandi *et al.* (2011, pp.1-2), a nomenclatura convencional refere-se ao galpão com área média de 1.200 m², piso de chão batido, comedouro tubular, bebedouro nipple, aquecimento à lenha, um silo para ração, ventiladores de pressão positiva, resfriamento por nebulização, forro e cortina. O galpão automatizado possui praticamente as mesmas características do convencional o que difere são os comedouros e bebedouros automáticos e dois silos para ração. Já os galpões climatizados (ou *semidark-house*) são construídos com 2.400 m² de área cada (150 m x 16 m), piso de chão batido, comedouro automático, bebedouro nipple, aquecimento à lenha, quatro silos para ração, exaustores em pressão negativa, resfriamento por nebulização, forro e cortina. *Comunicado Técnico 495 da EMBRAPA Suínos e Aves*. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/publicacao_l8q56z1m.pdf>. Acesso em 12 nov. 2012.

galpão, sendo este climatizado⁵⁴. Este foi elaborado por um profissional vinculado à empresa de engenharia, contratado pelo próprio produtor integrado. Ainda assim, houve a supervisão da integradora, tanto do projeto quanto do trabalho e materiais.

Apesar de as relações de vizinhança serem muito limitadas, verificou-se que certos galpões haviam sido construídos de acordo com as orientações dos próprios vizinhos que já possuíam um ou mais galpões, tendo em vista que as propriedades visitadas não são muito distantes uma das outras. Outros tiveram orientações de pedreiros e “mestres de obras” que já estavam habituados a construí-los em outros lugares.

A integradora verifica se o local da construção do galpão não oferece nenhum risco às aves e mesmo às instalações como, por exemplo: proximidade aos rios (receando possíveis inundações), possibilidade de desmoronamento de terra (no caso de construção próxima às encostas), local de difícil acesso para aqueles que irão cuidar do manejo, acessibilidade aos caminhões da integradora (avalia se existem pinguelas, mata-burros, pontes estreitas, etc.), procurando, assim, viabilizar o negócio e evitar prejuízos.

A construção e a adaptação dos galpões (gastos com compra do material, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais, etc.), como pôde ser verificado, são de inteira responsabilidade do produtor integrado que utiliza recursos financeiros próprios, e, em alguns casos, financiamentos junto aos familiares, instituições financeiras ou programas do governo (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF).

Quando os integrados fazem uso de empréstimos junto às instituições financeiras, a empresa fornece apenas uma carta, direcionada

⁵⁴ Quando o galpão a ser construído é climatizado, exige orientações mais específicas tendo em vista o tamanho, os materiais e equipamentos a serem empregados em sua construção. A empresa integradora tem insistido nesse modelo de galpão desde 2011, segundo informações dos entrevistados, apesar de não ser ainda muito expressiva sua construção na Zona da Mata Mineira, diferente de outras regiões como tem ocorrido em Goiás, visto mais especificamente no Capítulo 4.

a estas instituições, informando que o proprietário rural tornar-se-á um produtor integrado, uma vez que sua proposta foi aceita pela Pif Paf. A finalidade deste documento é de abrir caminho para que seja realizado o financiamento, apesar de não garanti-lo. Na prática, as instituições financeiras só efetivam os empréstimos se houver algum bem do contratante como garantia, assegurando, assim, a diminuição dos riscos de não pagamento do financiamento.

No caso do uso dos recursos do PRONAF, apenas 20% dos produtores confirmaram a utilização destes a fim de fazerem alguma adaptação no galpão, adquirir equipamentos ou mesmo aplicar em construção. Segundo informações dos extensionistas da Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), o valor disponível depende da renda do solicitante e do que vai ser gasto com o recurso. Muitos dos produtores integrados da região da Zona da Mata Mineira não utilizaram os recursos públicos do PRONAF para a construção porque já haviam edificado seus galpões antes de 1996, quando foi instituído o programa. O limite máximo atual de financiamento para aplicação nas despesas dos estabelecimentos rurais é de R\$130.000,00⁵⁵. No caso daqueles produtores integrados que utilizam os recursos do PRONAF, a queixa maior refere-se ao excesso de burocracia o que, algumas vezes, contribui para a desistência do uso deste crédito.

Segundo dados coletados dos próprios entrevistados em relação aos custos, em média, um galpão convencional com capacidade para 15.000 aves fica em torno de R\$150.000,00 e o galpão automatizado, para o mesmo número de aves, aproximadamente R\$170.000,00. Já o galpão climatizado com o mínimo de 30.000 aves, considerado ideal de acordo com a empresa, teria o custo aproximado de R\$350.000. Percebe-se que os valores disponíveis pelo programa não são suficientes, caso o produtor integrado precise financiar toda a construção do galpão e compra dos equipamentos. Esta inadequação dos recursos do PRONAF

⁵⁵Fonte: MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/quadro>>. Acesso em 26/09/2012.

já foi objeto de análises e estudos. (ABRAMOVAY, 2002; FAVERO, 2002; SACO DOS ANJOS *et al.*, 2004; GASQUES *et al.*, 2005; SHNEIDER *et al.*, 2005; GUANZIROLI, 2007; BELIK, 2011; NAVARRO; PEDROSO, 2011; TEIXEIRA; CRUBELLATE, 2011). Dentre estes, Navarro e Pedroso (2011, pp. 7-9) também enfatizam que o PRONAF não atende às especificidades das variadas populações de agricultores familiares existentes no Brasil atual. Segundo esses autores vem ocorrendo no país uma grande transformação nas populações rurais mais pobres, denominadas atualmente de agricultores familiares e, apesar das evidências, parece ainda haver certa resistência de alguns setores em perceber esta considerável mutação, dentre elas, a necessidade de adaptar e ampliar os valores de crédito a fim de que se tornem disponíveis aos agricultores familiares atuais, atendendo suas especificidades e demandas.

Obviamente que os valores a serem aplicados na construção do galpão ou na compra de equipamentos, também correspondem a investimentos altos e não há como fazê-los sem se preocupar com os riscos, como problemas climáticos, problemas de saúde que impeçam os integrados de realizarem o trabalho demandado. Outro risco que pode comprometer o pagamento de empréstimos refere-se à suspensão de um lote de frangos, que é uma medida punitiva adotada pela integradora quando os produtores integrados cometem (de acordo com a avaliação da empresa via supervisor) uma falta grave. As medidas punitivas fazem parte do *Contrato de Integração*⁵⁶ e são utilizadas quando as exigências, estipuladas pela empresa, não são cumpridas.

Como exemplo, constatou-se que em uma das propriedades o recurso do PRONAF foi requerido para complementar o recurso financeiro empregado na compra de equipamentos e materiais para adequação dos

⁵⁶ A respeito deste contrato ficou nítida a desinformação por parte dos entrevistados. Nenhum deles sabia responder qual o prazo de duração e nem se constava no contrato alguma cláusula que determinasse as consequências aquele produtor que não quisesse mais continuar com a produção integrada, ou cometesse alguma “infração”. Muitos nem sabiam onde o contrato estava, nem mesmo se é sujeito à renovação.

galpões, neste caso, bebedouros automáticos (visando à citada automação) e telas de metal com menor espaçamento, diferentes das que já estavam instaladas. No caso do modelo de bebedouro destinado a esta granja, com lote de 15.000 aves, foi necessário um investimento de aproximadamente R\$16.000,00 e o recurso liberado pelo PRONAF foi de R\$8.000,00. A troca da tela (que foi uma exigência recente da integradora, assim como a automação dos bebedouros ficou em aproximadamente R\$7.000,00. Portanto, mesmo acessando o recurso PRONAF, foi necessário empregar considerável valor advindo dos recursos próprios da família. Especificando, dos R\$23.000,00 gastos, R\$15.000,00 foi recurso desta família. Entende-se, portanto, que o programa não tem atendido determinadas especificidades desses produtores integrados que são também agricultores familiares e, por isso mesmo, estariam dentro das características do perfil estabelecido pelo programa.

Confirmando esta realidade, uma produtora integrada manifestou sua insatisfação dizendo:

A gente custa a conseguir juntar um capitalzinho, quando junta, ele vai embora de uma vez só. Por isso que os homens não querem mexer muito com a integração, fica então com as mulheres mesmo porque isso quase não dá dinheiro. Eles estão ficando com aquilo que dá mais lucro. (MARIA, 46, 26/01/2012).

Apesar de ter sido afirmado, em capítulos anteriores (2 e 4), que a integração possibilitou aumento da renda familiar àqueles produtores que estavam vivenciando situações de crise financeira, principalmente desde os anos 1970, e também que a renda obtida através da integração é a mais importante, segundo todos entrevistados, na maioria das propriedades pesquisadas, verificou-se que a atividade de integração está, de fato, sob a responsabilidade das mulheres adultas, quase sempre as esposas. São elas que realizam a quase totalidade do trabalho exigido pelas aves. Ainda são elas que forneceram, conforme já dito, a maior

parte das informações sobre o manejo das aves, inicialmente dando pequenos e importantes detalhes, complementando as falas dos maridos e, posteriormente, quando na escrita desta dissertação algumas informações precisavam ser melhor exploradas, foram elas que se disponibilizaram a complementá-las. Vale ressaltar que apenas durante a realização das entrevistas é que se pôde perceber a presença das mulheres na integração. Em todos os momentos, nenhuma instituição visitada e nem mesmo a EMATER, nem os homens produtores integrados, fizeram menção a esta intensa e extensa participação do trabalho das mulheres. Esta constatação, obviamente, resultou na tentativa de entendimento dos porquês desta presença.

Uma possível reflexão vincula-se aos *habitus*, principalmente nos espaços rurais e diretamente relacionados aos diferentes papéis sociais desempenhados pelos membros das famílias. Como ainda observado em várias zonas rurais, são as mulheres responsáveis por alguns dos animais domésticos, e são elas que frequentemente assumem os cuidados com as galinhas, criadas nos quintais das casas. Como as mulheres estão diariamente envolvidas com o preparo da alimentação do grupo doméstico, no âmbito das cozinhas, elas destinam os restos de comida, folhas, grãos a estas galinhas caipiras criadas nos quintais, soltas. O cuidado com estas galinhas ocorre quase como extensão das atividades realizadas na casa e, especialmente, nas cozinhas. Sabe-se da importância desta criação, não apenas como fonte de alimentação direta da família, via carne e ovos, mas também como fonte de renda, por meio da venda de ovos, por exemplo. Durante a realização da pesquisa, constatou-se, ainda, que a maior parte dos galpões (60%) é construído bem próximo das residências, praticamente “na porta da cozinha”, a fim de que o local de trabalho com as aves fique perto da casa, onde as mulheres estão também envolvidas em outras atividades domésticas e, de certa forma, facilitando a alternância dos afazeres da casa com os da granja. Segundo os integrados, esta proximidade com a casa favorece, também, a observância das aves e a segurança da granja pelos membros

da família. Assim, estando o galpão perto das moradias, tanto a granja pode ser mantida sob os olhos da família, como as mulheres podem ir e vir continuamente. Em geral, as atividades são desempenhadas com forte presença feminina, às vezes sozinhas, outras com ajuda do marido e/ou filhos. A presença feminina, portanto, representa nesta pesquisa, 70% da força de trabalho diretamente envolvida com as aves nos galpões.

5.3. O seguro: um benefício desconhecido

Caso haja algum sinistro como vendaval, chuva de granizo ou incêndio, os produtores integrados podem (e devem) ser auxiliados por um seguro, sendo obrigatório seu pagamento. Apesar deste benefício (se é que pode ser chamado assim), muitos produtores integrados (90% dos entrevistados) desconhecem os procedimentos para acessá-lo. Apesar disso, o montante monetário destinado a cobrir este seguro é descontado diretamente no extrato, emitido pela Pif Paf, no momento de realização do acerto dos lotes. Também é a integradora quem operacionaliza este recurso. A AVIZOM tem acesso apenas aos valores referentes aos produtores integrados e pode, inclusive, informá-los sobre as quantias existentes e pertencentes aos integrados. No entanto, não há nenhuma autonomia dos produtores, e nem da AVIZOM, em relação à utilização desses recursos que só são liberados ao produtor quando é aprovada a solicitação, realizada pelo supervisor da Pif Paf, que precisa vistoriar o dano causado ao galpão e/ou às aves.

Como foi dito, a maioria dos produtores entrevistados não sabe ao certo o valor que pagam à seguradora, nem a validade da apólice e muito menos o valor de cobertura desta apólice a que têm direito (apesar da AVIZOM afirmar que é possível fazê-lo). De forma geral, queixavam-se muito da falta de esclarecimentos quanto ao valor recolhido, dizendo sempre não reconhecê-lo no extrato de pagamento emitido pela empresa. Apenas um produtor declarou ter utilizado os valores do seguro, sendo ele

o de mais elevado grau de estudo (Ensino Superior) e um dos poucos que possui um cargo na diretoria da AVIZOM. Estes dois fatores podem ter contribuído para que tal integrado estivesse mais esclarecido sobre o seguro. Os demais apresentaram total desinformação sobre este direito e alguns ainda declararam que quando houve necessidade de usar este seguro, devido aos danos causados por chuvas ou vendavais que atingiram o galpão, a demora foi enorme e, para evitar prejuízos maiores com o lote ou com o galpão, foram eles mesmos que assumiram os gastos para a realização dos reparos, nunca obtendo o valor empregado de volta.

5.4. O processo da criação de frangos marcando o ritmo da vida dos integrados

Optou-se, nesta seção, pela descrição do processo de criação de frangos realizado pelas pessoas envolvidas diretamente nesta atividade⁵⁷. Vale ressaltar, conforme já anunciado na metodologia, que a grande maioria destas informações foi fornecida pelas mulheres e não pelos homens, durante um segundo momento de visitas efetivado nas propriedades. Estas ocorreram com o objetivo de buscar mais detalhes sobre o processo de criação das aves no cotidiano destes produtores e produtoras. Isto foi algo surpreendente já que inicialmente todos, EMATER, AVIZOM, sindicatos e Pif Paf, informaram a respeito dos produtores integrados sem nenhuma menção à participação ativa das mulheres na atividade de criação dos frangos.

⁵⁷ Alguns homens, efetivamente estão no cotidiano das atividades da criação. Verificou-se nesta pesquisa que poucos deles as realizam sozinhos. Normalmente possuem o apoio das esposas e, como já dito, as mulheres estão expressivamente presentes no trabalho da integração. Apesar disto, os homens que também atuam na criação das aves, convivem com demandas intensas de trabalho durante todos os dias da semana. Mesmo diante de tal característica significativa identificada nesta análise, optou-se por usar o termo produtores integrados ao invés de produtoras integradas em todo texto da atual dissertação e também no título desta seção, visto que homens e mulheres realizam a atividade de criação das aves.

Ao entrar em contato com os produtores integrados (maridos) para verificar especificamente o processo de criação dos frangos, o atendimento acabou ocorrendo com as esposas, uma vez que os maridos não se encontravam na residência. Quando foi perguntado a elas se poderiam descrever sobre tal processo, responderam naturalmente e com muita propriedade, o que demonstrava pleno conhecimento de todo o processo de criação das aves, como será visto a seguir.

De acordo com estas informações coletadas, as aves chegam à granja com um dia⁵⁸ de vida e saem com 44 a 48 dias, podendo chegar até 53 dias. Segundo os relatos da maioria dos produtores e da direção da Pif Paf, a saída das aves depende muitas vezes de como está a dinâmica do mercado. Assim, a matéria prima fica à espera do melhor momento para chegar à empresa integradora. Entretanto, existe um limite para esta permanência nos galpões, já que as aves também começam a perder peso quando confinadas por um tempo maior do que o programado.

Os lotes são constituídos de aves machos ou fêmeas. Em relação a este aspecto, a escolha dos lotes é definida pela Pif Paf. Normalmente, os lotes são alternados, uma vez que aqueles constituídos por machos são mais bem remunerados do que os lotes de aves fêmeas. A preferência dos produtores integrados, obviamente, é pelos machos. Mas a empresa equilibra esta escolha a fim de evitar que alguns produtores sejam mais beneficiados do que os outros, de acordo com a fala de representantes da direção da integradora.

Após a construção dos galpões convencionais ou automatizados⁵⁹, a quantidade de animais indicada é a seguinte:

⁵⁸ A empresa possui incubatórios em geral bem próximos das granjas, a fim de evitar a mortalidade durante o traslado das aves. No caso da região em estudo, há um incubatório em funcionamento no município de Visconde do Rio Branco a fim de atender às granjas da Zona da Mata Mineira, de acordo com entrevista realizada com a direção da Pif Paf em 28/08/2012.

⁵⁹ Optou-se pela descrição do manejo das aves em galpões convencionais ou automatizados, tendo em vista que são os modelos de galpão que prevalecem no grupo de análise. Apenas um produtor integrado possuía galpões climatizados.

Quadro 1 - Número de aves por m²

1. Fêmeas = média de 15 por m ²
2. Machos = média de 13 por m ²

Fonte: Produtores integrados, 2012.

As aves são colocadas em círculos feitos de chapas finas de madeira ou material similar em torno de 5000 por cada círculo para que sejam aquecidas através das campânulas à lenha. Os círculos vão sendo aumentados em média, 25 cm/dia. Aos poucos os círculos vão se juntando, mantendo sempre as aves aquecidas até ser retirado totalmente no 15º dia de vida.

Para o aquecimento dos animais, usualmente utiliza-se um tambor com a lenha, dentro do próprio galpão. Além desse modelo de campânula, já estavam sendo utilizadas, no momento desta pesquisa, as campânulas automáticas em algumas granjas. Nos primeiros dias de vida das aves, as campânulas ficam ligadas de forma contínua durante o dia e à noite, do 1º ao 15º dia. Após esse período, mantém-se o aquecimento de acordo com a temperatura verificada dentro do galpão, porém de forma alternada. Durante o verão, utiliza-se o sistema de aquecimento dessa forma (alternada) aproximadamente até o 17º dia e no inverno, até o 21º dia. As temperaturas são normalmente controladas da seguinte maneira:

Quadro 2 - Níveis de aquecimento dos galpões

1ª semana: de 30 a 32° C
2ª semana: de 28 a 30° C
3ª semana: de 26 a 28° C*

*A partir da 3ª semana, se a temperatura não estiver tão fria, não se utiliza mais a campânula. Neste caso, se intercala com a abertura das cortinas durante o dia ou alternando o acendimento da campânula como apresentado anteriormente.

Fonte: Produtores integrados, 2012.

No verão, o sistema de ventilação é utilizado a partir do 25º dia. No inverno, utiliza-se a partir do 28º dia.

A respeito da alimentação, no primeiro dia coloca-se a ração sobre os jornais dentro dos círculos. Estes jornais são colocados sobre o piso a fim de evitar que os animais se alimentem das serragens. Os comedouros infantis são colocados a partir do segundo dia de vida e, simultaneamente, são colocados os comedouros adultos (ou pendulares) e, dessa forma, é feito até aproximadamente o 15º dia de vida. Após este período, são utilizados apenas os comedouros adultos.

A alimentação é feita através da ração que é controlada e fabricada pela empresa integradora e o manejo é realizado da seguinte forma:

Quadro 3 - Manejo da ração

1. Ração pré-inicial: destinadas as aves de 1 a 5 dias de vida.
2. Ração inicial: aves de 6 a 21 dias.
3. Ração de crescimento: aves de 22 a 38 dias.
4. Ração de terminação (abate): de 38 até o dia do abate

Fonte: Produtores integrados, 2012.

Para os primeiros dias, os bebedouros apropriados são os menores, denominados de infantis⁶⁰. Assim que as aves vão crescendo, os bebedouros automáticos já ficam dispostos para o uso dos animais. A água utilizada nestes bebedouros é tratada com cloro pelos próprios avicultores e é examinada pelos técnicos da Pif Paf em laboratórios próprios, e transportada pelos supervisores. O tratamento é feito da seguinte forma:

Quadro 4 - Tratamento da água

1ª semana: uma ou duas pedras de cloro/ 1000 litros d'água.
2ª semana: três ou quatro pedras de cloro/ 1000 litros d'água.
3ª semana: quatro a cinco pedras de cloro/ 1000 litros d'água.
4ª semana: seis a sete pedras de cloro/ 1000 litros d'água.
5ª semana em diante: 8 pedras de cloro/ 1000 litros d'água.

Fonte: Produtores integrados, 2012.

⁶⁰ Nome atribuído ao bebedouro destinado às aves ainda jovens (nos primeiros dias de vida).

As aves são vacinadas com 19 dias de vida por determinação dos supervisores da integradora. O medicamento contra *gumboro*⁶¹ é colocado na água das aves e as demais vacinas são aplicadas pelos técnicos responsáveis antes da chegada das mesmas às propriedades, portanto ainda na incubadora. Caso manifeste alguma doença posteriormente, os animais são examinados pelos veterinários dentro do próprio galpão, em um lugar específico à realização desse procedimento. Se for diagnosticada alguma doença, os animais são devidamente medicados ou vacinados pelos técnicos ou então, pelos próprios avicultores, quando se trata de procedimentos mais corriqueiros.

O sistema de iluminação varia de acordo com as aves machos e fêmeas, como se vê abaixo.

Quadro 5 - Sistema de iluminação para aves machos

1ª semana: luzes acesas durante o dia* e à noite.
2ª semana: luzes apagadas até o antepenúltimo dia de vida das aves.
2 dias antes do abate: luzes acesas por duas a quatro horas à noite.**

*Na primeira semana as cortinas da granja permanecem fechadas e são abertas somente a partir dos 32°C.

** Manejo para evitar que os animais muito pesados se pisoteiem mutuamente, aumentando a mortalidade.

Fonte: Produtores integrados, 2012.

Quadro 6 - Sistema de ventilação para aves fêmeas

1ª semana: luzes acesas durante o dia e à noite.
2ª semana: luzes acesas durante o dia e à noite.
3ª semana: luzes apagadas.
4ª semana em diante: luzes acesas apenas se não estiver correspondendo ao ganho de peso.*
2 dias antes do abate: luzes acesas por duas a quatro horas à noite

* As aves fêmeas têm uma conversão alimentar inferior aos machos.

Fonte: Produtores integrados, 2012.

⁶¹ Também conhecida como *bursite*, é causada por um vírus que destrói o tecido linfóide, resultando em imunodepressão. Ataca principalmente as aves jovens, a partir da 3ª semana de idade. Disponível em: <<http://www.fdd.org.br/html/avescaipiras.htm>>. Acesso em 26 de Junho de 2012.

Após a saída dos lotes, é realizada a limpeza pelos próprios produtores integrados (ou por contratados temporários) depois do 5º dia, período em que são lavados os galpões, os comedouros e bebedouros. A desinfecção é realizada entre o 6º e 7º dias após a saída dos lotes. Este serviço é terceirizado e, segundo a Pif Paf, a empresa apenas intermedia o contrato, mas quem paga são os próprios produtores integrados. Este valor também já vem descontado no extrato de pagamento efetuado pela empresa, conhecido também como “envelope”. Segundo os produtores entrevistados, parece ser um trabalho insalubre, de alto risco de contaminação devido aos produtos químicos utilizados e o profissional responsável não obedece às normas de segurança, sendo muito relapso no uso dos equipamentos de proteção, como máscaras e luvas. Como disse um dos produtores integrados, “não fica nem um mosquito vivo quando se usa esse veneno nos galpões, mata tudo, acho que até gente”. (LUIZ, 61, 07/03/2012). De acordo com a direção da Pif Paf, este profissional organiza a documentação para criar uma empresa, adquire um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e é contratado pela integradora a fim de prestar serviço nesta área de desinfecção. (Direção Pif Paf, 28/08/2012).

A cama de frango⁶² pode ser reutilizada dentro dos galpões por algumas vezes (até 3 ou 4), dependendo da procura do produto pelos agricultores que a compram a fim de utilizá-la nos mais variados cultivos e atividades de reflorestamento. Usualmente, na região, a cama de frango é empregada em recuperação de pastagens, capineiras, reflorestamento ou hortaliças. Para torná-la realmente pronta para ser aproveitada novamente, a cama de frango é triturada com a utilização de implementos acoplados em um micro-tractor, conhecido como *tobata*, e, em seguida, é enleirada (amontoada em linhas). Logo após, cobre-se toda a cama com uma lona plástica durante sete dias consecutivos para que, elevando a temperatura, sejam realizadas as medidas sanitárias necessárias e,

⁶² Ver nota 34, p. 80.

assim, evita-se a contaminação no próximo lote de frangos. Estando “limpa”, a cama pode ser usada novamente com os novos lotes de aves.

Em um lote de 30.000 frangos, por exemplo, normalmente consegue-se de 25 a 60 toneladas de cama, dependendo das vezes em que a cama é reutilizada dentro dos galpões. Se esse procedimento ocorre mais vezes, haverá maior acúmulo de ração e dejetos. Segundo o técnico ambiental da AVIZOM, apesar da restrição quanto ao uso da cama de frango para uso na alimentação de ruminantes feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁶³, esta não se aplica ao uso deste material nos cultivos, uma vez que apenas a ureia é absorvida pelas plantas. Quem fiscaliza as determinações do MAPA junto às propriedades, é o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A cama de frango, portanto, é utilizada frequentemente como adubo para os mais diversos cultivos. Depois de utilizada no solo, acredita-se que no período de um mês o material já esteja decomposto. O IMA só realiza alguma punição quando, após determinada denúncia, é confirmada a infração, ou seja, quando alguém ainda insiste em alimentar o gado com este produto. Este mesmo órgão concede a autorização para utilização da cama de frango nos cultivos. No caso dos produtores integrados, estes obtêm esta documentação através da mediação do setor de meio ambiente da AVIZOM junto ao departamento de meio ambiente da Pif Paf. (AVIZOM, 2012).

5.5. Força de trabalho, educação dos filhos, renda e herança: incertezas da produção integrada

Observou-se que 90% dos produtores integrados ocupam-se em diversas atividades de cultivos e pecuária (gado de corte ou leite), além da criação de frangos. Isto ocorre porque, apesar da elevada carga

⁶³ Ver nota 35, p. 80.

horária demandada pela integração, estes produtores contam com a ajuda das esposas, às vezes de algum filho, ou mesmo possuem algum trabalhador contratado como responsáveis pelas atividades da criação das aves.

Tabela 5 - Atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade e características da força de trabalho empregada na criação das aves

Proprietários (Nomes fictícios)	Atividades agropecuárias além da criação de frangos	Quem ajuda na integração
01. João/Débora	Gado (corte e leite), hortaliça e legumes (muito pouco)	Esposa e contratado (CLT)*
02. Pedro/Marta	Gado (pouco), hortaliça (pouco), fruta e feijão (para despesa)	Esposa e filho
03. Lucas/Joana	Gado (leite), hortaliça e legumes (pouco)	Esposa
04. Manoel/Maria	Gado (corte), milho (para o gado)	Esposa e filho
05. Antônio/Arminda	Gado (corte e leite) e legumes (por arrendamento)	Parceiro**
06 José/Selma	Gado (leite) e hortaliças (pouco)	Esposa e contratado (informal)***
07. Jorge/Leci	Gado (leite), hortaliças (pouco), feijão e milho	Esposa
08. Augusto/Nice	Gado (corte)	Sozinho
09. Luiz/Antonina	Gado (corte)	Contratado (CLT)
10. Joaquim/Marli	Nenhuma	Esposa e contratado (informal)

* Refere-se ao contrato feito de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

**Refere-se ao contrato de parceria, quando o produtor integrado contrata um granjeiro, pagando o mesmo com parte do valor obtido nos lotes, além de uma remuneração mensal fixa.

***Quando o contratado não tem carteira assinada.

Dados da pesquisa, 2012.

A utilização do contrato com carteira assinada correspondeu, nesta pesquisa (de acordo com a CLT), a apenas 20% da amostra e os contratados informais (sem carteira assinada) também 20%. Estes contratos são efetivados somente quando a força de trabalho do grupo familiar não é suficiente. Em raras situações o proprietário da terra não reside nela (1 caso apenas), optando nesta situação específica pelo arrendamento ou parceria. Assim, os parceiros (também denominados pelos produtores integrados de arrendatários ou granjeiros) são os responsáveis pela criação das aves. Como já foi mencionado na

metodologia (Capítulo 1), identificou-se outra condição, que não fez parte da amostra, que diz respeito ao médico que é um proprietário rural, reside na cidade e exerce uma atividade profissional muito mais rentável, segundo declaração do mesmo. No entanto, para este integrado, a atividade junto à Pif Paf é uma forma de investimento apenas. Este médico que também é um proprietário rural utiliza do contrato de parceria com um granjeiro que reside em sua propriedade, ao lado da granja.

Conforme pode ser observado na Tabela 1 página 13, a idade média dos produtores integrados é de 50 anos. Tendo em vista as atuais condições de produção de frangos, pode-se dizer que a integração exige corpos capazes de realizar todas as atividades e com disponibilidades permanentes. Desta forma, o processo de envelhecimento do grupo doméstico pode ser um fator limitante para a continuidade na integração. Por sua vez, a empresa vem utilizando outra justificativa para as mudanças propostas, enfatizando a escassez de trabalhadores na região para as atividades necessárias à criação das aves. Assim, parece estar em curso a priorização, por parte da empresa, de outro perfil de produtor integrado, capaz de iniciar a atividade dentro dos novos moldes preconizados, ou seja, com galpões totalmente automatizados e com prévia definição da capacidade mínima de aves. Para a produção neste novo galpão, o assalariamento parece ser o mais indicado, de acordo com a empresa, e o proprietário poderá apenas administrar a atividade, residindo ou não nos espaços rurais.

Assim, o processo natural de envelhecimento dos atuais produtores integrados, assim como a escassez da força de trabalho, enfatizada tanto pela empresa como pelos integrados, serão utilizados no sentido de justificar as mudanças propostas pela integradora, que apontam para um forte processo de exclusão daqueles que não têm como arcar com as adaptações ora exigidas. Este processo precisa evidentemente ser melhor entendido. Mesmo assim, sendo a criação de aves um procedimento produtivo de intensa demanda de trabalho, ao longo de todo o dia, e por vezes, durante a noite, o uso do discurso da falta de mão

de obra nas zonas rurais pela empresa, e também pelos integrados, evidencia uma contradição. Isto porque, conforme foi visto nesta pesquisa, em geral são as mulheres quem cuidam da maior parte do processo de criação de aves. Assim, apenas uma pessoa por família, em geral as mulheres, por exemplo, poderiam continuar no exercício destas mesmas atividades. Como então justificar esta falta de trabalhadores? O que parece estar ocorrendo é que este pode ser um alibi para o novo patamar de modernização em curso na região, em relação à integração. Já que existe um comum assentimento sobre a ausência de trabalhadores para a criação de aves, o discurso da necessidade da automação encontra mais adeptos e poderá ser visto como um processo inexorável. Para atender ao novo perfil de integrado mais moderno, a saída é buscar agricultores ou mesmo empresários urbanos, com maior poder monetário para investir na atividade.

Os novos produtores integrados são apenas os “administradores do negócio”, que consiste em galpões bem maiores, originalmente construídos para lotes de 60.000 aves (sendo 30.000 em cada galpão climatizado ou automatizado). Este novo patamar de produção integrada não manterá a grande maioria dos já integrados na região. Atualmente, dos quase 500 produtores integrados que estão produzindo frangos para a empresa, em torno de 90% têm lotes bem menores, entre 5.000 a 20.000 aves. (AVIZOM; Pif Paf, 2012).

Nota-se que existe uma tendência de que as atividades de criação de aves passem a ser desenvolvidas por outros setores produtivos, inclusive não agrícolas. Possivelmente, pelo que se pôde notar, até mesmo pela postura da Pif Paf, haverá uma avicultura sem a presença dos agricultores familiares, e ter-se-á, então, um novo perfil de produtor integrado dependente da força de trabalho de assalariados rurais.

Algo que também aumenta a incerteza da permanência na integração, na região em estudo, é que de forma geral, os pais não almejam que os filhos continuem na propriedade (60%) e aqueles que são favoráveis a esta continuidade (40%) responderam positivamente, mas ao

mesmo tempo justificando: “sim, porém queremos o melhor para eles”. (JOÃO, 48, 16/01/2012). “Sim, mas eles precisam ver o que é que vale mais à pena”. (JOAQUIM, 46, 08/03/2012). “Sim, desde que se perceba que eles estão satisfeitos”. (JORGE, 51, 07/02/2012). Ainda que favoráveis a esta permanência dos filhos, demonstram incertezas quanto ao futuro e, além disto, consideram a vida cotidiana no espaço rural, na atualidade, um lugar difícil para se viver por vários fatores tais como: dificuldades de sobrevivência, medo, solidão e recursos financeiros limitados. Estes dados evidentemente contrastam e talvez contradizem outras declarações dos próprios produtores integrados entrevistados, uma vez que todos afirmaram que gostam de viver onde moram. O que, de fato, se observou é que os pais têm se empenhado em favorecer a preparação dos filhos em termos de educação formal (Educação Básica e Superior).

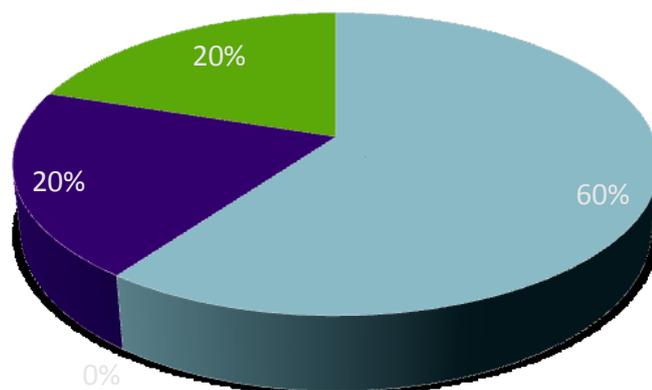
Tendencialmente, os filhos dos produtores integrados em análise estudaram ou ainda estudam nos espaços urbanos. Quando optam por estudar em escolas rurais, o fazem somente até a segunda fase do Ensino Fundamental (até o 9º ano). Os segmentos de ensinos Médio e Superior são realizados também na cidade. Pelo que se pôde observar, após estudar ou trabalhar no espaço urbano, de forma geral, os filhos não retornam a viver ou residir no espaço rural (em 90% dos casos, isto foi evidenciado).

Apesar dos anos de escolaridade dos pais corresponderem em média ao Ensino Fundamental incompleto (média de cinco a seis anos de estudo), boa parte dos filhos já concluiu o Ensino Médio; alguns estão cursando o Ensino Superior; e alguns já concluíram este nível de ensino. Esses dados referentes à escolaridade dos filhos em relação aos pais podem ser confirmados nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 1 (mães)

Escolaridade das mães

EF incompleto EM completo ES completo

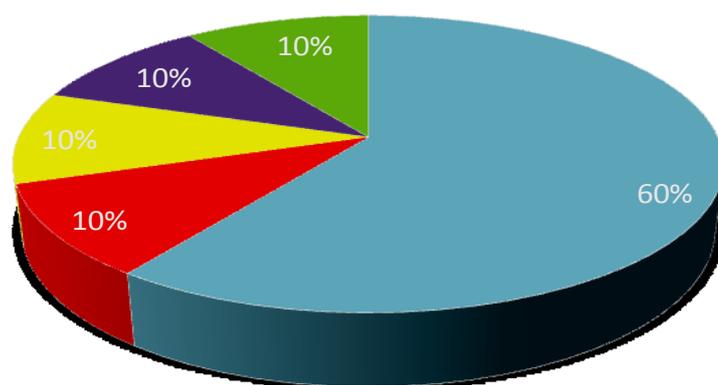


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 2 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 2 (pais)

Escolaridade dos pais

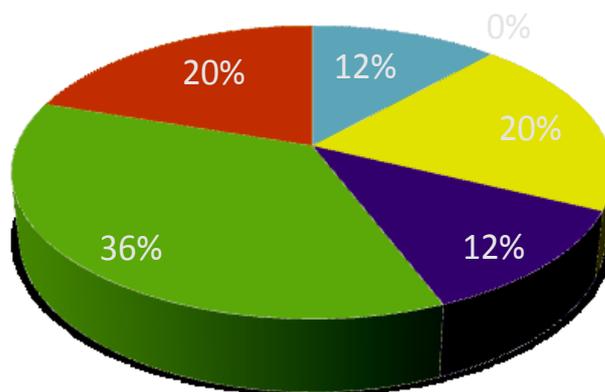
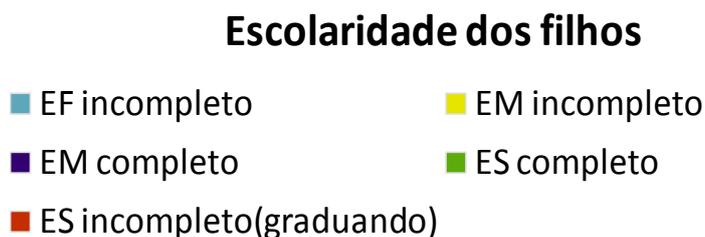
EF incompleto EF completo EM incompleto
EM completo ES completo



EF: Ensino Fundamental
EM: Ensino Médio
ES: Ensino Superior

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 3 - Níveis de escolaridade do grupo familiar 3 (filhos)



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota-se, a partir da observação dos gráficos 1, 2 e 3, que o nível de escolaridade dos filhos tem crescido de forma significativa. Destes, alguns não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio porque ainda estão cursando esses níveis. Constatou-se através dos relatos que existe uma tendência à continuidade nos estudos. Percebeu-se, inclusive, que manter-se estudando é visto pelos pais como um valor porque reconhecem que esta é uma forma de garantir aos filhos uma vida melhor.

De acordo com a fala dos pais, a “roça seria apenas para o lazer dos meninos, trabalho mesmo é na cidade, e sem estudo fica difícil”. (PEDRO, 48, 20/01/2012). Outro pai disse que “é melhor os filhos estudarem e irem para a cidade porque com a família menor fica até mais fácil viver da roça”. (MANOEL, 54, 26/01/2012). Outro ainda diz que, “estudar é o único jeito hoje em dia para ficar bem empregado. A gente apoia sim, sempre apoiou”. (JORGE, 51, 07/02/2012).

Vê-se nestas falas duas situações distintas. Primeiramente, a visão de certa forma depreciativa do espaço rural pelos próprios entrevistados,

reconhecendo que a cidade é o lugar do progresso profissional para os filhos. Inclusive isso pôde ser confirmado a partir de algumas análises feitas anteriormente neste capítulo, onde se percebe uma tendência à não permanência dos filhos nos espaços rurais, onde atualmente os produtores integrados se encontram, reconhecendo estes espaços como o lugar das dificuldades, de acordo com alguns entrevistados. A segunda situação a ser observada, especificamente na fala do Sr. Manoel (54), é que a saída dos filhos para estudarem e trabalharem nas cidades, acaba sendo uma condição, a princípio, necessária à permanência dos demais membros da família no espaço rural, principalmente do casal. Isto porque, nem sempre a renda dos pais é suficiente para a manutenção de todo o grupo doméstico. Assim, sair do espaço rural é uma estratégia para assegurar a sobrevivência dos que saem e dos que ficam. Nota-se, portanto, algo paradoxal uma vez que, através dos dados obtidos nesta pesquisa, os pais reconhecem que o espaço onde vivem é um lugar para se viver, mas não para os seus filhos viverem.

Os dados levantados nesta pesquisa confirmam as reflexões elaboradas por Wanderley (2009, pp. 263-278), quando a autora, ao analisar o desenvolvimento brasileiro, afirma que é muito comum os estudos apresentarem o urbano como espaço da importância social e econômica e o rural é muitas vezes reforçado como o espaço do vazio social, que tem como solução principalmente o êxodo. Entretanto, para se entender as escolhas das diversas composições das famílias rurais é necessária a realização de estudos que busquem identificar os porquês das saídas e como estas saídas estruturam ou desestruturam o grupo familiar. Nesta pesquisa, a valorização do meio urbano, lugar de moradia, de trabalho e de estudo dos filhos mais velhos, pode ser entendida como a justificativa da estratégia de permanência dos mais idosos e da renda familiar não suficiente para todo o grupo doméstico. Assim, sair garante melhor condição para os que ficam.

Sendo as propriedades aqui apresentadas consideradas pequenas pelos parâmetros da EMATER⁶⁴ (aproximadamente 24,6 ha), outro fator possivelmente desestimulador ao retorno da vida no espaço rural poderia ser o tamanho das propriedades que os filhos irão herdar. Como são pequenas propriedades, caberá a cada filho um montante, talvez, não tão atrativo para a permanência nas zonas rurais. De acordo com a fala de alguns integrados o espaço destinado hoje aos cultivos não é satisfatório porque são proprietários de pequenas parcelas de terra (declaração de dois proprietários rurais). Assim, vislumbram a produção integrada como uma opção extra e viável, porque dentre as atividades de produção desenvolvidas, é a mais rentável (observado em 90% da amostra).

Apesar desta possibilidade de não permanência dos filhos nos espaços rurais devido ao tamanho pouco expressivo das propriedades a serem herdadas, notou-se que para criar frangos não é necessário uma área muito vasta, a integração então não tem sido efetivada de forma mais intensa por causa da pouca quantidade de terras, como foi dito por alguns, mas, a princípio, o que tem mantido o estímulo a fim de permanecer com a integração, é a questão da renda obtida através dela.

Apesar destas declarações, sabe-se que não é esta a realidade de toda a região. Muitos agricultores familiares na verdade têm obtido bons resultados, desenvolvendo suas atividades agropecuárias, em suas pequenas propriedades e, dessa forma, se reproduzem socialmente, além de garantirem renda para a família. No entanto, tratando-se das pequenas propriedades dos produtores integrados em análise, a distribuição das terras aos filhos parece tornar um fator a ser considerado, mas não determinante no que tange à permanência desses filhos nos espaços rurais. Mesmo naquelas famílias, consideradas não numerosas (média de

⁶⁴ Segundo os extensionistas da EMATER, em entrevista concedida no dia 26/09/2012, na Zona da Mata mineira de 50 a 60% das propriedades rurais têm dimensão igual ou inferior a 15 ha, portanto prevalecem pequenas propriedades rurais. Para a EMATER, pequenas propriedades são aquelas de até 50 ha; médias propriedades de 50 a 150 ha e grandes propriedades acima de 150 ha. Estas dimensões variam de uma região para outra, de acordo com os módulos rurais.

três filhos por casal) a área destinada a cada filho, em média 8 ha, não é fator limitante é apenas uma característica observável, ou seja, a tendência é de uma subdivisão da terra que poderá chegar a um tamanho economicamente inviável daqui a algum tempo para desenvolver atividades agropecuárias. Na Zona da Mata, inclusive, muitos agricultores sobrevivem com parcelas até menores (média de 4 ha), mantendo a si e seus familiares. Entretanto, se os atuais filhos dos produtores integrados em análise visualizassem a integração como atividade futura também para si, 8 ha seria até mais do que suficiente. Ainda que a grande maioria dos pais (80% dos entrevistados) tenha recebido a terra como herança, como foi declarado, parece que não será este o destino de muitos filhos. Ou, eles herdarão, mas talvez não permanecerão com as propriedades para fins de reprodução social e econômica, não pela questão do tamanho da terra herdada, mas pelos demais motivos apresentados, ou seja, o assédio das oportunidades urbanas.

Outro fator que poderia ser levantado como desestimulador, seria a questão da renda. Mas como já foi exposto em outras seções, de acordo com os produtores integrados, a atividade de integração é até mesmo rentável e foi enfaticamente colocada como a mais importante fonte de renda das famílias. Portanto, o tamanho da terra a ser herdada, a princípio, não está sendo levado em consideração para definir a permanência ou não dos filhos na propriedade, apenas está sendo apresentada como uma tendência à diminuição das parcelas de terra a cada um dos filhos como herança.

Cabe aqui fazer algumas considerações. Se a atividade da integração é a mais importante renda e que, para tanto, não se precisaria de muita terra para a atividade, quais seriam os verdadeiros motivos da não permanência nos espaços rurais? Obviamente, que os pais almejam para os filhos, melhores níveis educacionais (como será observado na próxima seção) e também uma vida com mais conforto e facilidades. Isto estaria sendo possível nos espaços urbanos? A princípio sim. Segundo informações coletadas dos produtores integrados, os filhos após

terminarem a faculdade, ou mesmo durante o período de realização da mesma, já “encontram um bom trabalho, com carteira assinada, direito às férias, décimo terceiro, promoção e tudo que a gente não pode dar a eles aqui na roça”. (JORGE, 51, 07/02/2012). Os poucos filhos que participaram das entrevistas comentaram que, de fato, acreditam que a vida na cidade é mais promissora, mesmo que seja também mais dispendiosa, porque precisam arcar com muitos gastos (moradia, alimentação, transporte, mensalidade da faculdade, etc.). No entanto, estes filhos acreditam que ainda é válida a opção que fizeram, a de saírem do espaço rural.

A integração, como afirmado pelos entrevistados, é considerada de extrema importância na renda familiar. Entretanto, quando perguntado sobre o que fariam se tivessem que deixá-la, a princípio, todos disseram que nunca pensaram nisso e que certamente passariam alguma dificuldade. No entanto, no grupo dos entrevistados, 5 deles tinham como segunda opção a criação de gado de leite ou de corte; 4 não sabiam o que iriam fazer e apenas 1 produtor integrado afirmou que iria tentar o trabalho na cidade. No primeiro grupo aqui apresentado, que tinha como segunda opção a criação de gado, um dos produtores integrados afirmou ainda que “também não iria fazer falta a integração”, uma vez que a criação de gado lhe era mais lucrativa e, além disso, mais de 70% da renda familiar era proveniente de uma expressiva aposentadoria da esposa e a dele próprio. Disse também que, “não abriria mão da integração porque foi feito um investimento muito alto e precisava recuperá-lo”. (LUIZ, 61, 07/03/2012). Apesar deste caso específico, os demais dependem consideravelmente da renda originada da produção integrada, como já foi afirmado.

Os dados obtidos nesta pesquisa assemelham-se com aqueles registrados por Paulilo (1990) no sul do país, quando a autora pôde identificar que a maioria das famílias de produtores integrados produz tanto na integração quanto em outras atividades agropecuárias (Tabela 5, p. 122), a fim de garantirem o sustento da família e a permanência do

casal na propriedade, o que novamente os coloca na condição de agricultores familiares mais tradicionais. Esta conjugação de atividades agropecuárias tem sido também o principal elemento constitutivo da autonomia destes agricultores.

Levando em consideração ainda a questão da renda, 6 dos entrevistados declararam efetivamente satisfeitos com os resultados financeiros totais e todos, sem exceção, acreditam que a integração seja um bom negócio. A satisfação, *a priori*, resulta de certa regularidade da movimentação financeira que faz parte do modelo de integração produtiva adotado pela Pif Paf. Aproximadamente a cada 60 dias um galpão com 15.000 frangos é capaz de gerar uma renda de R\$5.000,00 a R\$7.000,00 e os galpões com lotes de 30.000 aves, de R\$11.000,00 a R\$13.000,00. Esta renda, por sua vez, depende de alguns fatores como conversão alimentar, manejo, lotes constituídos de aves machos ou fêmeas e o esquema de pontos⁶⁵. Todos estes fatores são avaliados positivamente ou negativamente pela integradora.

Esta “renda fixa”, assim denominada pelos entrevistados, favorece a organização da administração familiar. Apesar de declararem satisfeitos com a atividade de integração e com a renda total obtida por meio dos lotes, todos, unanimemente, reagiram de forma negativa ao preço pago por ave (atualmente em torno de R\$0,45). Apesar de não concordarem com estes valores, os produtores não recorrem à empresa integradora, obviamente por receio a algum tipo de represália. No entanto, a justificativa mais enfatizada pelos entrevistados é que a empresa “não volta atrás” quanto aos valores pagos, porque sabe que os integrados

⁶⁵ Este esquema refere-se a uma tabela (que não pôde ser liberada pelos integrados e nem pela integradora) onde os supervisores pontuam a cada visita tudo o que é observado no processo de criação das aves. Esta tabela fica em uma prancheta, dentro da granja e, aos poucos vai sendo preenchida com pontos positivos ou negativos (como conversão alimentar, mortalidade das aves, procedimentos adequados ou inadequados com as aves, etc.). Ao final dos lotes, os cálculos são feitos pela integradora (sem a participação dos produtores integrados, segundo informações destes e da diretoria da AVIZOM) e é definido o valor a ser pago pelos lotes, o que vem discriminado no “envelope”.

dependem desta renda, e o valor pago tem que ser aceito sem muitas objeções e justificativas. Na verdade, muitos produtores integrados não conseguem nem mesmo entender ao certo como são calculados os valores expressos no “envelope”, ficando quase sempre em dúvida quanto ao que estão recebendo ou pagando (referindo-se aos descontos e recebimentos).

Mesmo que os produtores não concordem com os valores pagos por ave, ainda assim a renda total obtida pela integração é a mais significativa diante das demais rendas advindas das outras atividades agropecuárias (como já foi dito, 90% da amostra tem esta característica da integração como positiva). Estas informações foram verificadas tanto nas entrevistas como nas informações obtidas pela EMATER⁶⁶ que possibilitou o esclarecimento de tal constatação tendo em vista que a instituição possui os dados de todas as rendas das famílias que fizeram parte desta pesquisa⁶⁷. Acredita-se que este fator corrobora com o tempo de integração das famílias, sendo que a maioria (80%) já está, em média, de 15 a 20 anos nesta atividade.

Todos os entrevistados declararam que não se arrependem da escolha por essa modalidade produtiva e também todos disseram que nunca pensaram em parar. Apesar destas afirmações, os produtores divergem quanto à satisfação em relação aos valores recebidos pelos lotes.

⁶⁶ Entrevista concedida pelos extensionistas da EMATER local de Ubá em 26/09/2012.

⁶⁷ A EMATER não autorizou a divulgação desses dados por serem sigilosos.

Tabela 6- Avaliação dos produtores integrados quanto à modalidade de integração

Proprietários (Nomes fictícios)	Arrependimento quanto à integração?	A integração é um bom negócio?	Por quê?	Já pensou em parar?	Considera justo o que recebe?
01. João/Débora	Não	Sim	Lucro certo	Não	Sim
02. Pedro/Marta	Não	Sim	Garantia	Não	Sim
03. Lucas/Joana	Não	Sim	Garantia	Não	Não. Poderia ser o dobro.
04. Manoel/Maria	Não	Sim	Lucro certo	Não	Sim
05. Antônio/Armanda	Não.	Sim	Lucro certo	Não	Sim
06 José/Selma	Não	Sim	Seguro e menor risco	Não	Depende da época.
07. Jorge/Leci	Não	Sim	Seguro.	Não	Sim
08. Augusto/Nice	Não	Sim	Seguro.	Não	Sim
09. Luiz/Antonina	Não	Sim	Garantia	Não	Depende da época.
10. Joaquim/Marli	Sem resposta	Sim	Esperança	Não	Nem sempre

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Quando estas respostas foram aparecendo, fez-se a seguinte pergunta a um dos casais de produtores: *E se houvesse a suspensão dos lotes por alguma falha de vocês, como já ocorreu com outros integrados, o que fariam?* A mulher e o marido apenas silenciaram e se entreolharam de maneira tímida e constrangedora. Não respondendo, mas por meio dos seus olhares e gestos, pôde-se perceber o receio, a princípio pela desestruturação financeira que esta atitude da integradora provocaria na organização econômica e social da família.

Em relação às medidas punitivas, como exemplo, evidenciou o caso de um dos entrevistados que declarou que há alguns anos atrás recorreu à integradora para solicitar providências quanto ao atraso dos caminhões na entrega da ração. O que evidentemente estava comprometendo o desenvolvimento das aves e, certamente, o maior prejudicado seria ele. Ao propor uma conversa com os profissionais responsáveis, lhe foi dito que estava tudo dentro do previsto. O produtor acabou perdendo o controle e, como ele próprio declarou, precisou “dar um tapa na mesa” e requerer firmemente seus direitos. Como retaliação, a

empresa não enviou o lote de aves seguinte. Segundo este produtor, ele levou por muito tempo a marca de insubmisso pelos demais companheiros de integração e pela própria empresa integradora. O que, no caso da integração, pelo menos no que tange à Zona da Mata, não é bem visto. Percebe-se que existem práticas abusivas por parte da empresa. Os resultados obtidos nos lotes não são esclarecedores, segundo declararam alguns produtores integrados. Em algumas situações, a empresa deixa de entregar no prazo certo algum insumo, ou mesmo, atrasa o recolhimento das aves, e isso certamente se transforma em prejuízo ao produtor.

Apesar da criação de frangos ser a mais segura, segundo a fala de todos os entrevistados, a maioria mantém outras atividades que complementam a renda e asseguram a sobrevivência dos produtores integrados caso ocorra, por exemplo, esta tal suspensão dos lotes por alguma irregularidade ou meta não alcançada na granja. Este fato, como já foi citado anteriormente, é considerado extremamente vergonhoso. Os avicultores que nunca passaram por esta situação, ao serem questionados sobre tal situação, fazem comentários dotados de certa repulsa em relação aos demais que foram surpreendidos com a suspensão dos lotes. A fala tem um tom de algo infame, indigno ou mesmo de falta de submissão e responsabilidade. Como se tivessem incorrido em alguma imoralidade por falta de prudência ou de obediência às ordens da integradora.

Em relação a esta mesma questão, a declaração da direção da Pif Paf é que os produtores integrados que deixam de fazer parte do contrato são justamente aqueles que vão aos poucos “fazendo corpo mole e não atendem às expectativas da empresa”. Estes se tornam produtores com perfil um tanto hostil (de acordo com a empresa). Também são excluídos aqueles que cometem “roubo”, ou seja, matam os frangos para consumo próprio sem a devida autorização da empresa integradora, ou então vendem os animais vivos ou abatidos. (Direção Pif Paf, 2012).

Segundo a direção da Pif Paf ainda, estes casos são raríssimos, mas quando ocorrem não há justificativa e o produtor integrado é automaticamente desligado, tendo ambos que cumprir apenas o que está no contrato. Os demais casos, como os que foram citados anteriormente, precisam mesmo ter uma atitude punitiva a fim de preservar a obediência às orientações técnicas, porque dessa forma, o lote sempre dará um resultado satisfatório, sendo assim “integrado e empresa sempre saem ganhando”. (Direção Pif Paf, 2012). Para a Pif Paf este é também um compromisso social. A empresa acredita que dessa forma está garantindo a boa qualidade da matéria prima, e também está contribuindo para que o “integrado mantenha sua renda e sua subsistência”. (Direção Pif Paf, 2012)⁶⁸. Os produtores integrados entrevistados têm pleno conhecimento das citadas medidas punitivas, como pode ser observado na abaixo.

Tabela 7 - Exigências e punições da integradora

Proprietários (Nomes fictícios)	Qual exigência da Pif Paf é a mais difícil de ser cumprida?	E se não cumprir?
01. João/Débora	Higiene e manejo.	Corte dos lotes, tira ponto e cai o preço dos frangos.
02. Pedro/Marta	Cuidado, responsabilidade e a dificuldade de sair de casa.	Suspensão dos lotes
03. Lucas/Joana	A prisão que a gente tem.	Corte dos lotes ou desliga da integração
04. Manoel/Maria	Ter muito cuidado e responsabilidade. Dificuldade de sair da propriedade	Não tem o lucro da integração
05. Antônio/Arminda	Não poder usar a cama de frango para o gado	Não envia mais lotes
06 José/Selma	As metas e os resultados	60 dias sem lote
07. Jorge/Leci	Manutenção das estradas	Suspensão dos lotes
08. Augusto/Nice	Manter o ambiente adequado para os frangos, porque é uma região de clima quente	Suspensão dos lotes
09. Luiz/Antonina	Evolução muito rápida da tecnologia ⁶⁹ (menos de um ano para automatizar)	Suspensão dos lotes
10. Joaquim/Marli	A dedicação e a responsabilidade	Suspensão dos lotes

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

⁶⁸ Entrevista concedida pela direção da Pif Paf em 28/08/2012.

⁶⁹ Segundo este produtor integrado, a empresa havia estabelecido à época da pesquisa, um ano para que os proprietários dos galpões convencionais se automatizassem.

Apesar de algumas vantagens da integração, é fato que as exigências da empresa são intensas e as medidas punitivas certamente ocasionam sérios problemas econômicos aos produtores integrados.

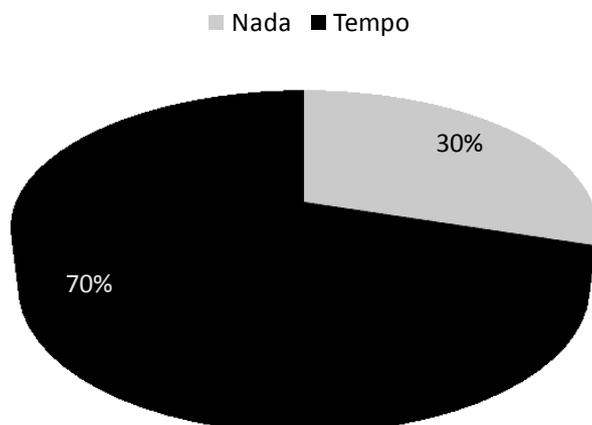
As reflexões suscitadas por esta pesquisa em relação a um grupo bastante pequeno, mas que aparentemente aponta características comuns a outros produtores integrados na região sugerem pensar também a respeito do que Navarro e Pedroso (2011) consideraram acerca do termo agricultor familiar. Para estes autores, é consideravelmente necessário estimular o exercício do estudo das nuances de agricultores que existem nas sociedades rurais brasileiras porque uma série de documentos acadêmicos, em certa medida, tem legitimado a existência de um presumido modelo familiar.

5.6. O tempo destinado à integração e as implicações nas sociabilidades presentes nos espaços informais

Diante das diversas informações obtidas nesta pesquisa, nota-se que a questão do tempo é uma das maiores queixas dos produtores integrados. O cuidado com as aves exige muita dedicação e o resultado do lote, a princípio, irá depender desse cuidado. A falta de tempo para se dedicarem às atividades fora da granja compromete evidentemente as interações sociais dos produtores integrados limitando a frequência aos espaços de sociabilidade, neste caso, os informais. Mesmo no âmbito do espaço doméstico pôde-se visualizar o dispêndio de enorme quantidade de tempo destinado à criação. Nota-se nos gráficos e nas tabelas a seguir que os produtores sentem, de fato, os efeitos da expressiva carga horária atribuída aos cuidados com as aves.

Gráfico 4 - Perdas com a integração

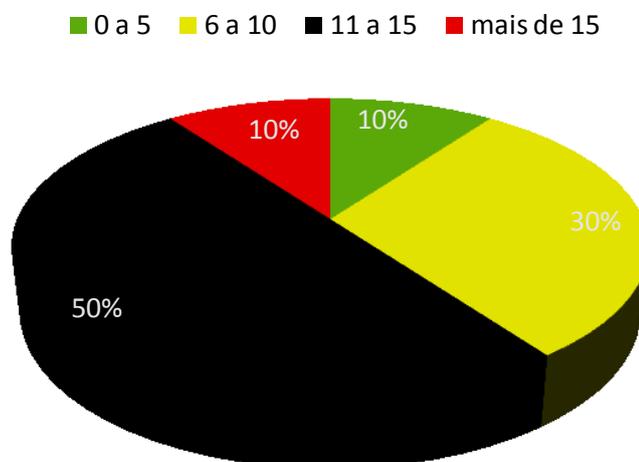
O que perdeu ao optar pela produção integrada?



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 5 - Tempo destinado à integração

Horas de trabalho dedicadas à integração por dia



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

As horas mencionadas referem-se ao trabalho daqueles que, no grupo familiar, se dedicam mais à integração. Portanto, os produtores optaram pela média de horas trabalhadas dentro do período que compreende todo o processo de produção. Alguns momentos demandam

uma maior intensidade de trabalho (quando as aves ainda são jovens) e, em outros, menor intensidade. A divisão dos tempos apresentados no gráfico foi feita de acordo com as horas de trabalho que cada entrevistado foi declarando no decorrer das entrevistas.

Contraditoriamente, apesar da queixa em relação ao enorme tempo dedicado ao trabalho na integração, 80% dos produtores concordam com as exigências da empresa e ainda reforçam que são estas exigências que garantem o bom resultado dos lotes. Apenas 20% dos entrevistados disseram que não concordam com tais exigências e enfatizaram esse discurso dizendo que “é preciso ter uma contrapartida da empresa”.

De acordo com os entrevistados, em alguns momentos a carga horária de trabalho é mesmo desafiadora, como, por exemplo, no momento da chegada dos pintinhos ou no dia da “apanha”. Os entrevistados declararam que “ficam por conta o dia, à noite e até a madrugada”. O excesso de tempo de trabalho contínuo dedicado ao processo de criação das aves torna os envolvidos neste processo cativos à produção integrada.

Notadamente, a forma que os produtores descrevem o trabalho na integração é similar àquelas a que estão submetidos os operários da cidade, e também àqueles trabalhadores das usinas de açúcar da Zona da Mata de Pernambuco analisados por Lopes (1976). Neste trabalho, denominado *O vapor do diabo*, o autor chama a atenção para o *operário do açúcar* que, apesar de exercer atividades laborais no espaço rural, assemelha-se às condições de trabalho de uma planta fabril. (LOPES, 1976, p.10).

Realmente, o dia torna-se encurtado diante de tantas atividades como pôde ser observado nas seções anteriores. A modalidade de integração exige muita atenção aos cuidados com as aves, durante todo o dia e em todas as fases do desenvolvimento dos frangos. De filhote à fase adulta é um processo muito rápido requerendo cuidados específicos em cada fase do crescimento. Dessa forma, alguns compromissos familiares mínimos, como as festas familiares, atividades de lazer, a participação em

atividades religiosas e as confraternizações exercidas nos espaços informais de sociabilidade, tornam-se comprometidos. O tempo da vida torna-se estreito para o envolvimento com familiares, vizinhos, e festas diversas. As sociabilidades, portanto, são encolhidas. Segundo um dos produtores integrados, referindo-se às confraternizações mais íntimas, afirma:

Quando vamos, é só para levar um presentinho, dar os parabéns e comer um pedacinho de bolo. É comida no papinho e pé no caminho! *(referindo-se ao jeito ligeiro de participar de alguma festa em família ou na casa de amigos)*. (PEDRO, 48, 20/01/2012, grifo nosso).

Outros exemplos a respeito da pouca frequência dos produtores integrados nos espaços informais de sociabilidade podem ser verificados na tabela a seguir.

Tabela 8- Atividades desenvolvidas nos espaços informais de sociabilidade

Proprietários (Nomes fictícios)	Sociabilidades nos espaços informais	Frequência nestas atividades	Motivos
01. João/Débora	Churrasco em família, festas religiosas, missas	Raramente	Falta de tempo devido à integração
02. Pedro/Marta	Igreja, festas familiares e praia (uma vez por ano)	Frequentemente	Falta de tempo devido à integração
03. Lucas/Joana	Missas	Frequentemente	Falta de tempo devido à integração
04. Manoel/Maria	Missa, aniversários, casamentos, barzinhos na zona rural, forró, baile	Raramente	Falta de tempo devido à integração
05. Antônio/Arminda	Missa, piscina, churrasco em família	Frequentemente	Falta de tempo devido à integração
06 José/Selma	Festas familiares e missas	2 vezes por mês	Falta de tempo devido à integração
07. Jorge/Leci	Missas	2 vezes por mês	Falta de tempo devido à integração
08. Augusto/Nice	Missas	2 vezes por mês	Falta de tempo devido à integração
09. Luiz/Antonina	Restaurantes, viagens a outros estados (visita à familiares, raramente)	1 vez por semana	Falta de tempo devido à integração
10. Joaquim/Marli	Churrasco em família, festas religiosas, missas e praia (quando dá)	Raramente	Falta de tempo devido à integração

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Diante da reduzida frequência destes integrados às atividades elencadas, nota-se que a falta de tempo é o motivo que todos alegaram para estarem ausentes destes eventos acima citados. Certamente que o trabalho dedicado à criação de frangos exige um olhar muito atento e muito próximo aos animais, o que compromete o desenvolvimento das sociabilidades fora ou até mesmo dentro da propriedade, principalmente para aqueles que se responsabilizam diretamente com as atividades de criação, essencialmente as mulheres. A carga horária elevada requer desses produtores maior agilidade em quase tudo, caracterizando assim uma vida cotidiana marcada pela falta de tempo e pela presteza nas atividades diárias.

Apenas um dos entrevistados, que ainda tinha pouco tempo de integração (menos de um ano na data da entrevista), chegou a elogiá-la em relação ao tempo, dizendo que,

quando exercia as outras atividades, aí sim não tinha tempo para quase nada (*referia-se à criação de porcos e gado de corte*). Na granja eu me sinto até mais descansado". (JOAQUIM, 46, 08/03/2012, grifo nosso).

Apesar dessa fala, a esposa, que também estava diretamente envolvida nos trabalhos da criação das aves, o lembrava das madrugadas que tanto ele quanto ela se levantavam para ir até a granja receando que algo de errado estivesse acontecendo. Este casal tinha contraído uma grande dívida para fazer os galpões e instalar os equipamentos dentro dos novos padrões exigidos pela empresa. Também sua esposa o lembrava de que eles estavam o tempo todo indo e voltando à granja e que isso são horas de trabalho. No caso desta produtora integrada, a tensão era nítida devido ao tal investimento que ainda teria que pagar a um parente próximo (o valor de um galpão climatizado, portanto, próximo a R\$350.000,00). Já haviam vendido uma casa na cidade e investido todo dinheiro na integração para construir o primeiro galpão climatizado e, naquela data, ainda deviam o segundo. Também abandonaram a última

atividade, que era a criação de suínos⁷⁰, por determinação da Pif Paf, e estavam contando, agora, apenas com a renda advinda da integração. No momento da pesquisa, em 120 dias receberam em torno de R\$26.000,00 de pagamento referente a 60.000 frangos, correspondendo a dois lotes consecutivos de 30.000, sendo o investimento feito próximo a R\$700.000,00 e a metade desse valor, como foi dito, ainda era dívida. Estavam realmente muito receosos porque no último lote de 30.000 frangos, a “apanha” atrasou por conta da integradora, e a mortalidade chegou a quase 10% das aves em poucos dias. Foi uma mortalidade elevada, fora dos índices aceitáveis pela empresa integradora (apesar do atraso ter ocorrido devido a falhas na logística da própria empresa). No entanto, esse prejuízo foi repassado aos produtores e eles estavam muito preocupados (e decepcionados). Eles sabiam que não tinham responsabilidade sobre a perda, pois tinham seguido todas as orientações do supervisor, mas ainda assim, a empresa não deixou de penalizar os integrados. Apesar de serem os únicos produtores integrados do grupo em análise que possuíam os galpões climatizados, os mesmos não estavam imunes aos prejuízos.

Pode-se dizer que há uma constante invasão na esfera doméstica do tempo livre. Utilizando a fala de um dos produtores integrados, “faça chuva ou faça sol, com saúde ou doente, com sono ou não, a gente tem que dar conta dos bichos”. (PEDRO, 48, 20/01/2012). A qualquer hora do dia ou da noite, os produtores integrados estão sujeitos ao trabalho mesmo que um representante da agroindústria não esteja por perto. E nem precisa estar, pois como recebem de acordo com os resultados dos lotes entregues à integradora, irão fazer todo o esforço possível para não serem prejudicados e atenderem às expectativas da empresa que controla os resultados do processo produtivo das aves a partir da “tabela de pontos”, já mencionada anteriormente. Pode-se dizer, então, que

⁷⁰ A empresa integradora não permite a criação de animais domésticos, galinhas caipiras, pássaros e nem algumas atividades pecuárias como suínos e carneiros, que possam comprometer a sanidade das aves. Esta medida é devido à determinação do Ministério da Saúde.

nessa modalidade de produção ocorre sempre uma intensificação e extensão da jornada de trabalho. O tempo destinado à criação de frangos altera sobremaneira o ritmo da vida destas pessoas, implicando, como já dito, na redução dos espaços de sociabilidades previamente existentes. Apesar de tudo isto, a integração, mesmo não correspondendo a todas às expectativas, garante certa segurança quanto à renda, possibilitando planejamentos. Como diziam os produtores de fumo no sul do país, a integradora busca na propriedade a matéria prima, e isso, de certa forma, traz conforto e certeza de que o produto não ficará estocado na propriedade, causando prejuízos ao produtor, como ocorre algumas vezes com os demais cultivos. (PAULILO, 1990). Assim, a integração é avaliada pelos produtores como algo positivo, como uma conquista, apesar da submissão, do monopólio, da autoridade e da hierarquia a qual são submetidos. Ao que parece, a estabilidade econômica supera em parte as demais condições indesejáveis.

5.7. Dissolução das sociabilidades tradicionais e a maior aproximação com as aves

As longas jornadas de trabalho ritmadas pelas exigências da criação das aves, as diferentes formas de convívio social, as distintas organizações do grupo familiar, a perda da autonomia produtiva dos agricultores, são alguns dos fatores que têm influenciado no perfil das sociabilidades dos produtores integrados. Os novos comportamentos, os novos valores, são decorrentes, principalmente, das relações estabelecidas com a empresa integradora. Esta dimensão econômica da vida destes agricultores implica em profundas mudanças sociais no âmbito de todo o grupo doméstico. Isto faz lembrar, novamente,

Cândido (1977) em sua análise sobre o caipira⁷¹ de São Paulo, em meados do século XX.

Querendo conhecer os aspectos básicos, necessários para compreendê-lo, cheguei aos problemas econômicos e tomei como ponto de apoio o problema elementar da subsistência. (CÂNDIDO, 1977, p. 9).

Como já dito, a proposta desta dissertação é analisar as novas relações com a indústria e seus aspectos e interferências nas antigas formas de sociabilidade, mas também buscar identificar as novas que foram criadas pelos integrados na tentativa de perceber os *habitus* que são construídos.

Observou-se nesta pesquisa que a produção integrada na região tem desenvolvido alguns padrões de sociabilidade, marcados pela sujeição à agroindústria. Desta forma, estes agricultores perdem significativamente sua autonomia produtiva e controle sobre o seu tempo. O produtor integrado e, inclusive sua associação, têm uma relação de sujeição à agroindústria. Muito próximo ao que prevalece nas relações sociais existentes dentro das empresas, como já foi dito anteriormente. Vota-se nesta questão por considerá-la algo atípico, uma vez que o sujeito explorado também é proprietário da terra, da força de trabalho e do capital necessário aos gastos com a modalidade de integração. É esta condição, entretanto, que o habilita a ser procurado pela empresa integradora a fim de estabelecer o *Contrato de Integração* e de realização da sujeição. E, neste contexto, constrói e redefine suas sociabilidades.

Para Simmel (2006), a sociabilidade é algo inerente e originada através das formas sociais que surgem dos muitos arranjos entre os atores sociais acionados pelos propósitos, impulsos e vontades que permeiam uma determinada sociedade.

⁷¹ Este termo foi utilizado por Cândido (1977) correspondendo à cultura camponesa. Termo empregado por alguns arqueólogos, etnógrafos e historiadores europeus. No caso brasileiro, caipira exprime um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial. (CÂNDIDO, 1977, p. 22).

A partir das reflexões de sociabilidade (SIMMEL, 2006), pôde-se entender as relações dos integrados com a agroindústria e com outras instâncias da vida social. Ao se ajustarem à mudança extrema em seus processos produtivos, estes agricultores podem se inserir em novos conflitos tanto materiais quanto simbólicos. (BOURDIEU, 2004).

Para entender as formas de sociabilidade, Bourdieu (2004) corrobora com a ideia de práticas sociais. Estas práticas não derivam das forças das estruturas nem da intenção natural dos indivíduos. A prática social é

[...] um produto de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transmissíveis, integrando todas as experiências passadas, e funciona em dado momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível materializar infinitas tarefas diferenciadas, graças à transferência analógica de um esquema adquirido em práticas anteriores. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Como já foi citado anteriormente, a utilização do conceito de *habitus* de Bourdieu abriu caminho para compreender as permanências e rupturas de sociabilidades que ocorreram a partir das antigas e novas formas de interações sociais as quais constituíram a vida e os espaços sociais dos produtores integrados da Zona da Mata Mineira.

Desta forma, foi possível reconhecer o que simbolicamente fora construído na dinâmica das relações entre os indivíduos e também entre estes e as aves destinadas à integração. Portanto, verificou-se como foram diminuindo as relações de sociabilidade entre homens e homens e como os produtores integrados foram paulatinamente aproximando-se cada vez mais dos animais, visto que a integração exige este estar junto por mais tempo.

Sendo assim, as aves acabaram, de certa forma, ocupando o lugar de um animal de estimação (proibido nas imediações da granja, ou seja, nas casas, assim como galinhas caipiras), ou até de uma pessoa mais próxima, uma vez que não há tempo suficientemente disponível para o

lazer (ou para o não trabalho) e mesmo para a convivência fora da propriedade. Nota-se que a preocupação com as aves, o receio de machucá-las no momento da “apanha”, o cuidado para que não sintam frio e os demais manejos, caracterizam uma relação muito mais íntima do que se espera, a princípio, com animais que são destinados ao abate e criados em enorme quantidade.

Ressalta-se que é vedada a visita de estranhos à propriedade. Inclusive ao entrar em contato com a empresa em um dado momento da pesquisa de campo o coordenador dos supervisores questionou o pesquisador quanto à autorização por terem sido visitadas às residências dos produtores integrados. Dizendo que este era um procedimento indesejável pela empresa. A resposta foi que estavam sendo visitadas as pessoas e não as aves, portanto não era um trabalho cujo objetivo era reconhecer características da criação em si, mas dos envolvidos nela. Mesmo assim, a conversa com este profissional da Pif Paf não foi muito amigável. Este aspecto relacionado ao controle de visitas às famílias e, evidentemente, às granjas pode ser notado mais especificamente na ilustração abaixo, retirada em uma das propriedades à época da pesquisa de campo.



Ilustração 15 - Placa restritiva às pessoas estranhas à criação.
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O que se pretende sugerir com esta análise é que ao diminuir os vínculos de sociabilidade com os homens, haja vista que a integração exige maior tempo disponível aos frangos e menos tempo ao desenvolvimento das sociabilidades com os seres humanos, os produtores integrados acabam desenvolvendo mais proximidades com as aves. Ademais, os espaços formais de sociabilidade constituídos principalmente após a vinculação à agroindústria, como a AVIZOM, é um espaço potencial, mas, de fato, pouco utilizado pelos integrados. Ao mesmo tempo, reduzem-se significativamente as sociabilidades decorrentes dos vínculos informais tais como relação de vizinhança, participação em festas religiosas, de parentes, entre outros. O frango, por sua vez, demanda todo tempo disponível.

5.8. Produção e hábitos de consumo dos integrados

Procurou-se, nesta seção, evidenciar quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores integrados em análise além da criação de frangos, tendo em vista que tal atividade demanda muito tempo de trabalho e, a princípio, acreditava-se que as demais tarefas destinadas aos cultivos e à pecuária ficariam comprometidas ou até mesmo não seriam realizadas. A partir dessa hipótese acreditava-se também que os hábitos de consumo das famílias seriam modificados aumentando, assim, a dependência de produtos externos à propriedade.

No entanto, constatou-se que os produtores integrados realizam frequentemente outras atividades agropecuárias que não estão diretamente relacionadas com a criação de frangos. Entretanto, apesar disso, grande parte do que é necessário ao consumo da família não é produzido na propriedade. Isto ocorre pela falta de tempo, pela indisponibilidade de força de trabalho no grupo familiar, ou porque acreditam que não vale à pena cultivar diante do que o mercado urbano oferece. Ou seja, não produzir parte do que se consome não está ligado

somente ao excesso de trabalho dedicado à integração. Verificou-se que mesmo sendo submetidos ao excesso de atividades relativas à avicultura é possível dedicar-se às atividades agropecuárias tendo em vista que muitos produtores integrados homens deixam toda ou parte das responsabilidades da criação das aves com suas mulheres, ou têm ajuda dos contratados.

Evidenciou-se também que existe forte vínculo comercial com os mercados de produtos agropecuários das cidades vizinhas ou até mesmo de cidades mais distantes, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 9 - Produção comercializada além dos frangos

Proprietários (Nomes fictícios)	Da produção, o que é vendido além dos frangos?	Onde se vende?
01. João/Débora	Leite Gado de corte Cama de frango	Ubá
02. Pedro/Marta	Cama de frango	Ubá e adjacências
03. Lucas/Joana	Leite Gado de corte Legumes Hortaliças Cama de frango	Ceasa/Belo Horizonte Ceasa/Juiz de Fora Divinésia
04. Manoel/Maria	Cama de frango	Ubá
05. Antônio/Arminda	Legumes Cama de frango	Ceasa/Belo Horizonte
06 José/Selma	Leite Legumes Cama de frango	Ceasa/Belo Horizonte Divinésia
07. Jorge/Leci	Leite Feijão Cama de frango	Ubá Divinésia
08. Augusto/Nice	Gado de corte Cama de frango	Ubá Visconde do Rio Branco
09. Luiz/Antonina	Gado de corte Cama de frango	Ubá Visconde do Rio Branco
10. Joaquim/Marli	Cama de frango	Ubá Visconde do Rio Branco

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Apesar da variedade produtiva desenvolvida na maioria das propriedades, o principal rendimento das famílias, com já foi visto, advém da avicultura e as demais atividades que também geram renda, de acordo com os entrevistados, servem apenas para complementar o orçamento familiar (90% dos casos).

Observou-se também que é dada significativa importância à venda da cama de frango como um subproduto da criação das aves o que proporciona uma renda extra a fim de diminuir, inclusive, os gastos provenientes com energia elétrica e lenha para as campânulas. De acordo com os entrevistados, após vender toda cama de frango, é possível repor cerca de 80% desses gastos. O gasto com a lenha corresponde em média a 5% da renda obtida com os lotes e a energia elétrica, cerca de 15%. Segundo um dos produtores, “quando o gado podia se alimentar da cama de frango dava até para contar com o lucro dessa venda e valia muito à pena. Hoje em dia, dá apenas para cobrir parte dos gastos”. (LUIZ, 61, 07/03/2012).

Constatou-se, ainda, que os produtos consumidos pela família são os mais diversos e o que se produz também depende de quem cuida da integração, se o homem ou a mulher, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 10 – Identificação do que é ou não consumido pelos produtores integrados

Proprietários (Nomes fictícios)	O que da produção é consumido?	O que da produção não é consumido?	O que é comprado para consumo da família?
01. João/Débora	Frango, leite, carne (boi), hortaliça, legumes	Tudo é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos e animais.
02. Pedro/Marta	Frango, fruta, leite, feijão	Tudo é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos e animais.
03. Lucas/Joana	Leite, carne (boi), legumes, hortaliças	O frango, porque a Pif Paf não deixa	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos e animais.
4. Manoel/Maria	Nada	Nada é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os animais.
05. Antônio/Arminda	Nada	Nada é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos.
06 José/Selma	Frango, leite, hortaliças	Tudo é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos e animais.
07. Jorge/Leci	Leite, feijão, hortaliças	O frango, porque a Pif Paf não deixa	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os cultivos e animais.
08. Augusto/Nice	Nada	Nada é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os animais.
09. Luiz/Antonina	Nada	Nada é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos, limpeza e itens para os animais.
10. Joaquim/Marli	Nada	Nada é consumido	Produtos de mercearia, feira, padaria, farmácia, cosméticos e limpeza.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em relação ao consumo, o cotidiano dos produtores integrados é marcado pelo constante ir e vir à cidade a fim de obterem os itens destinados tanto à alimentação e cuidados da família quanto aos cultivos e à criação dos animais. Todos afirmaram que utilizam carro ou moto diariamente para efetuar compras na cidade. E como pôde ser visto na Tabela 9, quase tudo que a família, de fato, consome é adquirido fora da

propriedade. Entende-se então o porquê da utilização constante dos tais meios de transporte.

Aquilo que não se produz mais em algumas propriedades como legumes, hortaliças, milho, entre outros cultivos, é devido à falta de tempo, falta de força de trabalho ou mesmo, por não compensar financeiramente, segundo os relatos. Já algumas atividades pecuárias de outrora, como porco, galinha caipira e carneiros, não se fazem em função das restrições impostas pela integradora.

Em relação ao consumo do frango, a direção da Pif Paf afirma que não é autorizado. No entanto, os produtores disseram que quando consomem é porque as aves morreram de causa conhecida (como colapso, por exemplo) e eles acreditam que não há problema à própria saúde em consumi-las. Quanto às aves saudáveis, entendem que o consumo não deve se estender a elas porque isto incidirá em prejuízos aos próprios produtores integrados, tendo em vista que o aumento da mortalidade significa perda no pagamento dos lotes.

Nas próximas falas, fica evidenciada outra dificuldade em relação aos cultivos que foi a queda nas vendas de vários produtos frente à mecanização agrícola dos anos 1970 a 1990, como pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 11 - Produtos consumidos que não são produzidos na propriedade

Proprietários (Nomes fictícios)	Alguns desses produtos que atualmente são comprados, já foram produzidos na propriedade?
01. João	Sim. Até 5 anos atrás. Mas foi mais vantajoso arrendar (JOÃO, 48, 16/01/2012).
02. Pedro	Sim. Arroz há uns 30 anos, milho uns 20. Parei com o arroz porque com o do mercado não dava para competir. A mecanização acabou com a gente. Com o milho eu parei quando comecei com a granja (PEDRO, 48, 20/01/2012).
03. Lucas	Sim. Já mexi com feijão há uns 18 anos, verdura e ovos caipiras há uns 25. Parei com tudo por causa da integração. Se conseguir mais espaço volto a plantar (LUCAS, 53, 23/01/2012).
04. Manoel	Sim. Já mexi com arroz. Parei por causa da mecanização. Há uns 11 anos, por causa dos frangos, parei de mexer com outras coisas (MANOEL, 54, 26/01/2012).
05. Antônio	Sim. Já plantei arroz e milho. Parei porque o arroz do mercado ficou muito mais barato. Já tem uns 20 anos que eu parei. Não compensava. Eu colhia, mas não tinha preço. Tinha muita máquina de limpar arroz em Ubá. Hoje não tem, mas também já não compensa (ANTÔNIO, 77, 27/01/2012).
06 José	Sim. Plantava arroz e milho, há uns 20 anos atrás. Não dá para mexer com isso sem mecanização (JOSÉ, 43, 27/01/2012).
07. Jorge	Sim. Plantava arroz e fazia rapadura a mais ou menos 20 anos atrás. Foi faltando gente para trabalhar e essas culturas precisa de muita gente. Capina, por exemplo, ninguém usa mais não. Hoje é só veneno mesmo. A rapadura o povo parou de comprar e não tinha mais preço. Antes vendia pra todo lado. Nem a gente usa mais (JORGE, 51, 07/02/2012).
08. Augusto	Sim. Já mexi com cana. Na época do meu pai a gente vendia muita cana para a Usina em Visconde do Rio Branco. Já plantei quiabo e vendia pra toda região. Hoje é só os frangos mesmo que me toma o tempo todo (AUGUSTO, 56, 06/03/2012).
09. Luiz	Sim. Meu pai já mexeu com cana também. Parou depois que a usina de Visconde de Rio Branco quebrou. Também já plantei fumo e milho. Parei tem uns três anos, a integração me toma o tempo todo (LUIZ, 61, 07/03/2012).
10. Joaquim	Sim. Porco, gado de leite e corte, também carneiro em menor quantidade. Já mexi com cana também há muito tempo, na época do meu pai a gente vendia para Visconde do Rio Branco. Não tava valendo à pena mexer com porco, o preço da arroba na Bolsa de BH (<i>referindo-se à Bolsa de Valores</i>) tava a R\$2,80. Não valia à pena vender por tão pouco. O leite também tava valendo muito pouco, uns R\$0,70 o litro. É o que se paga por aqui. Não vale nada (JOAQUIM, 46, 08/03/2012, grifo nosso).

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota-se que, estes produtores integrados encontraram na avicultura a oportunidade de permanecerem no espaço rural onde viviam no momento em que suas atividades agrícolas estavam em decadência. De modo geral, o que se pôde notar com as narrativas é que os entrevistados demonstravam certo descontentamento com o passado por causa das inúmeras crises, e alegavam que apesar das desvantagens da integração, financeiramente hoje estão mais equilibrados devido à garantia do recebimento dos lotes vendidos à Pif Paf. Como disse um dos produtores integrados, a produção integrada trouxe adequada

estabilidade financeira possibilitando “um dinheiro certo, num momento difícil”, ao ponto de influenciar outros produtores da região. (PEDRO, 48, 20/01/2012).

Tais momentos de dificuldades foram apresentados, por exemplo, quando a Companhia Açucareira de Visconde do Rio Branco deixou de comprar as toneladas de cana de açúcar dos agricultores da região em estudo, onde muitos desses agricultores tiveram sua condição financeira completamente desmantelada. Em outra situação apresentada, não compensava mais cultivar o arroz devido à mecanização agrícola introduzida em outras regiões do país e, naquele momento, inviabilizava o modelo produtivo utilizado na Zona da Mata. O arroz que já chegava processado industrialmente nos supermercados comprometia o mercado local, porque tinha preço muito mais competitivo. Outra queixa apresentada referia-se à dificuldade de vender as rapaduras que um determinado agricultor produzia. Esta dificuldade era decorrente da mudança na dieta da população que em momentos anteriores consumia este produto. Paulatinamente esta dieta foi sendo alterada, optando pelo açúcar branco, industrializado. Um dos entrevistados, o Sr. Luiz (61), declarou que a integração foi uma alternativa nos anos 1990 porque era ele quem utilizava o trator nas terras da *localidade tal*⁷², mas devido à queda nas vendas da cana e do arroz, ele teve que mudar de atividade. Assim ele descreve:

Já trabalhei com trator na *região tal*. Ganhei muito dinheiro. Com a queda da produção agrícola do pessoal *desta região*, eu que trabalhava 1500h de trator, a partir de 1985, comecei a ter perda de serviço e ao observar os integrados dali, iniciei também. Parei de trabalhar com o trator quando percebi que os agricultores foram diminuindo a produção agrícola de arroz, milho e hortaliças e passaram a trabalhar com integração de frangos. Sempre achei interessante essa modalidade de produção. Devido à queda dos serviços na região, não tendo como trabalhar e ganhar dinheiro com o trator, iniciei com a produção integrada junto à Pif Paf também. (LUIZ, 61, 07/03/2012, grifos nossos).

⁷² Evitou-se aqui nominar a localidade a fim de evitar a identificação dos produtores integrados entrevistados.

Esta e as demais declarações, citadas anteriormente, evidenciam as dificuldades encontradas pelos agricultores da região. Foram queixas recorrentes. A necessidade de continuarem produzindo e vivendo no e do espaço rural dependia da renda agrícola.

Percebe-se, então, nesta seção que a maior parte dos produtores integrados envolve-se em outras atividades agropecuárias (90% do grupo em análise), e o faz muitas vezes devido a ajuda das esposas ou porque possuem trabalhadores contratados. No entanto, prevalece forte dependência de produtos externos à propriedade a fim de suprir as necessidades da família, dos cultivos, dos animais e da propriedade.

5.9. O nome da propriedade e a questão moral da terra

Acredita-se que existam formas tácitas de resistência empreendidas pelo produtor integrado e sua família. Para tal verificação, realizou-se, nesta pesquisa, alguns levantamentos a respeito do modo de viver dessas populações rurais a fim de perceber se, mesmo diante do forte vínculo com as exigências da agroindústria e do mercado, estas são capazes de manter *habitus* considerados específicos de uma população mais tradicional.

Aos entrevistados foi perguntado sobre o nome da propriedade. A maioria dos entrevistados (80%) não dizia o nome atual, o que normalmente correspondia a um sítio. Este era resultante de uma divisão de terras por herança. Todavia, diziam o nome da antiga fazenda, como se esta não tivesse deixado de existir. Como se a divisão da propriedade não houvesse ocorrido. Esta constatação também foi enfatizada por Woortmann e Wootmann (1995) em seus estudos sobre o campesinato de origem europeia no sul do Brasil. A esse respeito, os autores dizem que “terra e nome são patrimônios, simbólico e material, que expressam a descendência e, ao mesmo tempo, o sentido moral da terra. Não se herda

um objeto: herda-se uma obrigação”. (WOORTMANN; WOORTMANN,1995, p. 313).

Segundo a autora, a terra como um patrimônio não se refere apenas a uma propriedade mercantil, um bem de mercado. Aqueles que trabalham e vivem desta terra, a percebem dentro de uma ordem moral, mais do que uma propriedade para o trabalho, a terra é um patrimônio de uma família, e assim expressa um valor que foi passado de geração a geração, dentro de uma ordem hierárquica onde estas gerações foram se reproduzindo cultural e socialmente vinculadas ao grau de parentesco.

Para Woortmann e Woortmann (1995, pp. 311-320), o matrimônio entre familiares é dotado de uma razão cultural porque através dele pode-se reproduzir e fundamentar uma identidade através da memória. A terra não é um patrimônio que pode ser vendido, mas é um bem divino, uma dádiva, um dom e que permanece na família por meio da herança. Diferentemente, as informações obtidas com os produtores integrados da região em estudo sugerem que não há essa dimensão de fazer do casamento uma alternativa à reprodução de uma descendência como pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12 - Características conjugais

Proprietários (Nomes fictícios)	O cônjuge morava na região?	Possui grau de parentesco?	Estado civil	Anos de casamento
01. João/Débora	Sim	Não	Casado	24
02. Pedro/Marta	Sim	Não	Casado	25
03. Lucas/Joana	Sim	Não	Casado	26
04. Manoel/Maria	Sim	Não	Casado	30
05. Antônio/Arminda	Sim	Não	Casado	56
06 José/Selma	Sim	Não	Casado	23
07. Jorge/Leci	Sim	Sim	Casado	26
08. Augusto/Nice	Não	Não	Divorciado	Foi casado por 20 anos
09. Luiz/Antonina	Não	Não	Divorciado/ Casado pela 2 ^a vez	Não declarado
10. Joaquim/Marli	Sim	Não	Casado	26

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observa-se, portanto, que os casamentos são, em geral, entre famílias sem grau de parentesco (90%). No entanto, verificou-se que boa parte dos cônjuges residia na mesma região antes do matrimônio (80%). Apesar desta constatação, verificou-se, ainda, que os casamentos são duradouros e as famílias são constituídas de poucos filhos (média de 3 por casal).

Tabela 13 - Número de filhos

Proprietários (Nomes fictícios)	Nº Filhos	Homens	Mulheres
01. João/Débora	3	-	3
02. Pedro/Marta	2	1	1
03. Lucas/Joana	2	2	-
04. Manoel/Maria	4	4	-
05. Antônio/Arminda	2	2	-
06. José/Selma	3	1	2
07. Jorge/Leci	3	1	2
08. Augusto/Nice	2	-	2
09. Luiz/Antonina	1	-	1
10. Joaquim/Marli	2	2	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A diferença entre número de filhos e filhas não é expressiva e o que se verificou é que nas famílias entrevistadas, os filhos permanecem por mais tempo na propriedade e as filhas se ausentam mais cedo para estudar, trabalhar ou casar-se e, por isso, não voltam para casa dos pais.

5.10. As sociabilidades constituídas a partir da integração

A questão principal que orienta esta seção diz respeito à identificação das sociabilidades dos agricultores integrados diante da intensificação das relações mais estreitas com a empresa capitalista quando passam a participar da cadeia produtiva.

Partiu-se do pressuposto de que os produtores integrados experimentam uma situação diferenciada que influencia suas práticas

sociais devido à forte relação com o mercado. Assim, esta relação implicaria em sociabilidades diferenciadas, o que foi possível constatar. Porém, muitos mantêm características do que é denominado por Woortmann (1990) de campesinidade⁷³, como a manutenção da propriedade como um bem, um patrimônio de família, a hierarquia familiar, o forte predomínio da posição paterna, os casamentos duradouros, a manutenção de alguns hábitos familiares como o uso de chás, as simpatias, as benzeções, a consideração às relações de compadrio, algumas práticas referentes à reciprocidade, dentre outros. Portanto, continuam a manifestar determinados *habitus* característicos do grupo doméstico ao qual estão vinculados, ou seja, das formas sociais com menores vínculos com os mercados capitalistas. Para alguns autores estas sociedades rurais e tradicionais seriam denominadas camponesas. Woortmann (1990) realiza um estudo a partir da utilização do termo camponês.

Este autor analisa o camponês não como “pequeno-produtor”⁷⁴, mas procura interpretar a subjetividade do camponês e então define como campesinidade a qualidade presente em diferentes gradações e em distintos grupos específicos, inclusive propondo que a campesinidade permanece em diferentes contextos sociais, mesmo nos espaços não rurais.

A partir dessa perspectiva analítica, Woortmann (1990, p. 13) enfatiza a ideia de que os “pequenos produtores concretos” são sujeitos históricos que têm em si uma qualidade de ser, ou seja, a campesinidade

⁷³ Abordagem tratada por Woortmann (1990) onde o autor prefere falar não de camponês associado ao valor-trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético, afastando, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como modo de produção ou como resultado de determinações impostas pela lógica do capital. (WOORTMANN, 1990, p. 12).

⁷⁴ Uma análise mais detalhada a respeito da insuficiência de conhecimentos sobre as diferenças que coexistem na sociedade rural está no trabalho de Navarro e Pedroso (2011) em *Caminhos e descaminhos da agricultura familiar no Brasil*, disponível na bibliografia.

significa que o campesinato é representado por valores éticos. Como por exemplo, a terra não é percebida como um objeto de trabalho apenas, mas a expressão de sua própria moralidade enquanto sujeito. E ser campesino, então, passa pela dimensão da qualidade específica de uma sociedade que reconhece a terra como um patrimônio de família e não apenas um meio de produção sobre o qual se projeta o trabalho.

A contribuição analítica de Woortmann (1990) faz-se necessária na medida em que este autor se preocupa com os valores, portanto com a subjetividade que vai além das relações sociais objetivas. Neste caso, especificamente em relação ao patrimônio de família, o camponês empenha-se em valorizar menos a “ordem econômica” e procura enfatizar a “ordem moral”. Levando em consideração o produtor integrado, esta análise pode contribuir no sentido de perceber que, mesmo mantendo a estreita integração com o mercado, isto pode não representar uma baixa campesinidade como, por exemplo, a terra ser mantida como valor família e não como valor-trabalho. Reforçando também que “pequenos produtores concretos” não são tipos e que as situações que o pesquisador observa nestas experiências vividas pelos indivíduos e grupos não são rígidas, porque os modelos nunca são iguais à realidade uma vez que a história desses indivíduos é uma contínua produção e reprodução de ambiguidades, um constante movimento. No entanto, segundo Woortmann (1990), é possível imaginar um contínuo no tempo e no espaço ao longo do qual se movem os pequenos produtores com muito ou pouca campesinidade⁷⁵.

Favareto (2007, p.110), deixa claro a esse respeito que, notadamente existe uma nova ruralidade em que a “vitalidade do rural não se resume mais ao campo como realização de atividades primárias”. Contudo, esta nova ruralidade acontece dentro de uma “trama complexa”, referindo-se aos constantes contatos e experiências cotidianas

⁷⁵ “O contínuo imaginado por Velho, ao longo de um espaço/tempo que encontra na frente de expansão amazônica seu pólo máximo, e na *plantation* seu pólo mínimo, se funda na integração ao mercado, às tendências dominantes na sociedade global e à proletarianização.” (WOORTMANN, 1990, p. 13).

vivenciadas pelas populações urbanas e rurais, além da forte integração econômica existente entre estes espaços.

Conhecer os produtores integrados que constituem o grupo de análise certamente favoreceu a compreensão da diversidade constitutiva desses produtores a fim de que sejam também dirigidas políticas públicas mais eficientes, além de avaliar se está ou não havendo melhoria nas condições sociais e econômicas a partir do vínculo de integração com a PIF PAF.

Considerar os produtores integrados, assim como suas novas formas de sociabilidade, favorece também “buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação [...]” que ocorrem nos espaços rurais. (CARNEIRO, 1998, p. 59). Dessa forma, possibilita entender a melhoria das condições econômicas dos agricultores familiares sob o prisma da produção integrada. No entanto, observou-se nesta pesquisa o prejuízo das condições sociais.

Observou-se também que a partir da modernização da agricultura e, conseqüentemente, da maior intensificação das relações mais restritas com a agroindústria de alimentos, ocorre uma nova dinâmica familiar que caracteriza o novo modo de desenvolver as interações e os fazeres das populações rurais. A partir então desta nova dinâmica, observou-se na maioria dos casos o aumento da renda, além da organização econômica familiar promovida pela periodicidade dos recebimentos desse rendimento advindo da integração o que, certamente também contribui para a permanência das populações em estudo nos espaços rurais.

Este fato ocorre, especificamente com os pais, porque muitos filhos têm deixado os espaços rurais e se ocupado com as atividades urbanas (trabalho, escola, lazer, etc.). Não obstante à constatação dessas tendências empíricas, elas passam a se constituir como referências que possam ser utilizadas pelas instituições (especialmente de ensino e de pesquisa, assim como as instituições políticas) que intervêm nessa área, visando à reorganização de suas proposições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou identificar o perfil de algumas formas de sociabilidade dos produtores integrados da Zona da Mata Mineira a partir das entrevistas realizadas nos locais onde moram. Também foram recolhidos outros depoimentos que enriqueceram a análise favorecendo o entendimento de como os produtores integrados desenvolvem suas formas de sociabilidade em espaços formais e informais.

Utilizou-se de fontes da bibliografia histórica e geográfica que permitiu descrever brevemente como ocorreu a ocupação da Zona da Mata Mineira, além de apresentar características geográficas dessa mesorregião. Estas informações foram elencadas e analisadas com o intuito de favorecer o entendimento sobre a constituição da população rural que compõe a região em estudo, além de tentar esclarecer como alguns agricultores transformaram-se em produtores integrados.

A amostra em análise faz parte de um grupo específico de proprietários de pequenas parcelas de terras que possuem estreito contato com a tecnologia e a empresa integradora no que se refere à criação de frangos. Procurou-se analisar parte da bibliografia existente sobre a modernização da agricultura no Brasil a fim de entender os seus impactos que resultaram em expressivas mudanças nos espaços rurais de várias regiões do país bem como na Zona da Mata Mineira. Constatou-se que a Pif Paf, agroindústria de alimentos instalada na região é de importância econômica nacional, favoreceu-se nos anos 1970 da crise agrícola pela qual passavam os produtores rurais da Zona da Mata. Com esta crise, a integração tornou-se uma proposta viável e atrativa para alguns agricultores que se inserem na produção de frango de corte para a empresa integradora. O desenvolvimento desse processo de integração vertical na região em estudo resultou atualmente em uma população aproximada de 500 famílias de produtores integrados que têm suas vidas,

percepções, aspirações e projetos influenciados por este *Contrato de Integração*.

Para se adentrar nesta dimensão, alguns elementos foram elencados visando compreender as mudanças introduzidas na dinâmica das famílias decorrentes de uma maior inserção e vinculação à indústria e ao mercado capitalistas. Assim sendo, analisou-se as falas dos produtores integrados sobre o seu lugar no processo de trabalho e a visão que eles têm da relação estabelecida com a agroindústria.

A utilização de entrevistas semiestruturadas, relatos livres e observação não participante, ocorreram a fim de perceber como as sociabilidades dos produtores integrados em análise são diluídas, modificadas ou produzidas nos espaços de interação social. Para tanto, foram utilizados os conceitos de *habitus* de Bourdieu para entender os diferentes comportamentos que orientam as ações humanas e, portanto, as sociabilidades, conceito utilizado por Simmel, principalmente.

Pôde-se perceber que a produção integrada é estabelecida dentro de uma perspectiva de submissão irrestrita à empresa integradora que exige total empenho, dedicação e tempo dos produtores integrados. Assim, estes produtores possuem poucos momentos de tempo livre para que estes desenvolvam vínculos sociais em seus espaços formais ou informais de sociabilidade, visto que na maior parte do dia, e muitas vezes da noite, eles estão voltados às funções relativas à integração.

De forma unânime, os produtores integrados se queixam da falta de tempo decorrente do ritmo do trabalho imposto pela integração, considerando grande perda, apesar de acreditarem que a dedicação excessiva resulta em uma receita mais abundante.

Apesar de os produtores integrados demonstrarem insatisfação no que diz respeito à invasão do trabalho de integração na esfera doméstica que redefine, inclusive, as suas interações sociais, todos foram unânimes em afirmar os benefícios sobre as condições de vida material a partir da relação com a empresa integradora. Alguns produtores integrados

possuem mais autonomia do que outros, uma vez que não trabalham apenas com a integração, mas desenvolvem cultivos ou criam outros animais, sendo possível, dessa forma, distribuírem o seu tempo com outras atividades produtivas. No entanto, existindo ou não outras atividades produtivas dentro das propriedades, de forma geral, são as mulheres, esposas dos produtores integrados, que assumem o trabalho na integração. Apesar desta realidade, o discurso dos produtores integrados (maridos e esposas), é intensamente marcado pela falta de tempo e de autonomia. Notadamente, mesmo que alguns homens dediquem-se às outras atividades produtivas, percebe-se, no âmbito do convívio familiar, que aqueles que estão mais envolvidos com a integração não usufruem praticamente de tempo livre. As mulheres que estavam presentes no momento das entrevistas, e que posteriormente forneceram todas as informações sobre o cotidiano da criação das aves, assumem de forma intensa os trabalhos da integração relativos aos cuidados cotidianos. Isto foi, de fato, uma descoberta durante a pesquisa de campo.

Este achado da pesquisa confrontou-se com a ideia inicial de que os homens eram os responsáveis pela integração e, por isso, as entrevistas foram agendadas com eles. No decorrer do trabalho de campo evidenciou a participação ativa das mulheres no processo de integração, especialmente naquelas atividades que implicam em permanente e rotineira realização dentro das propriedades. Os homens estabelecem as relações com a empresa quando estas são exigidas. A inserção das mulheres, portanto, possibilitam aos homens dedicarem-se às demais atividades da propriedade, quando elas existem.

Possivelmente, manter a diversificação das atividades produtivas é uma forma dos homens resistirem às imposições da integradora, deixando, portanto, a atividade da criação das aves com as mulheres. Nas atividades de cultivos e pecuária, não existem supervisores vigiando e exigindo bons resultados, a não serem os próprios proprietários. As

tarefas para além da criação de frangos, as que são exclusivas aos homens, permitem ao produtor ter certo controle sobre suas atividades e sobre a organização do tempo, fato este que sobressai positivamente se comparado ao trabalho na integração. As demais atividades de pecuária e agrícola são mais flexíveis, podendo ser realizadas, muitas vezes, intercaladas umas com as outras permitindo maior autonomia sobre o tempo e organização do trabalho.

No caso das mulheres, esse tempo extra-criação é dedicado ao trabalho doméstico e, em alguns poucos momentos, às poucas atividades religiosas e aos compromissos na cidade a fim de realizarem suas compras no mercado, cuidados com a saúde, dentre outras atividades.

Devido a esta característica marcante do cotidiano do grupo em análise, ou seja, da falta de tempo, pôde-se perceber também, em poucos casos, a contratação de trabalhador externo ao grupo familiar para o trabalho da integração. Em decorrência do envelhecimento da população rural envolvida com a produção integrada, verificou-se que alguns produtores já encontram dificuldades para exercerem suas atividades devido ao trabalho intenso e desgastante dedicado à criação dos frangos. A contratação permanente de assalariados poderá ser uma alternativa para estas famílias, caso elas permaneçam na atividade. Já ocorre, temporariamente, a contratação de trabalhadores no período posterior à retirada dos lotes, quando é necessário fazer a higienização dos galpões em tempo rápido.

As entrevistas também forneceram informações a respeito do projeto familiar para os filhos que são incentivados, pelos pais, a buscarem na formação educacional a autonomia, melhores condições de trabalho que os pais, a princípio, por causa principalmente da integração, vêm perdendo.

Além dos fatores apresentados, pôde-se identificar o tamanho das propriedades que em média têm 24,6 ha. Como as famílias têm em média 3 filhos, poder-se-ia afirmar que os herdeiros teriam pequenas parcelas

de terra, o que talvez fosse um desincentivo para a permanência na zona rural, na condição de agricultores. Entretanto, para a continuidade na produção integrada, estas parcelas de terra seriam extremamente suficientes. Assim, parece estar em curso também novos projetos de vida e novas sociabilidades construídos a partir de uma maior interação social, para além do grupo doméstico, e desejo de permanência nos espaços urbanos.

Verificou-se ainda que as interações entre os produtores integrados são bastante restritas, diluindo, assim, as práticas sociais que envolvem a solidariedade, e mais frequente junto às populações rurais mais tradicionais. Apesar desta constatação, notou-se que, apesar das restrições da integradora, alguns produtores integrados realizam visitas assistemáticas nas granjas e nas residências de seus vizinhos (ou parentes) também produtores integrados. De forma ocasional, ocorrem ações de ajuda mútua entre alguns integrados. Na verdade, apenas em 30% dos entrevistados fizeram menção a esta prática. Quando isto ocorre, é na forma de orientação ou mesmo dividindo alguma experiência positiva ou negativa referente à integração. Parte dessa ajuda, entretanto, tende a ser realizada sem conhecimento da empresa já que pode ocorrer a contaminação entre uma granja e outra, conforme determinam os técnicos da empresa.

Observou-se, também, que os produtores integrados não se autodenominam como integrados e sim por produtor rural, granjeiro, produtor, e dentre outros, agricultor familiar. Este último termo, por sua vez, é associado quase sempre à possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Paradoxalmente, os produtores apesar de se reconhecerem como agricultores familiares, raramente acessam este programa.

Além do envelhecimento vivenciado pelos integrados que fizeram parte desta pesquisa, o que poderá futuramente interferir na continuidade na integração, e que tem sido inclusive ressaltado pela empresa, pôde-se também identificar o que parece ser uma tendência para o futuro sistema

de integração na região. Trata-se do integrado que não é necessariamente agricultor, mas que tem uma pequena parcela de terra, e que tem na integração uma forma de investimento financeiro. Este novo perfil de produtor integrado é aquele que pode aplicar maior volume de capital em galpões automatizados e climatizados e contrata assalariados para trabalhar em sua granja. Estes não dependem tanto da Pif Paf, como a maioria dos produtores integrados da Zona da Mata Mineira. Apesar de considerar esta escolha um risco, tratando-se de produtores integrados menos submissos e menos dependentes, a integradora tem optado por este novo perfil, o que foi ressaltado nas falas dos entrevistados representantes da empresa. Ademais, a empresa conjuga outros elementos para justificar o novo patamar de modernização que ele começa a exigir. Assim, enfatiza, todo o tempo, a falta de força de trabalho, o envelhecimento da população rural e o esvaziamento do espaço rural.

Quanto à participação nos espaços de sociabilidade, a justificativa dos integrados é de que o excesso de trabalho dedicado às atividades agropecuárias e, principalmente, à produção integrada, prejudica a participação desses produtores. A frequência aos espaços formais de sociabilidade (AVIZOM, STR, SPR) é ínfimo. Justificam também esta ausência porque não vêem muito sentido em estarem participando nestas instituições e mesmo nas reuniões que promovem, uma vez que não conseguem perceber mudanças significativas que lhes façam ficar motivados.

Percebe-se que a Associação dos Avicultores da Zona da Mata Mineira (AVIZOM), por sua vez, funciona como mediadora dos interesses da agroindústria. Notou-se que, de fato, esta associação realiza as suas atividades no intuito de auxiliar os produtores integrados, porém, não exerce a representatividade esperada. A forma de pensar com enfoque na técnica e nos resultados econômicos está bem amalgamada na fala e nas ações desta associação que acaba por favorecer aos interesses da

integradora e não do integrado. Da mesma forma, as ações do Sindicato dos Produtores Rurais, onde todos do grupo em análise estão inseridos, também não são efetivas no sentido de representar os associados junto à integradora, principalmente quando se constata alguma situação abusiva. Este sindicato se ocupa dos trabalhos burocráticos que envolvem os proprietários rurais e dos serviços voltados para saúde, características pertencentes a um típico sindicato patronal. Segundo as declarações dos entrevistados, estes espaços não atendem às expectativas e nem às demandas inerentes ao espaço rural. Observa-se, então, a precarização das manifestações coletivas junto a este sindicato. Os próprios produtores integrados analisam desta forma.

Em relação aos espaços informais de sociabilidade, como encontros para confraternizações, jogos de futebol, atividades religiosas ou familiares, pôde-se perceber que eles praticamente inexistem. Tudo a ser feito fora e mesmo dentro das propriedades depende da demanda de trabalho na integração. Se ausentar da propriedade no período em que a granja está com as aves é inviável e não recomendado pela empresa integradora. Os produtores integrados compreendem que o sucesso da integração depende de sua total dedicação de tempo e trabalho. Esses espaços de sociabilidade foram sendo contraídos e, por sua vez, os produtores integrados e seus familiares foram desenvolvendo novas formas de sociabilidade rurais e urbanas.

Verificou-se que outros espaços de sociabilidade são desenvolvidos de forma virtual, como a internet, apesar de pouco acessível. Observou-se apenas em 30% dos estabelecimentos por ser considerado ainda um investimento de ainda de custo elevado dentro das possibilidades dos produtores integrados. Alguns produtores não vêem ainda muita necessidade da internet, considerando-a então desnecessária. Já o telefone, a televisão e o rádio foram encontrados em todas as residências e, de forma unânime, foram considerados úteis.

Assistir a TV, ouvir o rádio ou utilizar a internet supre, em parte, o lazer que era exercido um pouco mais distante da propriedade: no campinho de futebol, na casa do compadre, na novena, no churrasco da casa do vizinho, etc. Estas práticas ocorriam quando era possível se ausentar por mais tempo, quando a integração não representava um empecilho. Segundo os produtores integrados, os seus filhos ainda frequentam sistematicamente os bailes e bares rurais. Assim como algumas “peladas” (jogos de futebol) que são organizadas com certa frequência nos “campinhos”, localizados nas imediações das locais onde vivem. Já os produtores rurais, aqueles que estão diariamente inseridos na produção, não participam em decorrência da falta de tempo, como eles mesmo dizem. Alguns produtores que conseguem se desvincular por mais tempo da propriedade o fazem por terem pessoas contratadas que cuidam da integração.

Boa parte do que a família consome e do que é gasto pelos animais e cultivos provém das cidades próximas. Como a maioria das propriedades dedica-se também a outras atividades além da criação dos frangos, mantém-se relação comercial com as cidades mais próximas ou mais distantes dentro do Estado de Minas Gerais, como Belo Horizonte e Juiz de Fora. Estas características justificam, em certa medida, a intensa frequência dos produtores integrados nos espaços urbanos. O que se verificou é que a escolha dos produtores integrados e de seus familiares por comprar “quase tudo” na cidade, é justificada pelo fato de que não vale mais a pena produzir em suas propriedades, ou seja, não é economicamente viável, ou porque não há força de trabalho suficiente, ou mesmo que não há tempo para tal. Esta última característica é observada, normalmente, em granjas onde o trabalho da integração é exercido apenas pelos homens, sem apoio de suas respectivas esposas.

Uma das intenções dos resultados desta pesquisa é de que a mesma possa contribuir para a análise da diversidade social presente no espaço rural que compõe a base da categoria denominada agricultura familiar, evitando, assim, a similaridade que acredita-se existir neste grupo

social. Ao mesmo tempo pretende-se que estas análises possam também contribuir para a elaboração de políticas governamentais de acesso aos fundos públicos que atendam às demandas dos pequenos estabelecimentos rurais.

Além desta intenção, os resultados ora delineados sugerem novos estudos e aprofundamentos dos achados desta pesquisa. Dentre eles, ressalta-se que produtores integrados, pelo excesso de trabalho com a integração, vão aos poucos minando suas sociabilidades, tendo em vista que não conseguem estar presentes nesses espaços. A partir desta ocorrência, muitas vezes vão se aproximando das aves como se estivessem cuidando de animais domésticos ou mesmo de estimação. Apesar de a literatura escolhida para a análise dos dados e o norteamo da pesquisa não reconhecer a sociabilidade entre indivíduos e coisas ou animais e sim entre indivíduos, notou-se que os produtores integrados foram tolhidos em suas sociabilidades com os seres humanos, devido ao tempo excessivo dedicado à integração.

A esse respeito, na declaração de um dos diretores da Pif Paf, o mesmo chegou a dizer que “os produtores integrados têm muita dó dos bichinhos (referindo-se aos frangos), tem medo deles sentirem frio, fome e sede. Cuidam deles igualzinho cuidam de gente”. Na mesma entrevista, o diretor comentou que ele cuidava de tudo que era vivo na Pif Paf, menos gente. Em certa medida isso nos faz concluir que “bicho” e “gente” não estão muito distantes em termos de reconhecimento pela empresa.

Em outra declaração, um dos produtores integrados reclamava que os apanhadores de frango não tinham nenhum cuidado com os frangos, pegavam de qualquer maneira e até machucavam os animais, afirmando que isso não era certo e que seria preferível que os próprios produtores integrados selecionassem a “turma” para fazer a “apanha do frango”, porque, assim, seria feita por “gente conhecida” e as aves não sofreriam com isso. Além disso, garantiriam a diminuição da mortalidade, uma vez que os animais mortos na apanha ou no traslado da granja até a agroindústria, são descontados do produtor integrado. O que este

produtor estava propondo era o maior cuidado com um animal que ele cuidou diariamente, visto que os demais animais de estimação não podem permanecer nas imediações da propriedade.

Necessário ressaltar que a dimensão do trabalho feminino no contexto da integração, descoberta ao longo da pesquisa de campo, poderá orientar novas pesquisas, embasadas por outras categorias teóricas.

Também é importante enfatizar que esta pesquisa possibilitou identificar a tendência de modernização proposta pela empresa integradora que aponta para uma expressiva exclusão social, principalmente daqueles produtores integrados, mais idosos, menos capitalizados que dificilmente poderão alterar o sistema de criação de frangos nos moldes atualmente demandados. Assim, se nos anos de 1970 ocorreu uma modernização produtiva que implicou na incorporação de agricultores em crise econômica, na primeira década do século XXI observa-se um fenômeno diverso. Os atuais produtores integrados já não preenchem mais as exigências e perfis de integrados ideais, pelos motivos já expostos, e um novo perfil de integrado começa a ser desejado e buscado pela empresa integradora. Estes novos integrados passarão a produzir utilizando prioritariamente assalariados em substituição ao trabalho dos membros da família, e especialmente das mulheres. Assim, se percebe um movimento de substituição e exclusão. Substituição de determinado tipo de trabalhador e exclusão de um determinado tipo de integrado.

É interessante observar também que a modernização, via sistema de integração, que anteriormente incorporou estes agricultores de base familiar, se apropriando de *habitus* e padrões societários com determinada manifestação de gênero presentes no bojo destas famílias, como por exemplo, as práticas costumeiras de criação animal de pequeno porte, como as galinhas, busca atualmente empresários que possam produzir a matéria prima necessária à indústria. É um novo momento da modernização.

Apresentar e analisar estes dados possibilitou compreender o universo em que vive o produtor integrado que, ao escolher realizar uma integração com a agroindústria, está de certa forma tentando garantir sua renda diante das possibilidades e dificuldades do mundo moderno. Considerando a análise de José de Souza Martins, em seu livro *A sociabilidade do homem simples*, a vida social é atravessada por mecanismos de dominação e alienação, no entanto é preciso “lutar para viver a vida de todo dia”.

Finalizando esta dissertação, foi possível compreender que as interações sociais entre os indivíduos ligados à produção integrada têm sido rompidas aos poucos e os espaços formais e informais de sociabilidade, desmantelados. Os novos espaços criados, como a AVIZOM, por exemplo, são apenas formais com ínfima participação dos associados. O frango tem imposto o ritmo dessas relações. Visualiza-se claramente o desvanecimento da habilidade de sociabilidade destes agricultores, algo muito próximo do que é refletido por Bauman (2004), em *Amor Líquido*, sobre o enfraquecimento das relações sociais nas sociedades modernas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (2002) “**O peso da intermediação bancária no PRONAF**” - Gazeta Mercantil -17/04/02 p. A3.

AGUIAR, José Otávio. **Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)**. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário francês no Brasil. Campina Grande: EDUEFG, 2008.

ALCÂNTARA JÚNIOR, José. **O conceito de sociabilidade em George Simmel**. In: Ciências Humanas em Revista, São Paulo, v. 3, n. 2, Dez., 2005.

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl. [online]. 2006, vol.10, n.1, pp. 75-89. ISSN 1413-8050. XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP.

BALSAN, Rosane. Impactos da modernização da agricultura brasileira. In: **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, UFRGS, v. 1, n. 2, Ago., p. 123-151, 2006.

BASTOS, Elide Rugai. **Expansão Nacional do Movimento (1961-1963)**. In: **CHAVITARESE, André Leonardo. (Org.)**. O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPEERJ, 2002, p. 77-97.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELIK, Walter. **Avaliação de Operacionalização do programa Pronaf**, UNICAMP, 2011. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>. Acesso em 20 set. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. Cidade: Ed. Celta, 2006.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar o que dizer**. Prefácio, organização e seleção de Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Conquista de terras em conjunto: Redes Sociais e Confiança** - A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa. 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a. 228 p.

_____. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998b. pp. 95-117.

_____. **Política de desenvolvimento e o “novo rural”**. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4, 2000. p. 117-149.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASTRO, José Flávio Moraes; SOARES, Thiago Leonardo. **Análise das Potencialidades socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais (1991-2000): uma proposta metodológica**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA. 1., 2010, Rio Pomba: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Rio Pomba: [s.n], 2010. Disponível em: <<http://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/home/site/files/filePDFArtig005.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2012.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert, **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 2, 1993

EMBRAPA. Milho e Sorgo. Profissionais buscam alternativas de destinação adequada para cama de frango. **Grão em Grão: Jornal Eletrônico da Embrapa Milho e Sorgo**, Sete Lagoas, Ano 4, Ed. 27, Out./Nov., 2010. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/grao/27_edicao/grao_em_grao_materia_04.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, ISSN 01026909, Out., 2006.

_____. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FABESP, 2007.

FAVERO, L.; ALVES (2002): **Análise de Desempenho do Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em Pernambuco**. Anais do XL Congresso SOBER, julho/2002 Anais XL. Passo Fundo RS.

FIGUEIREDO, A. M. et. al. Integração na criação de frangos de corte na microrregião de Viçosa-MG: viabilidade econômica e análise de risco. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 4, Out-Dez, 2006. (Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?Ing=en>>. Acesso em 15 nov. 2011).

FIGUEIREDO, A. T. L.; DINIZ, C. C. **Distribuição regional da indústria Mineira**. Nova Economia, v. 10, n. 2, 2000. pp. 39-69

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003.

GASQUES José Garcia *et al.* (2005): **Agricultura familiar – PRONAF: análise de alguns indicadores**. XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP

_____. *et al.* Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridades. In: **Revista de Economia Secta**, Brasília, v. 7, n.4, Dez, 2006, pp. 209-237. (Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p209_237.pdf>. Acesso em 16 nov. 2011).

GOMES, Ana Paula Wendling; GOMES, Adriano Provezano. **Sistema de Integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa-MG**. In: XLVI Congresso da Sociologia Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 20 a 23 de julho de 2008 - Rio Branco.AC. (Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/965.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2011).

GOMES, Sebastião Teixeira. **Sistemas de Produção da Pecuária de Leite em três microrregiões do Estado de Minas Gerais**. 1976. 128 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa. 1976.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, Carlos. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** RER. [on line]. 2007, vol. 45, pp.301-328

GURVITCH, Georges (org). **Tratado de Sociologia**, vol. 1, São Paulo: Martins Fontes, 1977 HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**, São Paulo: Perspectiva, 2005

HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995).** Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

IBGE. **Banco de Dados Agregados.** IBGE, Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2009a.

_____. **Cidades.** IBGE, Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2009b.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LOBATO, Francisco Carlos Faria et. al. Botulismo em ruminantes causado pela ingestão da cama de frango. In: **Revista Ciência Rural**, UFSM, Santa Maria-RS, v. 38, n. 4, p. 1176-1178, ISSN 0103-8478, Jul., 2008.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, pp. 1-98.

MAIA, Rousiley C. M. **Sociabilidade: apenas um conceito?** GERAES - Estudos em Comunicação e Sociabilidade, Departamento de Comunicação Social – FAFICH/UFMG, n. 53, pp. 4-15, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Eduardo. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MARTINE, George. GARCIA, Ronaldo Coutinho. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George. GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. CAETES, São Paulo, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anônima**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Damará/FAPERJ, 2002. p.151-181.

MENEGHELLO, Geri E. et al. Sistemas Integrados de Frangos e Suínos: uma visão dos produtores. In: **Revista Brasileira de Agrociência**, UFPEL/FAEM DCSA, Pelotas v. 5, n. 2, p. 166-170, 1999.

MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea. In: **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, ISSN 01032070, Abr., p. 63-79, 2003.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989.

NAVARRO, Zander; Maria Thereza Macedo Pedroso. **Caminhos e descaminhos da agricultura familiar no Brasil**, Brasília: CECAT/Embrapa, No prelo 2011.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. **A. Zona da Mata de Minas Gerais, de espaço estratégico à região estagnada**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA. 1., 2010, Rio Pomba: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Rio Pomba: [s.n], 2010. Disponível em:< <http://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/home/site/files/filePDFArtig010.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**, Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado e Cultura e do Esporte, 1990.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1973.

SACCO DOS ANJOS, Flávio (FECAMP) *et al.* (2004): **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**. XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá - MT.

SETTON, M.G.J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista brasileira de Educação**, n. 20, Mai./Jun./Jul./Ago. 2002. p. 60-70.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. *et al.* (2005): As duas "caras" do PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?. **XVIII Congresso SOBER, julho/2005. Ribeirão Preto SP**.

_____. *et al.* **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. pp. 137-164.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp. 13-28

_____. **Sociologia**. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho; São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

SOUZA, Eliana de; TOLEDO, Cristiane Campos; FERNANDES FILHO, Elpídio Inácio. **Uso do solo da Zona da Mata, Minas Gerais**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 13., 2009, Viçosa: [s.n], 2009. Disponível em:< http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/012.pdf>. Acesso em 19 ago. 2012.

SOUSA, I. S. F. e CABRAL, J. R. F. **Ciência e inclusão social na agricultura**. In: SOUSA, I. S. F. e CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, pp. 21-69, 2009.

TEIXEIRA, Maisa Gomide; CRUBELLATE, João Marcelo. **Impactos do PRONAF na institucionalização de padrões: análise do processo de adoção técnica na Agricultura Familiar da Região de Maringá-PR.** Organizações Rurais & Agroindustriais [on line]. 2011, vol.13, n. 2, pp.22-38.

UBABEF. **Relatório Anual 2009/2010 da União Brasileira de Avicultura.** Disponível em: <http://www.abef.com.br/noticias_portal/exibenoticia.php?notcodigo=2264>. Acesso em 18 Nov 2011.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XX, n. 1, Jan-Mar, 1958.

VELHO, Otávio. **O cativo da Besta-Fera, Religião e Sociedade.**Vol. 14, nº1, 1987.

_____. **Besta-fera: recriação do mundo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 13-43, 1995.

WANDERELEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **GT 17. Processos agrários.** Caxambu: [s.n.], 1996.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo-Brasília: Hucitec – Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília: Editora UnB. pp. 11 a 73, 1990.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista realizada com os produtores integrados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL

PESQUISA

PRODUTORES INTEGRADOS NA ZONA DA MATA
MINEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE AS NOVAS
FORMAS DE SOCIABILIDADE RURAL

Gilson Soares Toledo
(Mestrando)

Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

VIÇOSA - MINAS GERAIS
JANEIRO - 2012

IDENTIFICAÇÃO

Data: ____/____/2012	Nº do entrevistado: _____
Nome da propriedade: _____	Localização: Cidade: Ubá Estado: MG
Nome do entrevistado: _____	
Nome do entrevistador: _____	

2. GRUPOS DE PERGUNTAS

2.1. GRUPO FAMILIAR

2.1.1. Qual o estado civil?

- a. () Casado
- b. () Divorciado
- c. () Viúvo
- d. () Solteiro
- e. () Outros: _____

2.1.2. Se casado, desde quando? _____

2.1.3. O cônjuge é morador das arredores da propriedade?

Sim () Não ()

2.1.4. Se não, veio de onde?

2.1.5. Existe algum grau de parentesco com o cônjuge?

Sim () Não () Qual? _____

2.1.6. Quantas pessoas vivem na casa? _____

2.1.7. Quantos filhos o casal tem? _____

2.1.8. Destes, quantos filhos homens? _____

Quantas mulheres? _____

2.1.9. Existem mais pessoas que moram com o núcleo familiar?

Sim () Não ()

Quantos? _____ Qual o grau de parentesco? _____

2.2 ASPECTOS REFERENTES À QUALIDADE DE VIDA

2.2.1. Qual a idade dos pais?

Pai: _____ Mãe: _____

2.2.2. Qual a idade dos filhos?

1º: _____ 2º: _____ 3º: _____ 4º _____

2.2.3. Qual o grau de escolaridade dos pais?

Pai: _____ Mãe: _____

Filhos

1º: _____

2º _____

3º _____

4º _____

2.2.4. Algum membro da família ainda está estudando?

Sim () Não ()

Se sim, quem estuda? _____

Se sim, qual o curso? _____

Se sim, por que estuda?

Se não, por quê? _____

2.2.5. Algum membro da família já fez () ou faz () faculdade?

Sim () Não ()

Se sim, que curso?

Se sim, por quê?

2.2.6. Este familiar continua morando aqui? Sim () Não ()

Se não, onde mora? _____

Se não reside na propriedade, por que saiu?

Como a família avalia esta saída?

2.2.7. Com que frequência vão ao médico?

2.2.8. Utilizam remédios de farmácia? Sim () Não ()

Se sim, com que frequência? _____

Se não, por quê?

2.2.9. Utilizam outros produtos para tratamento de saúde?

Sim () Não ()

Quais?

Com que frequência? _____

2.2.10. Com que frequência vão ao dentista?

2.2.11. Onde costumam ir quando há algum problema de saúde?

2.2.12. Possuem plano de saúde? Sim () Não ()

Se sim, desde quando?

Se não, por que ainda não possuem?

2.2.13. Algum membro da família já fez algum tratamento estético?

Sim () Não ()

Quem o fez?

Por que o fez?

2.2.14. A família consome produtos estéticos? Sim () Não ()

Se sim, quais?

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

2.2.15. Os membros da família fazem alguma atividade física?

Sim () Não ()

Quem faz?

Por que faz?

Com que frequência faz?

Em que local faz?

2.2.16. Se a atividade física é realizada fora da propriedade, qual o meio de transporte utilizado?

2.2.17. A família realiza algumas atividades de lazer? Sim () Não ()

Quais?

Com que frequência realiza?

Em quais lugares?

2.3 ASPECTOS REFERENTES À RELIGIOSIDADE

2.3.1. Qual a principal religião da família? _____

2.3.2. Todos são dessa religião? Sim () Não ()

Se não, quantos optaram por outra? _____

Por que optaram?

2.3.3. Onde está localizada a igreja, salão, templo, etc?

2.3.4. Com que frequência participam?

2.3.5. A família acredita em simpatias e benzeções? Sim () Não ()

Se sim, quais membros têm estas práticas?

Se não, por que não as utilizam?

Se sim, quem as ensinou?

2.4. ASPECTOS RELACIONADOS À PROPRIEDADE

2.4.1. Você mora na propriedade? Sim () Não ()

Se sim, desde quando? _____

Se não, desde quando? _____

Se não, por qual motivo?

Se não, onde mora?

2.4.2. Você é proprietário da terra? Sim () Não ()

Tem documentação? Sim () Não ()

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

Se sim, desde quando? _____

Se sim, tornou-se proprietário por

() herança () compra () outros _____

Se não é, de quem é a propriedade?

2.4.3. Qual o tamanho da propriedade? _____

2.4.4. Já pensou em vender a terra? Sim () Não ()

Se sim, por qual motivo?

Se sim, por que não o fez ainda?

Se sim, com que iria trabalhar após a venda?

2.4.5. Você gostaria que seus filhos continuassem vivendo e trabalhando na propriedade? Sim () Não ()

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

2.4.6. Que significa para você morar aqui?

2.5. ASPECTOS RELACIONADOS AOS PADRÕES DE CONSUMO

2.5.1. O que é produzido na propriedade além dos frangos?

2.5.2. O que desta produção é consumida pela família?

2.5.3. O que não é consumido?

2.5.4. Por que não é consumido?

2.5.5. O que é comprado para o consumo da família?

2.5.6. O que é comprado como insumos para os cultivos e para as criações dos animais?

2.5.7. Por que não se produz na propriedade parte do que é comprado?

2.5.8. Alguns desses itens já foram produzidos na própria propriedade?

Sim () Não ()

Se sim, desde quando parou de produzir? _____

Por que teve que parar de produzir?

2.5.9. Qual a fonte da água utilizada na propriedade?

2.5.10. Se a água for da propriedade, ela é tratada? _____

Quem trata? _____

2.5.11. Existe acompanhamento técnico no tratamento da água?

Quem o faz?

2.5.12. Se a água não é do local, qual a origem?

Desde quando a utiliza? _____

Por qual motivo a utiliza? _____

2.5.13. Se é água de empresa de saneamento, qual o gasto mensal?

2.5.14. E a energia elétrica, é utilizada desde quando?

2.5.15. Por qual motivo?

2.5.16. Quais foram os ganhos pelo uso da energia elétrica?

2.5.17. Quais foram as perdas?

2.5.18. Qual o gasto mensal com a energia elétrica?

2.5.19. A família possui algum meio de transporte? _____

Se sim, quais?

Qual o objetivo destes?

Com que frequência os utiliza?

2.5.20. A propriedade possui máquinas e equipamentos agrícolas?

Quais?

Quando os adquiriu?

Por qual motivo?

Como foi o pagamento?

2.5.21. A família consome carne de frango? Sim () Não ()

Se sim, onde compram?

Se não, por quê?

2.5.22. A família consome outros tipos de carnes? Sim () Não ()

Se sim, quais?

Se sim, qual a origem?

2.5.23. Quais são os hábitos alimentares da família?

2.5.24. A maior parte destes alimentos são produzidos aqui () ou são comprados ()?

Se comprados, de onde vêm a maior parte dos alimentos consumidos?

Se comprados, por que não os produz aqui?

Se já produziu, desde quando parou? _____

2.5.25. Quais dos alimentos são produzidos aqui?

Por que produz apenas estes alimentos?

2.5.26. Parte do que é produzido, é vendido? Sim () Não ()

Se sim, qual a quantidade?

Se sim, em que local são vendidos?

Se sim, este comércio é rentável?

2.5.27. A família têm muitos eletrodomésticos? Sim () Não ()

2.5.28. Têm telefone? Sim () Não ()

Se sim, celular () ou fixo ()?

Se sim, desde quando? _____

Seria possível viver sem este recurso hoje? Sim () Não ()

Quis são os benefícios?

2.5.29. Existe outra casa na propriedade? Sim () Não ()

Se sim, quantas? 1. () 2. () 3. () Mais _____

Se sim, quem reside? _____

Paga aluguel? Sim () Não ()

2.5.30. Como recebe o sinal de TV?

2.5.31. Possui computador? Sim () Não ()

2.5.32. Possui internet? Sim () Não ()

Com que frequência a utiliza?

Quais são as vantagens em utilizá-la?

Quais são as desvantagens?

Seria possível viver sem utilizar a internet? Sim () Não ()

2.6. INSERÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO

2.6.1. Você participa de algum sindicato () ou associação ()?

2.6.2. Com que frequência participa das reuniões?

Se não frequenta, quais os motivos?

Se frequenta, o que o fez participar?

2.6.3. Possui algum cargo nesta associação () / sindicato ()?

Qual?

Se não possui cargo, por quê?

Se possui cargo, por quê?

2.6.4. O que o levou a participar?

Valeu a pena participar? Sim () Não ()

Se sim, em que sentido?

2.6.5. Quais são as exigências para participar?

2.7. ASPECTOS REFERENTES À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ANTES DA INTEGRAÇÃO

2.7.1. O que era cultivado na propriedade antes da produção integrada e hoje não mais se cultiva?

Por qual motivo não se cultiva?

O que perdeu com isso?

O que ganhou?

2.7.2. A condição econômica melhorou após a integração?

Sim () Não ()

2.7.3. Quais foram as perdas a partir da integração?

2.7.4. Quais foram os ganhos?

2.8. ASPECTOS REFERENTES À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA APÓS A INTEGRAÇÃO

2.8.1. Desde quando trabalha com a integração? _____

2.8.2. Por qual motivo escolheu a produção integrada?

2.8.3. Qual o custo inicial?

Em que investiu?

Qual recurso utilizou?

Próprio () PIF PAF () Banco () Outros ()

2.8.4. Qual o tamanho do galpão? _____

2.8.5. Quantos galpões possui? _____

2.8.6. Qual o custo? _____

2.8.7. Quantos frangos são criados atualmente? _____

2.7.8. Em algum momento se arrependeu? Sim () Não ()

Por qual motivo?

Se arrependeu, o que lhe fez continuar?

2.8.9. A empresa faz alguma restrição quanto ao que pode ou não ser produzido na propriedade? Sim () Não ()

Se sim, o que é permitido produzir além dos frangos?

2.8.10. Existem técnicos que visitam a propriedade? Sim () Não ()

De fato, são técnicos? Sim () Não ()

Em quais áreas atuam? _____

Com que frequência visitam a propriedade? _____

2.8.11. O que é requerido deles por você além da assistência técnica à criação de frangos?

2.8.12. Há exigências quanto a criação de frangos? Sim () Não ()

Quais?

Destas, quais as mais difíceis a serem cumpridas?

Caso não as cumpram, quais são as penalidades?

2.8.13. O que é feito com a cama de frango?

Normalmente, em que a cama de frango é utilizada?

2.8.14. Onde é vendida?

2.8.15. Quanto vale?

2.8.16. Os insumos para a produção são fornecidos pela empresa?

Sim () Não ()

Se sim, quais são fornecidos?

Quais não são fornecidos?

De qual forma os adquire?

Qual o custo?

2.8.17. Quanto recebe por cabeça de frango?

2.8.18. Quanto recebe pelo lote?

2.8.19. Você considera a integração um bom negócio? Sim () Não ()

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

2.8.20. Considerando as horas de trabalho, o valor recebido é suficiente?

Sim () Não ()

2.8.21. Como recebe: horas de trabalho () ou produção ()?

2.8.22. Qual deve ser o retorno dado à empresa?

Você considera justo o que a empresa exige? Sim () Não ()

Se não, o que não considera justo?

2.8.23. Você considera justo o que recebe? Sim () Não ()

Se sim, por quê?

Se não, por quê? _____

2.8.24. Caso não fosse um produtor integrado, trabalharia com o quê?

2.8.25. Você sente-se seguro mantendo a parceria com a PIF PAF?

Sim () Não ()

Se sim, o que lhe traz segurança? _____

Se não, o que lhe traz insegurança? _____

2.8.26. Caso haja algum problema grave em relação ao contrato, quais seriam as alternativas para continuar comercializando?

2.8.27. Qual a duração do contrato?

Ele é renovável? Sim () Não ()

Se não, quais as condições para não renová-lo? _____

Se houver arrependimento, como fazer?

2.8.28. Já pensou em parar de trabalhar para PIF PAF?

Sim () Não ()

Se sim, por quê? _____

Se não, por quê? _____

2.8.29. Tem conhecimento da legislação que trata da produção integrada?

Sim () Não ()

Se sim, ela condiz com as condições em que hoje trabalha junto à PIF

PAF?

2.9. ASPECTOS REFERENTES AO TRABALHO

2.9.1. Quantas pessoas da família trabalham na integração?

2.9.2. Estas pessoas são remuneradas? Sim () Não ()

Se não, por quê?

Se sim, por quê?

Quantas horas por dia trabalham?

2.9.3. Quantas pessoas da família não trabalham na propriedade?

Por que não trabalham?

Desde quando não trabalham?

2.9.4. Quantas pessoas trabalham na integração que não fazem parte do grupo familiar? _____

Quantas horas trabalham? _____

O contrato é permanente () ou temporário ()?

Caso seja permanente, qual o motivo?

Se for temporário, qual o motivo?

2.9.5. Os contratados moram próximos? () Sim () Não

Se não, vêm de onde?

2.9.6. Quanto recebem, em média?

() até um salário () até dois salários () acima de dois salários ()

2.9.7. Os contratados têm carteira assinada? Sim () Não ()

Se não, por quê? _____

Se sim, por quê?

2.9.8. São proprietários rurais? () Sim () Não

Se sim, por que trabalham nesta propriedade?



Senhores Pesquisadores

De acordo com as Diretrizes Reguladoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, MS, Brasília, 1997, o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após **CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO** dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e ou seus representantes legais manifestem sua anuência à participação na pesquisa. O termo de consentimento deverá ser aprovado pelo comitê de Ética na Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa.

Termo de Consentimento

Título do estudo:

Produtores integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural.

Objetivo de estudo:

A proposta desse trabalho é analisar os fundamentos que concretizam as novas formas de sociabilidade rural e seus reflexos estruturadores nos comportamentos sociais dos produtores integrados na Zona da Mata Mineira.

Local de execução:

Propriedades rurais do município de Ubá-MG.

Nomes e números de telefones dos investigadores:

Gilson Soares Toledo (32) 9906.8394/(32) 3532.8394

Maria Izabel Vieira Botelho (31) 8787.8213

Crítérios de inclusão dos indivíduos: descrição da população-alvo

Produtores que atuam no sistema integrado à PIF PAF S/A Indústria e Comércio.

Pessoas ligadas à PIF PAF S/A, associações e sindicatos.

Crítérios de exclusão dos indivíduos: indivíduos não aptos a participar

Aqueles que recusarem a entrevista

Crítérios de acompanhamento e assistência assim como responsáveis

Relatórios escritos e discussões realizadas através de reuniões periódicas com a orientadora.

Descrição do estudo

O tema deste projeto delimita-se à análise das novas formas de sociabilidade desenvolvidas pelos produtores integrados diante de uma nova fase da economia agrícola com incremento das relações entre agricultura e indústria onde as novas exigências do mercado consumidor de produtos alimentícios colocam as relações intersetoriais como um relevante foco para análise. A partir desta proposta, objetiva-se também analisar a história da ocupação rural na região de Ubá e reconstruir as diferentes trajetórias de parte do campesinato dessa região a partir da história de vida que resultou na formação do território e na condição de produtor integrado à agroindústria. Parte-se do pressuposto que mesmo através do forte vínculo com o mercado ainda permanecem algumas características da campesinidade, ou então, estão desenvolvendo novas sociabilidades capitalistas trazendo implicações fundamentais para compreender as ações e interações entre os integrados e a sua família, a agroindústria, enfim, a comunidade mais ampla. Desta forma, permiti-se conhecer a vivência dos indivíduos envolvidos na pesquisa, assim como os novos hábitos e valores sociais que eles desenvolveram ao longo do tempo, de acordo com sua opção como produtor integrado à agroindústria.

Benefícios para os indivíduos

Acredita-se que com esta pesquisa seja possível alcançar a compreensão do processo social pelo qual os indivíduos construíram suas trajetórias de vida, permitindo-os refletir sobre as novas formas de sociabilidades a partir do forte vínculo com o mercado. Favorecendo também a reflexão da sua realidade, dos valores morais constituídos e das disposições culturais que, em certa medida, influenciam suas escolhas e relações sociais, podendo também conhecer suas estratégias de reprodução social.

Riscos para os indivíduos

Nenhum

Alternativas para o estudo

Não se aplica

Direito dos indivíduos de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo

Participação é voluntária e tem direito de recusar a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou justificativa.

Direito dos indivíduos quanto a privacidade

Estará informado que terá privacidade quando os resultados da pesquisa forem publicados.

Publicação das informações

Dissertação de mestrado e publicação de artigos científicos

Informação financeira

O pesquisador é servidor público lotado no Departamento de Extensão do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais/Campus Rio Pomba e

matriculado no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Dano à saúde

Nenhum

Do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

1. Ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada exigência anterior;
2. Ser aprovado pelo comitê de ética na Pesquisa, que referenda a investigação;
3. Ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais;
4. Ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

Assinaturas:

Equipe:

Maria Izabel Vieira Botelho (Orientadora)

Gilson Soares Toledo (Mestrando)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Voluntário (a):

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Entrevistado (a)

Equipe:

Maria Izabel Vieira Botelho
Coordenadora da pesquisa

Gilson Soares Toledo
Estudante entrevistador